

Mapa



COOPERGÊNERO

COOPERATIVISMO DE GÊNERO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

COOPERATIVISMO DE GÊNERO

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável
e a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

© 2009 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.
Tiragem: 10.000 exemplares.
1ª edição. Ano 2009.

Elaboração, Distribuição e Informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
Coordenação-Geral de Autogestão Cooperativista
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, 1º andar, sala 104
70043-900 – Brasília-DF
Telefones: (61) 3223-4291 e 3218-2582
Fax: (61) 3225-4386
www.agricultura.gov.br
E-mail: denacoop@agricultura.gov.br
Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Organizadores

Vera Lúcia Oliveira Daller e Eugênia de Moraes Aguiar Moreira

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial

Assessoria de Comunicação Social

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Cooperativismo de gênero / Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento
Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS,
2009.

162 p.

ISBN 978-85-99851-89-0

1. Cooperativismo 2. Associativismo. I. Secretaria de
Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. II.
Título.

AGRI E40
CDU 334.6

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
ABERTURA	11
I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo	
ARTIGOS	
NILCÉA FREIRE	15
O Lugar das Produtoras Rurais no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	
STEFANIA MARCONE	23
Igualdade de Gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo (Italiano/Português)	
VERA LÚCIA OLIVEIRA DALLER	41
Estratégia do Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo	
DIVA BENEVIDES PINHO	53
Da “Revolução Silenciosa à Cooperação do Gênero”, a Saga da Mulher na Conciliação entre o Lar e a Profissão	
ANDREA BUTTO KARLA HORA	59
Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para as Mulheres Rurais	
CÉLIA MARIA FARIAS VIEIRA	69
Guia de Ações para a Geração de Trabalho e Renda – GT&R	
EUNICE LÉA DE MORAES	73
As interfaces institucionais com o cooperativismo	

MOEMA VIEZZER	81
A Equidade de Gênero na Autogestão Cooperativista	
EDITH BEATRIZ STAHELI	101
Gênero e Cooperativismo na Argentina (Espanhol/Português)	
KARLA ROCHA	111
História da Cooperativa de Flores da Paraíba	
NELSA INÊS FABIAN NESPOLO	117
Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico – Justa Trama	
DAPHNE RATTNER	131
Saúde da Mulher	
AFFONSA DE LIGORIO DE OLIVEIRA	137
Paz – Instrumento de Transformação	
MARIA ROSANA RODRIGUES PINTO	143
Gênero, Cooperativismo e os Desafios do Mundo Contemporâneo	
MÁRCIO ANTONIO PORTOCARRERO	149
I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo	
CURRÍCULO DOS AUTORES	153

APRESENTAÇÃO

A partir da década de noventa, o cooperativismo mundial vem trabalhando as questões de gênero com propostas de mudanças nas atitudes e comportamentos, visando gerar relações de equidade entre homens e mulheres.

Inserido neste contexto, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - Denacoop promove a incorporação do componente Gênero como política pública, apoiando ações de capacitação, divulgação, geração de renda e organização cooperativista e associativista com base no desenvolvimento sustentável. Isto se dá pelo Programa Coopergênero: Integrando a Família Cooperativista, que possibilitou a capacitação técnica e administrativa de, aproximadamente, vinte e cinco mil mulheres desde a sua implantação, no ano de 2004, até o ano de 2008.

Com o objetivo de avaliar a trajetória do programa, considerando avanços, desafios, perspectivas futuras e de identificar novas estratégias para o fortalecimento e a autonomia das mulheres nas organizações e na sociedade, propusemos e realizamos o I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo e a II Exposição de Produtos e Serviços Cooperativos, destacando as cooperativas de mulheres.

Os eventos, realizados em Brasília no período de 19 a 21 de novembro de 2008, reuniram duzentas mulheres, incluindo lideranças cooperativistas e associativistas, pesquisadoras, agentes governamentais e não governamentais e jovens cooperativistas do Programa JovemCoop.

A solenidade de abertura contou com a presença de inúmeras autoridades, dentre elas o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire, a presidente do Comitê de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional, Stefania Marcone, o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Portocarrero, o presidente do Banco Cooperativo do Brasil, Antonio de Azevedo Bonfim, o diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, Carlos Alberto dos Santos e o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Renato Nobile.

Em sessões plenárias, palestras, painéis, debates, trabalhos em grupos e oficinas, as participantes tiveram a oportunidade de conhecer experiências bem-sucedidas de mulheres no cooperativismo, de discutir e apresentar ideias e sugestões e na Plenária Final aprovaram propostas para a atuação do Coopergênero nos próximos anos. Tais propostas incluem o desenvolvimento de ações que fortaleçam a parceria entre o Denacoop e a Secretaria de Políticas para Mulheres e de projetos específicos, de acordo com a realidade de cada localidade; o incentivo a parcerias para o desenvolvimento de políticas de gênero; a criação de instrumentos e mecanismos de acompanhamento e de eventos comemorativos; a realização de campanhas educativas, cursos e oficinas; a implantação de linhas de crédito específicas; o fomento à implantação de projetos que promovam a inclusão de mulheres e jovens, à participação de mulheres em espaços de representação política e à pesquisa e produção acadêmica; o apoio ao Programa JovemCoop incluindo a perspectiva de gênero; a inclusão da disciplina Cooperativismo no ensino regular; o levantamento do acervo acadêmico sobre questões de gênero e sugestões de esforços para o aumento da participação das mulheres nas direções de cooperativas e órgãos dirigentes.

O Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – Denacoop assumiu a complexa tarefa de propor e realizar este evento, uma ação histórica e pioneira no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, seguindo a tendência mundial de incentivar a participação da mulher no desenvolvimento da economia. Os objetivos foram inteiramente alcançados.

Esta publicação guarda, em sua íntegra, os temas apresentados no Fórum. Trata-se de um registro histórico importante do primeiro encontro promovido no país para avaliar o nível de participação de mulheres no sistema cooperativista, onde foram discutidos os avanços e os desafios do setor, experiências bem-sucedidas e o sistema cooperativista no Mercosul. Sua leitura significa o amadurecer do conhecimento e o reconhecimento da participação feminina no desenvolvimento sociopolítico e econômico do Brasil, como parte prestimosa da nossa história.

Agradecemos a todos: autoridades, instituições, organizações e, evidentemente, mulheres que tenham, a qualquer título, dado apoio ao I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo e nos prestigiado também com sua presença no I Seminário de Gênero, Cooperativismo e Associativismo.

*Departamento de Cooperativismo
e Associativismo Rural – Denacoop*

ABERTURA

I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo

Brasília-DF, 19, 20 e 21 de novembro de 2008

Execução do Fórum

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC e do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – Denacoop e Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Patrocinadores

Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo em Brasília – SICOOB Coominagri Executivo.
Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB.

Apoio Institucional

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM.

Coordenação-Geral

Vera Lúcia Oliveira Daller – Coordenadora-Geral de Autogestão Cooperativista do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – Denacoop.
Wilma Annete César Gonçalves – Assessora de Comunicação Social do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

O Lugar das Produtoras Rurais no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Dra. Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

A promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho constitui um dos principais eixos da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, já expresso no Plano Plurianual – PPA 2004-2007 e no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004-2007).

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, incluía, entre os seus objetivos, a avaliação do I PNPM, em todas as suas dimensões: dos princípios que o informavam às ações propostas para o cumprimento dos seus objetivos. Além de reafirmar a validade do Plano Nacional, a II Conferência apontou a necessidade de ampliar alguns eixos estratégicos, entre os quais o do trabalho, permitindo maior visibilidade a questões específicas, relacionadas à autonomia econômica das mulheres e aos direitos dos diferentes públicos das ações previstas. Hoje, portanto, o tema é tratado em três capítulos do II PNPM (2008-2011), assim denominados: Capítulo 1: *Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social*; Capítulo 6: *Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar*; e Capítulo 7: *Direito à Terra, Moradia Digna e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano*.

Do ponto de vista das demandas e direitos das mulheres rurais, o II PNPM diversifica ainda mais o atendimento a segmentos que vivem no campo e na floresta e amplia parcerias com outros setores do governo, na medida em que explicita princípios e medidas até então subjacentes às políticas, mas não tratados diretamente, tais como: as relações entre as atividades rurais e o meio ambiente, o respeito à questão socioambiental, à segurança alimentar, ao conhecimento das comunidades tradicionais sobre a biodiversidade, ao desenvolvimento rural sustentável, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, foram incorporadas iniciativas de governo surgidas no período de vigência do I Plano Nacional (2004-2007), destacando-se, por exemplo, a articulação das políticas de gênero com as ações que se destinam ao fortalecimento dos Territórios da Cidadania.

É importante assinalar que, em relação aos critérios que orientam o apoio da SPM aos projetos de capacitação para o trabalho e de geração de emprego e renda, sempre foram priorizadas as formas associativas de produção. Na perspectiva da inclusão social,

além da potencialização dos recursos disponíveis (sempre escassos), o empreendimento coletivo propicia novas experiências e processos de trabalho que ampliam as possibilidades de se alcançar a eficiência econômica e gerencial – principalmente se a empresa ou o grupo for autogestionário.

Assim, a SPM acompanha, com muita satisfação, a consolidação do Cooper-gênero: Programa de Gênero e Cooperativismo – Integrando a Família Cooperativista, desenvolvido pelo Mapa (e que constitui uma das Ações do II PNPM), cujo objetivo principal é “contribuir para o equilíbrio de gênero (entre homens e mulheres), no âmbito do cooperativismo e associativismo brasileiro”. Um dos pontos que nos chama a atenção, neste programa, é o seu foco na ampliação da participação feminina na gestão das cooperativas e associações criadas no país, enfatizando-se a capacitação de gestores(as) e lideranças, o apoio ao intercâmbio e divulgação das experiências produtivas desenvolvidas por mulheres e o apoio aos projetos na área de gênero e cooperativismo/associativismo.

Iniciativas desse teor respondem, em larga medida, a um dos grandes desafios que se colocam para a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho: o desafio de dotar as mulheres trabalhadoras – aí incluídas as mulheres rurais – de todo um instrumental adequado para criar e gerir os próprios projetos de inserção no mercado de trabalho numa posição de igualdade em relação aos homens. Em primeiro lugar, trata-se de garantir às mulheres o acesso a uma formação/qualificação que valorize a sua participação em toda a cadeia produtiva, incluindo a comercialização e a gestão de seu negócio. Esta concepção, portanto, vai além do aperfeiçoamento das práticas historicamente consideradas “femininas”, e sempre presentes nos programas de capacitação para mulheres, contribuindo para a reprodução e reiteração de papéis sociais pré-estabelecidos. Temos que romper com essa concepção tradicional da capacitação de mulheres para o mercado de trabalho. Além da inclusão de novas habilidades e ocupações, é fundamental uma nova leitura dessas velhas práticas, em nome da autonomia das mulheres. Estamos propondo que todas as habilidades por elas desenvolvidas, aprendidas no desempenho de seu papel de cuidadoras da família. Por exemplo: preparo de alimentos, o cuidado com a terra, com a criação de animais, o artesanato, a indústria caseira, entre outras tantas – sejam utilizadas em seu favor. Esperamos que suas experiências do dia a dia possam transformar-se no ponto de partida para a sua emancipação econômica, desde que se consiga agregar valor aos produtos, em conformidade com as exigências do mercado e que as mulheres possam exercer o direito de decidir sobre a evolução do seu empreendimento.

Estas reflexões nos conduzem a um outro grande desafio: o combate à invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, uma questão central no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Vários estudos têm demonstrado que o trabalho das mulheres no campo sempre

foi visto e considerado como uma extensão do trabalho do produtor rural, ou seja: aquilo que elas plantam, produzem e processam é avaliado como uma “ajuda” ao marido, ao pai, ao irmão. Dificilmente essas mulheres são percebidas como protagonistas daqueles processos, muitas vezes, nem por elas mesmas, o que é pior. Neste contexto, onde os espaços da reprodução e do cuidado (no âmbito doméstico) e da produção guardam uma estreita relação, acabam prevalecendo os códigos e referências da divisão sexual do trabalho, entre os integrantes da família, homens e mulheres, adultos e crianças, assumindo cada um o seu “lugar”, segundo a norma estabelecida. Torna-se difícil, por exemplo, identificar, na produção de subsistência, o mesmo “valor” atribuído àquela parte da produção destinada ao mercado, o que leva à descaracterização da atividade produtiva das mulheres, explicitada no trato com os pequenos animais, no cultivo das hortaliças, na confecção de roupas e em outros tipos de atividades que garantem boa parte da alimentação, do conforto e da sobrevivência da família.

Segundo a pesquisadora Cristina Bruschini¹, estudos realizados nas décadas de 70-80 já revelavam que a invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres rurais devia-se à própria metodologia adotada no levantamento de dados oficiais, resultando em estatísticas “inadequadas para medir a real contribuição das mulheres à sociedade”. provocando a sub-representação do seu trabalho. Isto porque as categorias adotadas referiam-se aos países desenvolvidos, sendo pouco próprias para captar a realidade da América Latina e dos demais países em desenvolvimento, onde o capitalismo “convive com outras formas de atividade econômica”. Assim sendo, os censos latino-americanos acabavam *“escondendo o contexto doméstico, a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não remunerado, especialmente válido para as mulheres. O trabalho a domicílio destinado à produção de alimentos ou de roupas, por exemplo, esconde-se nas atividades domésticas, sendo omitido. (...) O período de tempo usado como referência para saber se a pessoa é ou não economicamente ativa afeta o volume de atividade encontrado. Quanto mais amplo o período, maior será o componente rural feminino, pois este contingente exerce muita atividade sazonal”*.

Hoje, por influência de estudos dessa natureza, sabemos que as mulheres brasileiras são muito mais que coadjuvantes: elas não apenas ajudam, mas são responsáveis por parte considerável da produção, sobretudo na agricultura familiar.

Por outro lado, muitas mulheres têm despontado como líderes importantes no agronegócio brasileiro e os empreendimentos conduzidos por mulheres são aqueles que têm maior sobrevida e menor taxa de desaparecimento ao longo dos anos.

¹Bruschini, Cristina - *Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?* Texto apresentado no Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero – Comparação Brasil-França, realizado em 2007, na USP – Universidade de São Paulo (09 e 10 de abril) e na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro (11 e 12 de abril). Colaboraram com a autora: Arlene Ricoldi e Cristiano M. Mercado, assistentes de pesquisa da Fundação Carlos Chagas – SP e Míriam Bizzochi, estatística da Fundação Carlos Chagas – SP.

As mulheres têm o empreendedorismo como um traço característico, não por nenhum processo ou código biológico, mas porque culturalmente lhes foi imposto. Elas sabem manter a casa, uma família, organizando e garantindo os recursos necessários à sobrevivência, até porque as mudanças introduzidas pelos processos de industrialização e urbanização da sociedade foram tornando mais difícil a sobrevivência de uma família sem o concurso dos recursos financeiros que as mulheres aportam. Por isso, não é segredo para uma mulher montar o seu próprio negócio, transformar num empreendimento lucrativo aquilo que ela faz todos os dias. Acontece na vida das mulheres, muitas vezes quando elas se veem sozinhas, transformar o seu cotidiano num negócio que floresce.

Para nós – independentemente dos estudos existentes a respeito – essas características das mulheres empreendedoras têm sido confirmadas, na prática, por meio do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, uma parceria que desenvolvemos desde 2004 com o Sebrae, a BPW Brasil (Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil), e que, a partir de 2006, passou a contar com a participação da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade). O prêmio é distribuído anualmente, e sua finalidade principal é estimular o empreendedorismo das mulheres, dando destaque a iniciativas bem-sucedidas, a duas categorias de concorrentes: proprietárias de micro e pequenas empresas formais e membros de associações ou cooperativas de pequenos negócios.

Em meio às inúmeras experiências bem-sucedidas e até mesmo emocionantes, expressas nos relatos encaminhados, este processo também tem nos revelado aspectos perversos das relações entre gênero e trabalho. Na concepção de muitos maridos e companheiros, ao buscar a sua autonomia econômica, as mulheres infringem, rompem com uma norma pré-estabelecida, ameaçando o equilíbrio de uma relação de poder, historicamente desigual, cujo controle é assumido por eles, os homens. Sentindo-se diminuídos na sua condição de provedor, sentindo-se ameaçados na sua superioridade de “chefe” da família, acham-se no direito (senão no dever) de reagir – o que pode significar desde a proibição de suas mulheres trabalharem até as agressões físicas e as ameaças de morte. Episódios deste tipo têm interferido em carreiras promissoras, assim como cortam, pela raiz, a conquista de um direito das mulheres: o exercício de sua cidadania.

Hoje, porém, temos instrumentos, como a Lei n.º 11.340 – Lei Maria da Penha e diferentes políticas de estímulo à autonomia da mulher e de defesa dos seus direitos. Estamos juntas, sabendo de nossa força e capacidade para enfrentar as adversidades.

Em relação a isto, eu quero trazer uma notícia que demonstra, para nós, que todo trabalho é interdependente, que um plano depende de outro, porque, se nós não alinharmos os esforços conjuntos com todos os ministérios, não conseguiremos alcançar os nossos objetivos. Na Feira Nacional de Agricultura Familiar, realizada no período de 26 a 30 de novembro de 2008, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançará,

em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Fórum Nacional de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, a Campanha Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Esta foi uma demanda da Marcha das Margaridas do ano passado (2007), a partir da constatação de que as nossas campanhas de combate à violência contra as mulheres tinham feição muito urbana e não dialogavam com o cotidiano da mulher do meio rural. Assim, atendendo a essa justa reivindicação, lançamos a campanha Mulheres Donas da Própria Vida – Viver sem Violência, Direito das Mulheres do Campo e da Floresta, esperando que seja um bom instrumento de trabalho, não só na conquista da autonomia, mas também no enfrentamento da violência que também vitima a mulher brasileira do meio rural.

Nilcéa Freire

**Igualdade de Gêneros:
uma Estratégia para o Desenvolvimento Cooperativo**

**Parità di Genere:
una Strategia per lo Sviluppo Cooperativo**

Dra. Stefania Marcone

*Presidenta do Comitê de Igualdade de Gênero
da Aliança Cooperativa Internacional – ACI*

Representantes do Governo e das Instituições Brasileiras, Representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Excelentíssimo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Excelentíssimo Secretário Marcio Portocarrero, Prezada Doutora Vera Lúcia de Oliveira, queridos colegas da OCB, queridas amigas e amigos colaboradores presentes na sala. É, para mim, uma grande honra e um grande prazer estar aqui hoje com vocês no I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo.

Em nome do Comitê de Igualdade de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional, trago a vocês as saudações das cooperadoras da África e da Ásia, da Europa e das Américas. Permitam-me, como representante da Legacoop Italiana, trazer a vocês também as saudações e os melhores desejos de bom trabalho das cooperadoras do meu país.

Tenho a obrigação, antes, de entrar no vivo da minha relação, de agradecer os organizadores deste evento pelo gentil convite que recebi para estar hoje aqui com vocês. Permitam-me também exprimir a mais viva apreciação pelos esforços que as cooperadoras brasileiras, em todos os níveis, fazem, cada dia, com sua dedicação diária nas cooperativas e em suas respectivas comunidades, para promover o *empowerment* das mulheres e a igualdade dos gêneros que, como sabemos todas nós, é um percurso difícil e cheio de obstáculos, visíveis e invisíveis.

Acredito que este fórum seja uma iniciativa muito importante, porque coloca em evidência a atenção que as instituições brasileiras, o movimento cooperativo, a sociedade civil, devam ter na temática sobre a igualdade de gêneros como um dos grandes desafios a se enfrentar para resolver os enormes problemas socioeconômicos que as comunidades, a nível local, nacional e internacional, estão enfrentando hoje.

São problemas comuns, que precisam de uma resposta urgente das *leaderships*, em todos os níveis. Acredito que programa Coopergênero, lançado em 2004 e desenvolvido pela Denacoop, que será apresentado pela minha amiga Vera Lúcia de Oliveira, seja uma prova concreta da dedicação do ministério que hoje nos hospeda.

De fato, promover a igualdade de gênero nas cooperativas é – e deve ser cada vez mais – uma estratégia do mesmo desenvolvimento cooperativo.

Essa mudança de perspectiva tem implicações muito significativas, porque as políticas de igualdade de gêneros servem para eliminar, exatamente, as causas mais profundas das desigualdades.

Mas qual é a situação no mundo? A igualdade dos gêneros é medida de diversas maneiras. Parece-me interessante chamar a atenção sobre um índice desenvolvido pelo *Social Watch*, uma rede de mais de 400 organizações não governamentais ativas em mais de 80 países, que a cada ano elabora uma relação para monitorar os desempenhos, a nível internacional, para a luta contra a pobreza e pela igualdade de gêneros.

Esse índice considera três elementos: a atividade econômica, o *empowerment* e a instrução. Antes de tudo, por essa análise se destaca que em nenhum país existe uma completa igualdade entre homens e mulheres. Em segundo lugar, após uma atenta análise da classificação dos países de acordo com esse índice, é evidente que a igualdade de gêneros realiza-se independentemente do nível do PIB do país, e que as políticas que permitem uma efetiva remoção dos obstáculos que impedem as mulheres de ter as mesmas oportunidades dos homens.

Por exemplo, as performances de Ruanda (que está em terceiro lugar) são superiores àquelas do meu país, a Itália, que está no 71º lugar.

Os dados das Agências das Nações Unidas demonstram claramente como a pobreza é um fenômeno que atinge antes de tudo as mulheres, e isso levou até a inventar a expressão “feminilização da pobreza”. As mulheres representam mais de 70% dos pobres a nível global e são 500 milhões aquelas que vivem em condições de extrema pobreza. As mulheres constituem também a maioria da força de trabalho utilizada na agricultura, produzindo a maioria dos recursos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento e nas economias de transição, e representam os principais agentes da segurança alimentar, do bem-estar familiar e das comunidades locais. No entanto, possuem menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial e dificilmente são consideradas pelas estatísticas oficiais nacionais. Elas têm também menos acesso à instrução e, portanto, às posições de trabalho de alto perfil em relação a homens.

Deste modo, o *empowerment* econômico das mulheres deveria ser uma prioridade lógica dos programas e das políticas agrícolas que procuram promover o desenvolvimento agrícola. E em nível internacional, a dimensão de gênero está explicitamente incorporada em menos de 10% da assistência oficial ao desenvolvimento direto da agricultura. Essa subavaliação tem altos custos em termos de oportunidades não tidas para

umentar a produtividade agrícola e a renda. As mulheres, em muitas sociedades rurais, não recebem incentivos para investir em face de uma maior vulnerabilidade e uma maior exposição aos riscos, derivados de um lado por ter menos acesso aos *assets*, e do outro pela forte probabilidade de que, quando o trabalho que elas desenvolvem sai dos setores de nicho e vira comercialmente rentável, será “expropriado pelos homens”. Em muitos países do mundo, as mulheres têm um acesso limitado à propriedade privada (por leis nacionais ou hábitos sociais), e também o acesso limitado à propriedade causa um acesso limitado ao crédito e aos principais fatores produtivos. Infelizmente, devo dizer que muitas vezes elas são excluídas da possibilidade de fazer parte de uma cooperativa, direito reservado somente ao chefe de família.

Desde os anos 70, a comunidade internacional se comprometeu para reconhecer os direitos das mulheres e da igualdade de gêneros, e em 1979 obteve a aprovação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Em seguida, os congressos mundiais sobre as mulheres, em especial aquele de 1995, em Beijing, quando foi aprovada a sua respectiva Plataforma de Ação, e nos congressos sucessivos, tiveram uma função fundamental de chamar a atenção dos governos e da opinião pública sobre a condição das mulheres no mundo. A igualdade de gêneros e o *empowerment* das mulheres são também explicitamente considerados no terceiro Objetivo do Milênio, mas são sobre todos os outros objetivos também onde a igualdade de gêneros não está claramente expressa. Os MDG, de fato, reconhecem que o bem-estar global e a paz serão alcançados somente quando todas as pessoas do mundo tiverem o poder de dispor de suas vidas, de sustentar suas vidas e de seus familiares. As sociedades onde as mulheres são tratadas de forma mais igualitária têm também uma maior oportunidade para alcançar os Objetivos do Milênio até 2015. Cada singular Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é diretamente ligado aos direitos das mulheres, e as sociedades onde as mulheres não têm os mesmos direitos dos homens não vão conseguir alcançar o desenvolvimento de maneira mais sustentável.

É um imenso problema social, de direitos e de emancipação, de igualdade e equidade, mas se trata também de um enorme problema econômico.

Portanto, após ter verificado a quase ausência de igualdade de gêneros em nível global e em face dos comprometimentos solenes assumidos pela comunidade internacional nesse assunto, é necessário sair da retórica e dos estereótipos e exigir uma forte ação em todos os níveis e uma maior responsabilidade e *accountability* por todos os atores em jogo.

As estratégias usadas para combater as desigualdades de gêneros são centrais para conseguir reduzir a pobreza no mundo. A OCSE diz que a igualdade de gêneros reforça o desenvolvimento econômico em longo prazo. Onde isso acontece, o tecido

social e econômico é mais avançado e concorrencial. É necessário que as políticas sejam *family-friendly*, para facilitar o acesso ao trabalho das mulheres, e de assistência ao desenvolvimento, para promover a participação das mulheres na vida econômica e aumentar as retribuições naqueles setores onde geralmente trabalham as mulheres. É também necessário que as políticas que aumentam o acesso aos serviços financeiros e de suporte ao empreendedorismo feminino, políticas de integração para as mulheres migrantes no mercado do trabalho e na sociedade e atitudes de gêneros nos programas de assistência sanitária e cuidados definam objetivos para as mulheres em suas carreiras gerenciais, etc. É também necessário definir objetivos concretos para as mulheres em suas carreiras gerenciais e na política. Essas temáticas deveriam ser inseridas com mais firmeza nos modelos econômicos para garantir, portanto um desenvolvimento sustentável.

Como eu dizia antes, o problema com a especificidade das várias regiões e países do mundo persiste em qualquer lugar. Por exemplo, a Comunidade Europeia individualiza no objetivo das pares oportunidades, um ponto prioritário de suas políticas, chegando até a utilizar uma *Road Map* para o período 2006-2010. Essa *Road Map* prevê até a criação de um instituto para a igualdade dos gêneros, constituído recentemente, e que vai ter o objetivo de rever todas as políticas comunitárias em uma ótica de igualdade de gêneros. Entre as temáticas de maior relevo atualmente em discussão na Europa, vale a pena citar a diferença salarial entre homens e mulheres, um melhor equilíbrio entre a vida familiar e profissional, eliminar a violência e o tráfico de mulheres, sustentar o orçamento de gêneros, eliminar os estereótipos na sociedade, promover a mesma participação das mulheres e dos homens nos processos de decisão. Tudo isso será sustentado pelas específicas ações-chaves entre as quais a promoção do empreendedorismo feminino.

Na América Latina, os governos também estão se dedicando a promover a igualdade dos gêneros. Antes de tudo, foi ratificada a CEDAW, que o Brasil assinou em 1980. Mais importante ainda é o comprometimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que em 2007 organizou, em Quito, o X Congresso Regional sobre as Mulheres na América Latina e no Caribe, onde foram enfrentadas as temáticas fundamentais da igualdade de gêneros: a contribuição das mulheres na economia e na proteção social, especialmente em referência ao trabalho não remunerado, a participação política e a igualdade dos gêneros nos processos de decisão em todos os níveis. Em detalhe, com o consenso de Quito, foram definidos os seguintes objetivos a serem alcançados:

- Reformas legislativas e de orçamento para garantir a participação das mulheres na vida pública e econômica.
- Mesmas responsabilidades para homens/mulheres na vida de trabalho e na família.

- Eliminação da discriminação no trabalho, no acesso à educação.
- Eliminação nas diferenças de salários.
- Difusão da CEDAW.
- Medidas para combater a violência contra as mulheres.
- Pedido ao ECLAC e às Nações Unidas para criar um Observatório sobre a Igualdade dos Gêneros.

Juntos, e em alguns casos independentemente do comprometimento dos governos, no mundo inteiro as mulheres, graças a um trabalho capilar de base, estão demonstrando ser agentes de mudanças, e em muitas regiões do mundo, com persistência, elas estão produzindo uma mudança que vem de baixo, da vontade de não desistir, de encontrar novos caminhos para um autodesenvolvimento e codesenvolvimento. Nesse percurso, as mulheres encontram geralmente o cooperativismo, e o movimento cooperativo deve, portanto, desenvolver uma função de fundamental importância nesse cenário global.

Uma cooperativa é um modelo de empresa baseado na democracia e na mutualidade. Um modelo que não nega as diversidades entre os indivíduos, mas, ao contrário, dá valor a essa diversidade, perseguindo objetivos em comum. Em geral, então, as cooperativas são um modelo de empresa que atrai as mulheres. As cooperativas oferecem às mulheres sócias e dependentes oportunidades para participar e influenciar nas atividades econômicas. No mundo inteiro, as cooperativas permitem às mulheres ganhar sua autonomia e consciência de si mesmas por meio da participação, e pegar as oportunidades das quais poderiam ser excluídas. Desse modo, garantem o sucesso de suas empresas em benefício de comunidades inteiras e países.

As cooperativas são o produto de uma economia de mercado e confiam na existência do mercado para funcionar do melhor jeito. Um mercado que coloca em seu centro o indivíduo, mulher ou homem, jovem ou idoso. É, portanto, importante garantir que a forma de empresa cooperativa contribua significativamente para satisfazer os desafios da competição global, garantindo que a forma de empresa cooperativa contribua ao desenvolvimento humano das mulheres e dos homens.

Sustentar as mulheres em seus percursos ao autoempendedorismo cooperativo e a promoção das pares oportunidades existentes é, portanto, um fator-chave para promover a contribuição das mulheres na sociedade e nas economias de muitos países.

O movimento cooperativo, tradicionalmente, em todos os países do mundo, sempre foi caracterizado por uma forte presença feminina, que representa uma parte rele-

vante da base social e ocupacional da cooperação em seu complexo. Se é verdade que no mundo existem mais de 800 milhões de cooperadores, então é também verdade que mais da metade são mulheres. Todavia, como dado global, com uma forte presença feminina no plano social e ocupacional na cooperação, não corresponde a uma presença igual nos órgãos de decisão. Esse dado é global, portanto, de acordo com a OCSE, a presença das mulheres nas posições gerenciais, seja no setor público ou no privado, é baixa. Nos países da OCSE, por exemplo, onde as mulheres representam 40-50% da força de trabalho, as mulheres nos vértices são cerca de 8%. Um recente estudo evidenciou que essa diferença reduz as performances, a inovação e a eficácia, seja dos governos ou das empresas.

Promover oportunidades iguais nas cooperativas é uma necessidade que, a nível internacional, vê junto a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em suas várias articulações (global, regional, setorial) e o seu Comitê de Igualdade de Gêneros (GEC).

A ACI, que, como vocês sabem, é a organização mundial de representação do movimento cooperativo, colocou entre suas prioridades a promoção da igualdade dos gêneros na cooperação em todos os níveis. As organizações nacionais tentam favorecer a participação das mulheres na qualidade de delegadas à vida da organização, para sustentar seu crescimento profissional e atuar em políticas de reais oportunidades iguais e *gender mainstreaming*.

Exatamente para promover a igualdade dos gêneros, em 1965 foi criado, dentro da ACI, o Comitê de Igualdade dos Gêneros, um fórum de discussão e promoção da igualdade entre homens e mulheres e das oportunidades iguais no movimento cooperativo e na sociedade. O Comitê de Igualdade de Gêneros da ACI, além de ter elaborado as linhas-mestras estratégicas em nível global, aprovadas pelo Board ICA em 2000, além de ter colocado em rede as mulheres cooperadoras do mundo inteiro, organizando muitas iniciativas de encontros e confrontos, também em colaboração com as agências da ONU, sustentou uma ação de promoção da experiência cooperativa e da contribuição específica das cooperadoras nos governos e nas instituições internacionais. As estruturas regionais da ACI realizaram, nos últimos anos, importantes projetos para favorecer a formação das mulheres, suas capacidades de *lobby*, suas funções fundamentais no desenvolvimento social e econômico e sua capacidade de influenciar a sociedade e a economia. Além desse trabalho capilar nos vários territórios, se adicionou também um forte comprometimento para promover a candidatura e a eleição das cooperadoras nos órgãos de governo da ACI. Seria importante realizar um *mainstreaming* cada vez maior das questões de gêneros em todas as políticas e os programas regionais, setoriais e globais, convidando as organizações nacionais a fazer a mesma coisa, porque uma mudança real deve acontecer antes de tudo a nível local.

Ao lado do *Gender Equality Committee*, em nível global existem comitês regio-

nais nas Américas e na Ásia, *networks* informais europeus e, esse ano, foi reconstituído um comitê regional na África.

O comitê regional de gêneros para a América Latina nasceu em 1997 e foi estruturado em comitês sub-regionais (Grupo Andino, Cone Sul, Zona Norte, Centro América e Caribe). Seu objetivo é aquele de promover a igualdade dos gêneros nas organizações cooperativas da América Latina, de acordo com as linhas-guias estabelecidas pelo GEC da ACI com a plataforma das cooperadoras latino-americanas.

Falando de maneira geral, apesar dos resultados alcançados pela cooperação em cada ângulo do planeta durante os últimos 10 anos, graças ao comprometimento de tantas cooperadoras e cooperadores, temos a consciência de que ainda resta muito a fazer para promover uma maior igualdade de gêneros em todos os níveis.

A nossa rede global constitui um recurso inestimável para desenvolver um *lobby* político e social, seja em nível global ou regional. Nesse sentido, nós deveríamos ser capazes de utilizá-la mais, trabalhar mais juntos, porque juntos vamos poder fazer a diferença, influenciando as causas estruturais, para que as cooperadoras que virão depois de nós encontrem cooperativas cada vez mais *gender friendly* e *gender oriented*. Com o objetivo de monitorar a presença das mulheres e sua função no movimento cooperativo, é importante recolher dados estatísticos desagregados por gênero, onde podem verificar os progressos e as dificuldades, conhecer as políticas que cada membro utiliza para implementar as oportunidades iguais entre homens e mulheres, saber avaliar os sucessos e os limites dessas políticas, divulgar o conhecimento sobre os exemplos de *Best Practice* na aplicação das oportunidades iguais e de igualdade dos gêneros. É também fundamental promover a igualdade dos gêneros, partindo pela mesma base associativa, sensibilizando os diretores e os trabalhadores, avançando propostas para aliviar a carga de trabalho familiar e promovendo o crescimento profissional e a representação das cooperadoras. Enfim, não menos importante, dispor dos recursos humanos, antes de tudo, mas também de uma forte vontade política compartilhada.

No âmbito rural, o movimento cooperativo pode contribuir muito para o alcance da igualdade dos gêneros. Mesmo se não existem medidas adequadas para todos os contextos e elas sempre se inserem em cada realidade, no pleno respeito dos percursos e das culturas locais, algumas medidas testadas nos vários continentes parecem ser bem eficazes.

- Sustentar o associativismo social e econômico das mulheres na agricultura. Isso significa melhorar seus direitos e acesso aos recursos e serviços;
- Cultivar as capacidades empreendedoras das mulheres: a divisão tradi-

cional do trabalho muitas vezes entrega às mulheres rurais uma produção de sustentação. As políticas e as intervenções que aceitam isso como fato são destinadas a pagar preços altos em termos de menor impacto sobre a pobreza rural e a insegurança alimentar. A experiência nos ensina que, onde são realizadas políticas e programas dedicados ao reforço das capacidades empreendedoras das mulheres por meio de serviços financeiros, incubadoras de empresas, formação – incluindo a formação para a *leadership* – serviços jurídicos etc. As mulheres mais pobres que iniciam o caminho do auto-empresendedorismo, geralmente, quando são apoiadas nesse caminho, têm sucesso.

- Proteger os direitos das mulheres na finança rural e mais em geral no acesso aos fatores-chaves. Os programas realizados em alguns países, entre os quais aparece o Brasil, testemunham que, onde cresce o número de mulheres que gozam dos direitos relativos à terra e à água, melhora seu controle sobre as empresas agrícolas, as empresas e o mercado de trabalho.
- Assumir todas as medidas necessárias para aumentar a representação das mulheres e para que suas vozes sejam escutadas.
- Envolver as mulheres rurais na identificação de produtos inovadores e serviços por meio de uma atitude participativa.

No Brasil, existe um movimento cooperativo muito forte e de economia solidária, onde a empresa cooperativa é considerada um instrumento de desenvolvimento sustentável das desigualdades, seja nas áreas urbanas ou rurais. A meu ver, o governo, as instituições locais e as organizações cooperativas estão cada vez mais incluindo, de maneira incisiva, as políticas dos gêneros nas políticas de desenvolvimento do país e é importante valorizar o que as cooperativas fizeram e quanto ainda poderão fazer nesse país para permitir que as mulheres obtenham sempre mais *empowerment* socioeconômico.

Porque sustentar as mulheres, por meio da promoção das oportunidades iguais e da igualdade, significa sustentar uma comunidade, um país, uma nação, criando um futuro melhor para todos.

Stefania Marcone

Rappresentanti del Governo e delle Istituzioni Brasiliane, Rappresentanti della Secreteria Especial de Politicas para as Mulheres, Egregio Ministro dell'Agricoltura, Pecuária e Abastecimento, Egregio Secretario Marcio Porto Carrero, Gentilissima Dott.ssa Vera Lúcia De Oliveira, cari colleghi dell'OCB, care amiche e amici operatori presenti in sala, è per me un vero onore e un grande piacere personale essere oggi con voi al "I Forum Nacional de Genero, Cooperativismo e Associativismo".

A nome del Comitato di Parità di Genere dell'Alleanza Cooperativa Internazionale, Vi porto il saluto delle cooperatrici dell'Africa e dell'Asia, dell'Europa e delle Americhe. Permettetemi, come rappresentante della Legacoop d'Italia, di portarvi anche i saluti e i migliori auguri di buon lavoro da parte delle cooperatrici del mio Paese.

Mi corre l'obbligo, prima di entrare nel vivo della mia relazione, di ringraziare gli organizzatori di questo evento per il gentile invito che mi avete rivolto ad essere con voi oggi. Permettetemi anche di esprimere il più vivo apprezzamento per gli sforzi che le cooperatrici brasiliane, a tutti i livelli fanno, ogni giorno con il loro impegno quotidiano nelle cooperative e nelle rispettive comunità, per promuovere l'empowerment delle donne e l'eguaglianza di genere, che, come sappiamo tutte noi, è un percorso difficile ed irto di ostacoli, visibili ed invisibili.

Ritengo questo Forum un'iniziativa assai importante poiché sottolinea l'attenzione che le istituzioni brasiliane, il movimento cooperativo, la società civile pongono al tema dell'eguaglianza di genere come una delle grandi sfide da affrontare per risolvere gli enormi problemi socio-economici che le comunità a livello locale, nazionale ed internazionale hanno oggi di fronte.

Si tratta di problemi comuni, che richiedono una risposta urgente da parte delle leadership , a tutti i livelli. Il programma Coopergenero, lanciato nel 2004 e portato avanti dalla Denacoop, che verrà presentato dall'amica Vera De Oliveira, mi pare sia una prova concreta dell'impegno del Ministero che oggi ci ospita.

Infatti promuovere la parità di genere nelle cooperative è – e deve diventare sempre più – una strategia dello stesso sviluppo cooperativo!

Questo cambiamento di prospettiva ha significative implicazioni, poiché le politiche di parità di genere sono rivolte a rimuovere, appunto, le cause più profonde delle ineguaglianze.

Ma qual è la situazione nel mondo? La parità di genere è misurata in vario modo. Mi sembra interessante richiamare la vostra attenzione su un indice sviluppato dal Social Watch, una rete di oltre 400 organizzazioni non governative attive in oltre 80 paesi, che ogni anno elabora un rapporto indirizzato a monitorare gli impegni assunti a livello internazionale per la lotta alla povertà e la parità di genere.

Tale indice considera tre elementi: l'attività economica, l'empowerment e l'istruzione. Innanzitutto, da tale analisi emerge che in nessun paese vi è una totale parità tra uomo e donna. In secondo luogo, da un attento esame della classificazione dei paesi secondo tale indice, emerge che la parità di genere si realizza indipendentemente dal livello del PIL del paese, e che di cruciale importanza sono le politiche che consentono una effettiva rimozione degli ostacoli che impediscono alle donne di accedere alle stesse opportunità degli uomini.

Per esempio, come vedete dalla slide, le performance del Rwanda (che si colloca al terzo posto) sono superiori a quelle del mio paese, l'Italia, che si colloca al 71° posto.

I dati delle Agenzie delle Nazioni Unite dimostrano chiaramente come la povertà sia un fenomeno che caratterizza soprattutto le donne, tanto da aver coniato il termine "femminilizzazione della povertà". Le donne rappresentano oltre il 70% dei poveri a livello globale e sono 500 milioni quelle che vivono in condizioni di estrema povertà. Le donne costituiscono inoltre la maggioranza della forza lavoro impiegata in agricoltura, producendo la gran parte delle risorse alimentari consumate nei paesi in via di sviluppo e nelle economie in transizione, e rappresentano gli agenti principali della sicurezza alimentare, del benessere familiare e delle comunità locali. Ciononostante posseggono meno del 2% delle terre coltivabili, percepiscono solo 1/3 del reddito mondiale e difficilmente vengono considerate dalle statistiche ufficiali nazionali. Hanno inoltre minore accesso all'istruzione e quindi a posizioni lavorative di alto profilo, rispetto agli uomini.

Conseguentemente l'empowerment economico delle donne dovrebbe essere una priorità logica dei programmi e delle politiche agricole che cercano di promuovere lo sviluppo agricolo. Eppure, a livello internazionale, la dimensione di genere viene esplicitamente incorporata in meno del 10% dell'assistenza ufficiale allo sviluppo

diretta all'agricoltura. Questa sottovalutazione ha altissimi costi in termini di mancate opportunità di accrescere la produttività agricola e il reddito. Le donne in tante società rurali mancano di incentivi per investire a fronte di una maggiore vulnerabilità e una maggiore esposizione ai rischi, derivanti da un lato dall'aver minore accesso agli assets, e dall'altro dalla forte probabilità che, quando il lavoro che esse svolgono esce dai settori di nicchia e diviene commercialmente profittevole, sarà "espropriato dagli uomini". In molti paesi del mondo le donne hanno accesso limitato alla proprietà terriera (da leggi nazionali o da costumi sociali), ed inoltre l'accesso limitato alla proprietà comporta un accesso limitato al credito ed ai principali fattori produttivi. Mi duole dire che spesso esse sono escluse anche dalla possibilità di aderire ad una cooperativa, diritto riservato solo al capofamiglia.

La comunità internazionale si è impegnata nel riconoscimento dei diritti delle donne e della parità di genere sin dagli anni '70, con l'approvazione nel 1979 della Convenzione per l'eliminazione di tutte le forme di discriminazione contro le donne (CEDAW). Le Conferenze Mondiali sulle donne poi, in particolar modo quella del 1995 a Beijing, in cui venne approvata la relativa Piattaforma di Azione, e nelle conferenze successive, hanno avuto un ruolo principale nel richiamare l'attenzione dei governi e dell'opinione pubblica sulla condizione delle donne nel mondo. La parità di genere e l'empowerment delle donne sono inoltre esplicitamente considerate nel terzo degli Obiettivi del Millennio, ma riguardano tutti gli altri Obiettivi, anche laddove la parità di genere non è chiaramente espressa. Gli MDG infatti riconoscono che il benessere globale e la pace potranno essere raggiunti solo quando tutte le persone del mondo avranno il potere di disporre delle proprie vite, e di provvedere al sostentamento delle proprie vite e di quelle dei loro familiari. Le società nelle quali le donne sono trattate in modo più equo si riservano un'opportunità molto più alta di raggiungere gli Obiettivi del Millennio entro il 2015. Ogni singolo Obiettivo di Sviluppo del Millennio è direttamente collegato ai diritti delle donne, e le società in cui le donne non godono degli stessi diritti degli uomini non riusciranno a raggiungere lo sviluppo in modo sostenibile.

Si tratta di un immenso problema sociale, di diritti e di emancipazione, di eguaglianza ed equità, ma si tratta anche di un enorme problema economico.

Pertanto, assodata la pressoché assenza di parità di genere a livello globale e a fronte degli impegni solenni assunti dalla comunità internazionale in materia, è necessario uscire dalla retorica e dagli stereotipi, e reclamare una forte azione a tutti i livelli ed una maggiore responsabilità ed accountability da parte di tutti gli attori in gioco.

Le strategie volte a combattere le ineguaglianze di genere sono centrali per riuscire a ridurre la povertà nel mondo. L'OCSE sostiene che l'eguaglianza di genere rafforza lo sviluppo economico di lungo termine. Laddove ciò avviene, il tessuto sociale

ed economico è più avanzato e competitivo. Sono necessarie politiche che siano family-friendly, per agevolare l'accesso al lavoro delle donne, e di assistenza allo sviluppo, volte a promuovere la partecipazione delle donne alla vita economica e ad aumentare le retribuzioni in quei settori in cui tipicamente sono impiegate le donne. Sono necessarie inoltre politiche che accrescano l'accesso ai servizi finanziari e di supporto all'imprenditoria femminile, politiche di integrazione per le donne migranti nel mercato del lavoro e nella società e approcci di genere nei programmi di assistenza sanitaria e cura, definire obiettivi per le donne nelle carriere manageriali, ecc. Si devono inoltre definire obiettivi concreti per le donne nelle carriere manageriali e nella politica. Questi temi dovrebbero essere inseriti con più fermezza nei modelli economici per assicurare per l'appunto uno sviluppo sostenibile.

Dicevo che il problema, con le specificità delle varie aree e Paesi del mondo, persiste ovunque. Ad esempio l'Unione Europea individua nell'obiettivo delle pari opportunità un asse prioritario delle proprie politiche, tanto da aver adottato una Road Map per il periodo 2006-2010. Questa road map tra l'altro prevede la creazione di un istituto per l'eguaglianza di genere, recentemente costituito e che avrà il compito di rivedere tutte le politiche comunitarie in un'ottica di parità di genere. Tra i temi di maggiore rilievo attualmente in discussione in Europa, vale la pena citare il divario salariale tra uomini e donne, un migliore equilibrio tra vita familiare e professionale, eliminare la violenza ed il traffico di donne, sostenere il budget di genere, eliminare gli stereotipi nella società, promuovere l'eguale partecipazione delle donne e degli uomini nei processi decisionali. Il tutto sarà sostenuto da specifiche azioni chiave tra cui la promozione dell'imprenditorialità femminile.

Anche in America Latina i governi sono impegnati nel promuovere la parità di genere. Innanzitutto è stata ratificata la CEDAW, che il Brasile ha firmato nel 1980. Di particolare rilevanza è l'impegno della Commissione Economica per l'America Latina e i Caraibi, che nel 2007 ha organizzato a Quito la X Conferenza Regionale sulle Donne in America Latina e nei Caraibi, nella quale sono stati affrontati i temi fondamentali della parità di genere: il contributo delle donne all'economia e alla protezione sociale, specialmente in riferimento al lavoro non remunerato, la partecipazione politica e la parità di genere nei processi decisionali a tutti i livelli. In particolare, con il consenso di Quito, sono stati definiti i seguenti obiettivi da perseguire:

- Riforme legislative e di budget per assicurare la partecipazione delle donne alla vita pubblica ed economica.
- Corresponsabilità uomo/donna nella vita lavorativa e familiare.
- Eliminazione delle discriminazioni sul lavoro, nell'accesso alla educazione.
- Eliminazione dei gap retributivi.

- Diffusione della CEDAW.
- Misure per combattere la violenza contro le donne.
- Richiesta all'ECLAC ed alle Nazioni Unite di creare un Osservatorio sull'Eguaglianza di Genere.

Insieme, ed in alcuni casi indipendentemente dall'impegno dei governi, in tutto il mondo le donne, grazie ad un lavoro capillare di base, stanno dimostrando di essere agenti di cambiamento, ed in tante regioni del mondo, con tenacia, esse stanno producendo un cambiamento che viene dal basso, dalla voglia di non rassegnarsi, di trovare nuove strade per l'auto-sviluppo e il co-sviluppo. In questo percorso le donne spesso incontrano il cooperativismo e il movimento cooperativo ha, quindi, un ruolo di particolare importanza da svolgere in questo scenario globale.

Una cooperativa è un modello d'impresa basato sulla democrazia e la mutualità. Un modello che non nega le diversità tra gli individui, ma al contrario dà valore a questa diversità nel perseguire obiettivi comuni. Quindi in generale le cooperative sono un modello d'impresa attraente per le donne. Le cooperative offrono alle donne sia come socie e dipendenti opportunità di partecipazione e di influenzare le attività economiche. Esse in tutto il mondo consentono alle donne di guadagnare autonomia e coscienza di sé attraverso la partecipazione e di cogliere opportunità alle quali altrimenti sarebbero escluse. In questo modo assicurano il successo delle loro imprese a beneficio di intere comunità e Paesi.

Le cooperative sono il prodotto di un'economia di mercato e confidano sull'esistenza del mercato per funzionare nel modo migliore. Un mercato che mette al suo centro l'individuo, donna o uomo, giovane o anziano. E' quindi importante assicurare che la forma d'impresa cooperativa contribuisca significativamente a soddisfare le sfide della competizione globale assicurando che la forma d'impresa cooperativa contribuisca allo sviluppo umano delle donne e degli uomini.

Sostenere le donne nel loro percorso all'auto-imprenditorialità cooperativa e la promozione delle pari opportunità nelle imprese cooperative esistenti è dunque un fattore chiave per promuovere il contributo delle donne nella società e nelle economie di tanti paesi.

Il movimento cooperativo, tradizionalmente, in tutti i paesi del mondo, è sempre stato caratterizzato da una forte presenza femminile, che rappresenta una parte rilevante della base sociale ed occupazionale della cooperazione nel suo complesso. Se è vero che al mondo esistono oltre 800 milioni di operatori, allora è altrettanto vero che più della metà sono donne. Tuttavia, come dato globale, ad una forte presenza femminile

sul piano sociale e occupazionale nella cooperazione, non corrisponde un'uguale presenza negli organi decisionali. Dato questo globale, infatti secondo l'OCSE la presenza delle donne nelle posizioni manageriali sia nel settore pubblico che privato è bassa. Nei paesi OCSE, ad esempio in cui le donne rappresentano il 40-50% della forza lavoro, le donne ai vertici sono l'8%. Un recente studio ha evidenziato che tale gap riduce le performances, l'innovazione e l'efficacia, sia dei governi che delle imprese.

Promuovere le pari opportunità nelle cooperative è un impegno che, a livello internazionale, vede insieme l'Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI), nelle sue varie articolazioni (globale, regionale, settoriale) ed il suo Comitato di Eguaglianza di Genere (GEC).

L'ACI, che come sapete è l'organizzazione mondiale di rappresentanza del movimento cooperativo, ha posto tra le sue priorità la promozione dell'eguaglianza di genere nella cooperazione a tutti i livelli. Si spingono le organizzazioni nazionali aderenti a favorire la partecipazione delle donne in qualità di delegate alla vita dell'organizzazione, a sostenere la loro crescita professionale e ad attuare politiche di reali pari opportunità e gender mainstreaming.

Proprio per promuovere la parità di genere, nel 1965 è stato creato, all'interno dell'ACI, il Comitato di Eguaglianza di Genere, un Forum di discussione e promozione dell'eguaglianza fra uomini e donne e delle pari opportunità nel movimento cooperativo e nella società. Il Comitato di parità di Genere dell'ICA, oltre ad aver elaborato linee guida strategiche a livello globale, approvate dal BOARD ICA nel 2000, ad aver messo in rete le donne cooperatrici di tutto il mondo organizzando molte iniziative di incontro e confronto, anche in collaborazione con le agenzie ONU, ha sostenuto un'azione di promozione dell'esperienza cooperativa e del contributo specifico delle cooperatrici presso i governi e le istituzioni internazionali. Le strutture regionali dell'ICA hanno realizzato nel corso degli ultimi anni importanti progetti volti a favorire la formazione delle donne, la loro capacità di lobby, il loro ruolo determinante nello sviluppo sociale ed economico, e la loro capacità di incidere nella società e nell'economia. A questo lavoro capillare nei vari territori, si è aggiunto anche un forte impegno per promuovere la candidatura ed elezione delle cooperatrici negli organi di governo dell'ICA. Sarebbe assai importante realizzare un sempre maggiore "mainstreaming" delle questioni di genere in tutte le politiche e i programmi regionali, settoriali e globali, invitando le organizzazioni nazionali a fare lo stesso, perché un cambiamento reale non può che avvenire a livello locale.

A fianco del Gender Equality Committee a livello globale, esistono comitati regionali nelle Americhe e in Asia, networks informali europei e, da quest'anno, si è ricostituito un comitato regionale in Africa.

Il comitato regionale di genere per l'America Latina è nato nel 1997 ed è strutturato in comitati sub regionali (Grupo Andino, Cono Sur, Zona Norte, Centro America e Caribe). Il suo obiettivo è quello di promuovere l'eguaglianza di genere nelle organizzazioni cooperative dell'America Latina in base alle linee guida dettate dal GEC dell'ICA con la Piattaforma delle cooperatrici latino americane.

In termini generali, nonostante i tanti risultati raggiunti dalla cooperazione in ogni angolo del pianeta nel corso degli ultimi 10 anni, grazie all'impegno di tante cooperatrici e operatori, siamo consapevoli che molto resta da fare per promuovere una maggiore parità di genere a tutti i livelli.

Innanzitutto la nostra rete globale costituisce una risorsa inestimabile per svolgere lobby politica e sociale, tanto a livello globale che regionale. In quest'ottica dovremmo essere capaci di utilizzarla di più, lavorare di più insieme, perché è insieme che potremo fare la differenza, incidendo sulle cause strutturali, affinché le cooperatrici che verranno dopo di noi possano trovare cooperative sempre più gender friendly e gender oriented. Allo scopo di monitorare la presenza delle donne e il loro ruolo nel movimento cooperativo è importante inoltre raccogliere dati statistici disaggregati per genere, onde poter verificare i progressi e le difficoltà, conoscere le politiche che i singoli membri adottano per implementare le pari opportunità tra uomini e donne, saper valutare i successi ed i limiti di tali politiche, diffondere la conoscenza sugli esempi di best practice nell'applicazione delle pari opportunità e di eguaglianza di genere. È fondamentale inoltre promuovere la parità di genere partendo dalla stessa base associativa, sensibilizzando managers e lavoratori, avanzando proposte per alleviare il carico di lavoro familiare e promuovendo la crescita professionale e la rappresentanza delle cooperatrici. Infine, non meno importante disporre delle risorse umane, innanzitutto, e di una forte volontà politica condivisa.

In ambito rurale poi il movimento cooperativo può contribuire molto al raggiungimento della parità di genere. Sebbene non esistano misure adatte a tutti i contesti ed esse vadano sempre calate nelle singole realtà, nel pieno rispetto dei percorsi e delle culture locali, alcune misure testate nei vari continenti sembrano essere assai efficaci.

- Sostenere l'associazionismo sociale ed economico delle donne in agricoltura. Ciò significa migliorare i diritti e il loro accesso alle risorse e ai servizi.
- Coltivare le capacità imprenditoriali delle donne: la divisione tradizionale del lavoro spesso consegna le donne rurali ad una produzione di sussistenza. Le politiche e gli interventi che accettano ciò come dato di fatto sono destinate a pagare prezzi alti in termini di minore impatto sulla povertà rurale e l'insicurezza alimentare, l'esperienza ci insegna che laddove

vengono realizzate politiche e programmi dedicati al rafforzamento delle capacità imprenditoriali delle donne attraverso servizi finanziari, incubatori d'impresa, formazione – inclusa la formazione alla leadership, servizi legali, ecc. Le donne più povere che intraprendono la strada dell'autoimprenditoria, di norma, se sostenute in questo processo, hanno successo.

- Tutelare i diritti delle donne nella finanza rurale e più in generale nell'accesso ai fattori chiave. I programmi realizzati in alcuni Paesi, tra cui spicca il Brasile, testimoniano che laddove cresce il numero delle donne che godono dei diritti legati alla terra e all'acqua migliora il loro controllo sulle aziende agricole, le imprese e il mercato del lavoro.
- Assumere tutte le misure necessarie per accrescere la rappresentanza delle donne e che la loro voce sia ascoltata.
- Coinvolgere le donne rurali nell'identificazione di prodotti innovativi e servizi attraverso un approccio partecipativo.

In Brasile, voi lo sapete meglio di me, vi è un forte movimento cooperativo e dell'economia solidale, in cui l'impresa cooperativa è vista come strumento di sviluppo sostenibile e di riduzione delle disuguaglianze, tanto nelle aree urbane quanto nelle aree rurali. Mi pare che il Governo, le istituzioni locali, le organizzazioni cooperative stiano sempre più includendo in modo incisivo le politiche di genere nelle politiche di sviluppo del paese ed è importante valorizzare quanto le cooperative hanno fatto e quanto ancora potranno fare in questo paese per consentire alle donne di ottenere un sempre maggiore empowerment socio-economico.

Perché sostenere le donne, attraverso la promozione delle pari opportunità e l'eguaglianza significa sostenere una comunità, un paese, una nazione nel creare un futuro migliore per tutti.

Augurandovi un buon lavoro oggi e tanto successo nel vostro lavoro quotidiano nelle vostre rispettive realtà, vi ringrazio di cuore per la bella opportunità di conoscervi meglio che mi avete offerto.

Stefania Marcone

Estratégia do Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo

Dra. Vera Lúcia Oliveira Daller

*Coordenadora-Geral de Autogestão Cooperativista
do Denacoop/SDC/Mapa*

Desde Rochdale, a criação da 1ª cooperativa do mundo, com os pioneiros equitativos, em que Ana Tweedale participou junto aos 28 trabalhadores ingleses num pequeno armazém, é inegável que o empreendedorismo feminino tem contribuído para a equidade de gênero nos movimentos cooperativistas no mundo.

O movimento cooperativista se iniciou na Inglaterra, em 1844, em meio à Revolução Industrial, com o objetivo de unir forças dos trabalhadores, visando obter maiores e melhores resultados do trabalho de forma organizada. Com rápida expansão, o cooperativismo se espalhou pela Europa e pelo mundo e, em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com aproximadamente 550 mil associados.

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), para representar mundialmente o cooperativismo, divulgar sua doutrina e preservar seus valores e princípios. A sede fica em Genebra (Suíça) e congrega mais de 222 organizações-membros em cem países, representando mais de 800 milhões de pessoas. Em 1946, a Aliança conquistou assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), sendo uma das primeiras organizações não governamentais a ter cadeira no organismo. O Brasil é filiado à ACI desde 1989.

Para atender à crescente participação da mulher no mundo do trabalho, em 1995, a ACI criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe, com oito áreas estratégicas, a saber:

- Equidade de gênero.
- Desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento.
- Eliminação da pobreza.

- Igualdade de participação das mulheres nas tomadas de decisões, no poder, na vida privada e pública.
- Direitos humanos, paz e violência.
- Divisão de responsabilidades familiares; reconhecimento da pluralidade cultural da região.
- Apoio e cooperação internacional.
- Acompanhamento efetivo por parte das organizações e instituições.

Em novembro de 1996, na Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, ocorrida em San José da Costa Rica, aconteceu a 1ª Plataforma Continental da Mulher Cooperativista, quando foi criado um programa voltado ao aumento da participação feminina nas cooperativas, com o objetivo principal de ampliar a capacidade decisória da mulher cooperada e estimular novas lideranças. “Cuántas somos y qué queremos? Cunstruyendo las respuestas”. Esse foi o tema deste primeiro encontro.

Mulheres dos mais diversos países latino-americanos estiveram presentes, refletindo o enfoque de gênero nas organizações cooperativistas, buscando juntas aceitar os desafios, propor novas metas para a conquista do próprio espaço, tendo por base os valores do cooperativismo de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. As mulheres discutiram não só questões de violência, mas também assumiram o compromisso de legitimar as ações em suas organizações de base, a partir da necessidade de mudança entre os padrões estabelecidos.

A plataforma de trabalho estabelecia o compromisso das mulheres cooperativistas de:

1. Manter uma atitude de permanente vigilância na sociedade civil como parte do movimento de mulheres, para que se cumprissem os acordos da plataforma e plano de ação para as mulheres da América Latina e Caribe, e fossem elaboradas estratégias e ações concretas nos aspectos que atingissem diretamente as cooperativas como organizações de caráter econômico de ajuda mútua e de responsabilidade social.
2. Fazer um pacto para a criação de condições que permitissem o desenvolvimento de potencial e capacidade da mulher, mediante a organização de círculos do gênero das cooperativas de base, e a formação da Rede de Mulheres da América Latina e Caribe.

3. Aplicar os princípios e valores cooperativos em todas as práticas das organizações como estratégia que sustenta o desenvolvimento de novas relações democráticas, justas e equitativas, de maneira que se possa eliminar a subordinação feminina.

Desde então, várias ações se desenvolveram em direção ao aumento da participação feminina. Homens e mulheres, num esforço cooperativo, e respeitando os valores e princípios, principalmente, os da igualdade e da oposição à discriminação, empenharam-se no ajuste das questões de gênero, visando o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho cooperativo e associativo.

Em 1997, o Brasil assume a presidência da Aliança Cooperativa Internacional, com o líder cooperativista Dr. Roberto Rodrigues, sendo o primeiro presidente não europeu a presidi-la, cuja prioridade em sua gestão foi a participação da mulher e do jovem como visão estratégica organizacional. Na sua gestão, a ACI assumiu efetivamente o compromisso de estabelecer normas e procedimentos sobre a questão do gênero.

Roberto Rodrigues foi grande incentivador do tema, ao declarar em seu discurso de posse, em Genebra, entre as prioridades de sua gestão:

- O fortalecimento da identidade cooperativa.
- A especialização e a integração.
- A participação da mulher e do jovem.
- África como região geográfica.

Em julho de 2000, a Diretoria da Aliança Cooperativa Internacional – ACI aprovou o documento Estratégias da ACI para a Promoção da Igualdade de Gênero visando estimular a presença da mulher nas decisões das cooperativas. Procurou, desde então, assegurar uma política de paridade de gênero em suas reuniões estatutárias de nível regional e global, recomendando inclusive avaliação orçamentária de recursos para a promoção da igualdade de gênero.

Entre as recomendações do documento, destacam-se:

- Sensibilização e debates do problema, indicando inclusive a forma da legislação, para incluir maior número de mulheres nos níveis decisórios das cooperativas.
- Arregimentação de todos, para conseguir uma participação balanceada do

gênero nos encontros globais e regionais.

Este documento estabeleceu, também, a participação feminina na representatividade do corpo dirigente das cooperativas em 30%, até 2005.

No Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sob a presidência de Dejanir Dalpasquale, preocupou-se com a questão ao criar o 1º Comitê de Gênero, em 1997, sob a orientação do Dr. Celso Luiz Claro de Oliveira, diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

A Diretoria do Comitê foi assim constituída:

- Diva Benevides Pinho, Presidenta, professora da Universidade de São Paulo – USP e autora de estudos e pesquisas sobre cooperativismo.
- Adalva Alves Monteiro, Vice-Presidenta do Comitê e Presidenta da Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão.
- Sheila Paiva de Andrade, Secretária do Comitê, especialista em Cooperativismo Educacional do Estado de Goiás.

Diretoras-Executivas:

- Mariléa da Conceição de Souza Barroso, Presidenta da Cooperativa de Crédito Mútuo do Estado do Rio de Janeiro.
- Vera Lúcia Oliveira Daller, Historiadora, Advogada e Consultora de Cooperativas do Estado do Paraná.
- Eliane da Costa Gomes Tritto, Presidenta de Cooperativa de Consumo do Estado do Paraná.
- Wélia Szervinsk Silva, Secretária-Executiva do Conselho Administrativo da OCB, Brasília-DF.

O comitê atendia às recomendações das Nações Unidas: Bureau Internacional do Trabalho - BIT, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e Aliança Cooperativa Internacional – ACI, com referência à valorização do trabalho feminino, tanto na área urbana como na rural.

Conhecido pela sigla GEDEIC – Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas, era adstrito ao Comitê Regional Americano de Mulheres Cooperativistas,

como órgão especializado dentro da estrutura política da Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Surgiu da proposta inicial de participação das mulheres cooperativistas do Brasil junto ao Comitê Global de Mulheres da ACI.

Buscou inicialmente identificar sua missão, que se constituiu em estimular e organizar a participação da mulher no sistema cooperativista e na sociedade, conscientizando-a da importância do seu papel social, econômico, político e cultural.

Tinha, entre seus objetivos, promover os princípios básicos do cooperativismo e os valores éticos, através da cooperação e a interação entre as mulheres cooperativistas, estimulando as discussões a nível regional, nacional e internacional, sobre os temas relacionados com a equidade e igualdade de gênero.

A missão do GEDEIC resumia-se em dois pontos básicos:

- Estimular a profissionalização da mulher em direção à participação plena e conjunta de mulheres e homens nas atividades das cooperativas.
- Priorizar a educação como meio de fortalecimento da igualdade do gênero nas cooperativas.

A denominação gênero, utilizada pelas Nações Unidas, BIT, ACI e FAO, entre outras organizações internacionais, foi posteriormente adotada pelo Comitê Brasileiro, em substituição ao termo “Mulheres Cooperativistas”, com o objetivo de enfatizar as relações socioeconômicas entre mulheres e homens nas cooperativas e a importância de ambos na busca da igualdade do gênero.

E a inclusão da expressão “Gênero e desenvolvimento integrado em cooperativas” procurou ressaltar a necessidade de cooperação e de complementação profissional de cooperadas e cooperados no processo de desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

A palavra gênero foi agregada oficialmente pela ACI em oposição às discriminações que não podem existir no meio cooperativista.

Em 1999, aconteceu em Brasília o 1º Encontro Nacional de Gênero, promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, no qual foram discutidos os valores e os princípios do cooperativismo e, pela primeira vez no Brasil, a temática gênero, pelo público feminino e masculino.

A partir dessa mobilização, houve notável avanço no trato da situação da mulher e o sistema cooperativo e associativo em todos os estados brasileiros apoiando efetivamente as ações para o gênero, por meio de contínua capacitação e profissionalização do

trabalho das cooperativas e associações de mulheres.

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, com status de ministério, para desenvolver ações conjuntas, envolvendo todos os ministérios e secretarias especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

Assumindo o desafio do governo federal, de incorporar o componente gênero de forma mais incisiva nas políticas de desenvolvimento do país, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa cumpre o seu papel de Estado, ao implantar, por meio da Portaria Ministerial nº 156, de 2004, o Programa Gênero e Cooperativismo: Coopergênero. Este programa foi criado e desenvolvido no Departamento de Cooperativismo e Associativismo – Denacoop, na gestão do diretor José Roberto Ricken, junto à Coordenação Geral de Formação e Capacitação Cooperativista, atualmente Coordenação Geral de Autogestão Cooperativista e apoiado pela Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo – SARC, cujo secretário era o Sr. Waldemiro da Rocha, hoje Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC.

O programa, além de promover a incorporação do componente gênero como política pública, apoiando ações de capacitação, divulgação e geração de renda, demonstra que direitos e oportunidades devem ser iguais para homens e mulheres. Que a igualdade das relações, incluindo a remoção das dificuldades que afetam os cidadãos, em particular as mulheres, é condição essencial para um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana.

Estas ações de apoio, estímulo e fomento, resumem-se em:

- Sensibilização e capacitação de gestores(as), lideranças e associados(as) na área de gênero.
- Divulgação de experiências produtivas das mulheres no trato, desde a agricultura familiar até a produção acadêmica.
- Oportunizar o exercício da cidadania da mulher em todos os níveis: político, social, econômico e cultural.
- Inserir a mulher no agronegócio, na sociedade cooperativa e de contexto familiar.
- Redução das desigualdades.

- Construir modelo de desenvolvimento regional sustentável.
- Desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento.
- Eliminação da pobreza.

Durante o período 2004/2008, o programa atendeu, institucionalmente, 20 estados, com 36 metas executadas, 25.397 beneficiárias diretas e 62.381 indiretas, representando recursos na ordem de R\$ 2.167.918,22 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), com a finalidade de capacitar as mulheres técnica e administrativamente para o trabalho, o empreendimento cooperativo.

Corrigir as desigualdades e construir novas relações entre homens e mulheres, revisar valores, buscar a igualdade de oportunidades, o respeito e a solidariedade constituem-se em elementos conceituais de gênero para o trabalho nas cooperativas.

As políticas de gênero nas cooperativas poderão ser implementadas através de ações conscientes, deliberadas e constantes, definidas nos espaços de tomadas de decisões, tais como em Assembleias, visando definir linhas de ação para a equidade de gênero.

As cooperativas deverão criar condições para aplicar as políticas de gênero, estabelecendo prioridades e isto significa mudar as condutas e os valores; sensibilizar os homens para que tenham consciência da necessidade de construir relações de gênero mais justas; facilitar o desenvolvimento da capacidade de negociação das mulheres que fazem parte das cooperativas; assegurar que as estruturas administrativas e dirigentes estejam compostas equilibradamente entre mulheres e homens.

O avanço na aplicação das políticas de gênero dar-se-á através de:

- Marcos legais, definindo se a lei ou os regulamentos estão adequados à linguagem das perspectivas de gênero ou se as mulheres estão sendo excluídas, estabelecendo estratégias para eliminação da discriminação e inserindo a mulher na participação das reformas das leis e regulamentações da cooperativa, tais como revisão dos estatutos, para a inserção das questões de gênero, inclusive para o voto nas Assembleias.
- Estrutura empresarial, estabelecendo dados diferenciais estatísticos para dimensionar o acesso das mulheres aos benefícios da cooperativa, legitimando suas ações, conhecendo o nível das atividades de seu desempenho e estimulando planos e projetos para inclusão da mulher na esfera empresarial.

- Estrutura política, com a participação nos Conselhos de Administração, Fiscal, Comitês de Educação, e outros comitês que existam, com equilíbrio entre homens e mulheres, na administração e no quadro social e contínuo e permanente treinamento e capacitação.

Um dos momentos mais importantes para a história do cooperativismo no Mapa foi a realização do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, com fundamental apoio do ministro Reinhold Stephanes e do secretário, Dr. Márcio Portocarrero, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, com o objetivo de reavaliar as diretrizes do Programa Coopergênero e estabelecer novas estratégias de atuação, cuja ação foi desenvolvida pela Coordenação Geral de Autogestão Cooperativista, no âmbito do Departamento de Cooperativismo e Associativismo – Denacoop e contou com a participação de convidados internacionais, como a Sra. Stefania Marcone, presidenta do Comitê de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional – ACI e demais convidadas dos países do Mercosul, além da grande mestra Prof^a. Diva Benevides Pinho.

Está evidente que vivemos a era da busca da organização social de base, e o cooperativismo e o associativismo são ferramentas que objetivam potencializar resultados por meio de trabalho em conjunto e de metas comuns, vez que ambos criam a consciência de grupo e de força que a união e a organização podem trazer.

Estudos comprovam que as cidades que possuem cooperativas ou associações apresentam um maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso se traduz em qualidade de vida para o cooperado/associado e sua família. Associar/cooperar é agir de forma coletiva para o mesmo fim ou trabalhar juntos para o êxito de um mesmo objetivo ou propósito.

As mulheres representam hoje mais de 50% na população do Brasil e do mundo. Como excluí-las do desenvolvimento econômico e social? Do mercado de trabalho? Da geração de renda?

Deve-se destacar que as mulheres vêm de um longo processo de discriminação, o que determinou, nos últimos 50 anos, o encaminhamento de ações urgentes para eliminar as desigualdades. Homens e mulheres precisam estar empenhados em reconhecer que a equidade de gênero é uma necessidade atualíssima para o desenvolvimento das organizações. Embora ainda seja recente o estímulo oficial para a adesão de mulheres a estas formas de organização do trabalho, os avanços obtidos são crescentes e apontam para a necessidade de fortalecer ações públicas e identificar novas prioridades para promover a igualdade de gênero.

Vera Lúcia Oliveira Daller

Bibliografia

ANNAN, Koffi. *Mensagem do Secretário-Geral da ONU. Ocasão do Dia Internacional da Mulher*. 08/03/2004.

DALLER, Vera Lúcia de Oliveira. Artigo: *Cuántas somos y qué queremos? Construindo Las respuestas*. Jornal O Diário do Norte do Paraná, 18/12/2006.

DALLER, Vera Lúcia de Oliveira. Artigo: *O Gênero e o Futuro*.

DALLER, Vera Lúcia de Oliveira. Artigo: *Trajectoria da mulher no cooperativismo*.

Evolução do Cooperativismo no Brasil: Denacoop em ação. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, 2006.

Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília, 2006.

Gestão Cooperativa. Ano 6, nº12, março, 2004.

HERRERA, Julia, De Simone. *Manual para Implementar Políticas de Gênero em Las Cooperativas*.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano de Trabalho – 2004*. Denacoop, LSDC / Mapa.

PINHO, Diva Benevides. *Universidade, Gênero e Cooperativismo: OCB debatendo grandes temas do século XXI – Brasileiro*: SESCOOP, 2000.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

RODRIGUES, Roberto e Pinho, Diva Benevides. Artigo: *Maior Participação Feminina em Coops*. AC / Investindo no Futuro.

Da “Revolução Silenciosa à Cooperação
do Gênero”, a Saga da Mulher na Conciliação
entre o Lar e a Profissão

Dra. Diva Benevides Pinho

Professora Titular da FEA-USP, Economista e Advogada

Na Sessão Solene de instalação do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, promovido pelo Ministério da Agricultura em Brasília (novembro de 2008), a Prof^a.Diva Pinho foi homenageada por seus estudos e pesquisas sobre a questão de compartilhamento de igualdade e responsabilidades do gênero (masculino e feminino) nas cooperativas, e a criação, em 1997, da GEDEIC (Comissão de Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas) junto da OCB e da ACI (Aliança Cooperativa Internacional, Genebra), durante a presidência do Dr. Roberto Rodrigues na ACI (1996-2000). Juntamente com os agradecimentos pela homenagem, Diva Pinho apresentou o seguinte texto:

Exaltada por historiadores e analistas políticos, a “revolução silenciosa” das mulheres teve, no decênio de 1960, um pico de agressividade no mundo ocidental mas, atualmente, tende a buscar a parceria masculina para o fortalecimento de ambos na luta contra os problemas da economia de mercado.

A tendência de “cooperar” é defendida pela própria Betty Friedan, a grande líder feminista revolucionária dos EUA nos anos 1960, ao reconhecer que houve muitas mudanças no decorrer dos últimos decênios e que há necessidade de união entre homens e mulheres para a construção de uma comunidade que transcenda a divergente política de grupos separados de homens e de mulheres.

1. Do lar para atividades profissionais variadas

No século 20, marcado por intenso e rápido progresso tecnológico, a trajetória do trabalho da mulher ultrapassou o pequeno mundo do lar e da família para chegar a postos de responsabilidade em todos os setores, inclusive naqueles até então considerados domínios exclusivos dos homens.

Atualmente, porém, a comunicação em tempo real pela *Web* e a alta tecnologia de instrumentos de trabalho portáteis, *wireless*, *friendly* e avançados softwares (com destaque para os modernos notebooks e celulares) facilitam a combinação de atividades do lar com o teletrabalho, reforçando a possibilidade da mulher cuidar dos filhos + lar e prestar serviços profissionais em diversas áreas.

A entrada da mulher no mercado de trabalho teve, sem dúvida, importantes consequências econômicas, sociais e políticas, mas que se tornaram mais visíveis quando jovens solteiras e casadas da classe média começaram a se profissionalizar, sobretudo a partir da segunda metade do século 20.

2. Da Era de Ouro às turbulências de 2008

Marcada por trinta anos de prosperidade, a chamada Era do Ouro (Hobsbawm) teve início no fim da sequência de grandes catástrofes internacionais - duas Grandes Guerras, Grande Depressão de 1929/30 e ditaduras (nazista, fascista e outras formas de governo autoritário) – e terminou na segunda metade da década de 1970, quando a recessão e a estagnação econômica mergulharam o mundo em tumultos e incertezas (era de incertezas de que fala Hobsbawm).

Durante os trinta anos de economia dinâmica do século 20, o mundo ficou mais rico, produziu bens e serviços em grande quantidade e variedade; o padrão de vida melhorou; o progresso nos setores de comunicação e de transporte encurtou as distâncias entre pessoas e nações, entre pensamento e ação. Acelerou-se o crescimento demográfico e, com ele, o aumento da população universitária, com a presença feminina a princípio tímida e depois crescente (sobretudo a partir da década de 1960); a agricultura perdeu espaço para florescentes atividades urbanoindustriais, o êxodo dos rurícolas “inchou” a periferia das metrópoles e o proletariado urbano deixou de ser marcado pelo trabalho braçal.

Ao mesmo tempo, com o declínio da Europa como centro de poder, riqueza, cultura e civilização, o eurocentrismo começou a se esgotar, enquanto os EUA fortaleceram-se política, econômica, tecnológica e militarmente, ofuscaram a URSS (fase do pós-bipolarismo mundial) e conseguiram dominar hegemonicamente o mundo, ampliando o unilateralismo e o isolamento do país.

Na administração Bush, em resposta ao ataque às Torres Gêmeas (WTC, 11 de setembro de 2001), foram abandonadas as opções diplomáticas, lançada a “guerra ao terror” e aprovadas leis de “proteção” ao país para combater o “eixo do mal”, mas, por falha em plano militar, as invasões (Afeganistão, Iraque) intensificaram o conflito sectário naquela região. Guantánamo (base naval em Cuba transformada em prisão para “combatentes inimigos”) e a permissão do uso de tortura contra prisioneiros tornaram-se símbolo do deterioramento político e humano da “era Bush”. E assim, a vitória eleitoral da “alternativa Barack Obama” (novembro de 2008) renovou a esperança em uma “outra América” corajosa e não violenta, disposta a regulamentar o sistema financeiro, a reabrir o diálogo com as novas gerações, os recém-chegados à cena da história, as outras potências mundiais, e também com os “países inimigos”.

3. Repercussão das rupturas do século 20 na família atual

Em setembro de 2008, a economia globalizada conheceu, também, uma grande reviravolta com o famoso estouro da bolha de crédito imobiliário nos EUA (*subprime*). Foi o estopim que escancarou a pior crise mundial desde a Grande Depressão dos anos 1930, derrubando Bolsas, espalhando pânico pelos mercados financeiros mundiais e sacudindo a economia real de todos os países.

Sem dúvida, todas as turbulências e rupturas do século 20 repercutiram sobre a estrutura da família como o principal núcleo de continuação da espécie humana e de sua socialização e somaram-se às mudanças no lar com a recente ampliação e intensificação dos papéis sociais e profissionais da mulher como profissional liberal, empresária, assalariada de empresas públicas e privadas, autônoma, operária da indústria ou trabalhadora rural. Daí, a necessidade de criação ou ampliação de estruturas de apoio (como creches, transporte escolar para crianças, cursos de ensino básico em tempo integral), para que a mãe tenha condições de continuar cumprindo sua importante função de agente do progresso social.

É evidente, porém, que várias distorções têm sido de difícil correção. Por exemplo, diante da necessidade de enxugar custos, a tendência dos empregadores tem sido a substituição de homens por mulheres nas empresas privadas e públicas porque elas aceitam remuneração menor.

À discriminação salarial junta-se a persistência da dupla jornada de trabalho das mulheres, apesar de atualmente aliviada (sobretudo nas classes médias), pela moderna tecnologia aplicada aos trabalhos do lar (potentes aspiradores de pó, lavadoras automáticas, micro-ondas, congelamento e conservação de alimentos), bem como as facilidades de “alimentação rápida” nas cidades (inclusive a profusão de vendas a quilo de “comida pronta”).

4. Considerações Finais

4.1. Perspectivas de outras mudanças

Força política crescente

Torna-se também evidente que a força política das mulheres está crescendo desde o aumento do movimento feminista nos EUA, na década de 1960, liderado por elites intelectuais femininas e apoiado por mulheres da classe média e de outros segmentos sociais, em todo o mundo ocidental, inclusive nos países emergentes.

Outras estruturas da família

As mudanças que, em todo o mundo, vêm abalando as principais instituições sociais, contribuem para importantes transformações nas características básicas da família, como declínio do casamento formal, enfraquecimento do patriarcado, divisão legal do pátrio poder entre o marido e a esposa e deterioração da família nuclear, que foi o grande modelo da sociedade ocidental dos séculos 19 e 20.

Mudanças nos padrões de parceria e procriação

Aumento dos divórcios, separações e aumento da presença da mulher-chefe-do-lar, sem a corresponsabilidade de um companheiro; postergação da maternidade até por volta dos quarenta, para que a mulher possa se afirmar profissionalmente – o que aumenta os problemas da distância cultural entre as gerações dos pais e dos filhos.

Ao mesmo tempo, modifica-se o papel da juventude feminina e masculina, que deixa de ser apenas um estágio preparatório para a vida adulta. Aliás, o próprio conceito de idade torna-se multidimensional, desvinculado dos modelos comportamentais rígidos que até então norteavam as sequências das diferentes fases do ciclo da vida humana (infância, adolescência, maturidade e velhice).

4.2. Necessidade de reformulação organizacional

É cada vez mais urgente a necessidade de outras formas organizatórias mais abrangentes, tanto no lar quanto nos locais de trabalho, para atender a demanda atual das mulheres e dos casais que trabalham o dia inteiro fora de casa, mas também de mulheres sozinhas e de homens divorciados ou separados, para que possam assumir, individualmente, a responsabilidade de cuidar dos filhos.

Como já se viu, faltam estruturas de apoio, sobretudo nos centros urbanos (creches, transporte escolar, cursos básicos em tempo integral), programas educacionais que enfoquem o modelo de família e de lar que está sendo esboçado, e também uma nova divisão de trabalho dos casais no lar, sobretudo no caso em que ambos trabalham para prover as necessidades do lar.

Falta também reciclar a mulher jovem e adulta para a nova cultura de igualdade do gênero, já que são elas as principais responsáveis pela transmissão, aos filhos, da herança cultural e dos padrões de comportamento social.

Diva Benevides Pinho

Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para as Mulheres Rurais

Andrea Butto

Coordenadora da Assessoria Especial, Raça e Etnia do MDA

Karla Hora

Consultora na Assessoria Especial, Raça e Etnia do MDA

O texto a seguir apresenta as principais políticas públicas voltadas para as mulheres rurais articuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, destaca as principais mudanças em curso nas políticas públicas e o ambiente favorável para a ampliação dos direitos das mulheres rurais, protagonizados desde finais dos anos 1980 pelos movimentos feministas e pelos movimentos de mulheres no campo¹. O texto, ainda apresenta parte do debate e indagações levantadas no I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, no qual a AEGRE participou do painel *As Interfaces Institucionais com o Cooperativismo*, destacando as políticas do MDA para as mulheres rurais.

1. O novo ambiente institucional

Desde 2003, o governo federal vem inserindo na agenda pública do país ações visando a promoção da igualdade entre mulheres e homens no Brasil. A construção de uma nova institucionalidade de Gênero no Estado, representada pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), pelas I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004 e 2007, e os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (I e II PNPM de 2004 e 2008) expressam a importância da mudança em curso.

Nos diferentes ministérios e secretarias de governo, estimulou-se o desenvolvimento de ações afirmativas, com o objetivo de inclusão das mulheres nos diferentes campos das políticas públicas. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criou-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE, em 2003.

Por meio da AEGRE, inúmeras iniciativas foram efetivadas procurando-se garantir a ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo, envolvendo o fortalecimento de alternativas econômicas e a criação de

1 - Para aprofundamento dos temas em questão, sugerimos consultar as seguintes referências: MDA/PPIGRE. Relatório de Gestão: Políticas para as trabalhadoras rurais, 2003-2006. BUTTO, A.; HORA, K.E.R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In MDA/NEAD. Mulheres na Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2008. p.19-38; BUTTO, A.; HORA, K.E.R. ATER para Mulheres: a experiência recente do governo federal. In: Cadernos Feministas de Economia & Política, nº 04, Recife: CNM, 2008, p.130-145.

oportunidades específicas e dirigidas às mulheres assentadas da reforma agrária. Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços (Butto e Hora, 2008). Tais políticas foram direcionadas considerando as mulheres rurais em seus diferentes contextos: agricultura familiar, reforma agrária e etnodesenvolvimento. É sobre isto que falaremos a seguir.

2. O contexto das mulheres rurais

Apesar de representarem quase 50% da população no meio rural², as mulheres ainda convivem com inúmeras situações de vulnerabilidade social e econômica. Muitas delas são destituídas dos direitos sociais fundamentais básicos, tais como: acesso à cidadania, educação, moradia e saúde. Soma-se a isto o não reconhecimento de sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola e camponesa.

O papel que as mulheres exercem na reprodução da família ainda é visto a partir da posição que elas ocupam na família, como filha, esposa ou mãe. Além disso, o trabalho que elas realizam na roça é percebido como mera ajuda ao pai ou ao marido. Enfim, constata-se a invisibilidade do trabalho das mulheres no meio rural.

Tal fato gera uma situação de precariedade econômica das mulheres, uma vez que muitas das atividades produtivas desenvolvidas por elas não originam renda monetária, apesar de contribuírem na manutenção e sobrevivência da própria família. São atividades normalmente desenvolvidas nos quintais e entorno da moradia, representadas pelo cultivo de hortas e plantas medicinais, criação de aves e pequenos animais ou, ainda, na realização de beneficiamento de alimentos, produção de panifícios e derivados de leite, além do exercício de atividades de artesanato.

Constata-se que as mulheres trabalham, e muito. Mas seu trabalho não é reconhecido pela família, pela sociedade, e, até pouco tempo atrás, pelo próprio Estado. Por exemplo: até 2003, verificava-se o baixo acesso delas ao crédito. Os dados de abrangência nacional, relativos a pesquisa realizada em 1999, indicavam que, dentre os(as) beneficiários(as) do crédito, 93% eram homens e apenas 7% mulheres³.

Procurando atuar no desenvolvimento econômico das mulheres rurais e no acesso delas às políticas públicas, o MDA e o Inca instituíram uma série de programas e ações governamentais visando atender os diferentes segmentos do meio rural: agricultura familiar; reforma agrária; desenvolvimento rural; etnodesenvolvimento e integração

2 - Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) elas representam 47,8% da população do campo no ano de 2006, ou seja, quase 15 milhões de pessoas.

3 - MDA/NEAD. Cirandas do Pronaf. Brasília, 2005.

regional no Mercosul. São estas ações que descreveremos a seguir.

3. A construção de uma agenda de igualdade entre mulheres e homens na agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento rural

- **Acesso à documentação civil e trabalhista**

Para criar as condições efetivas de acesso às políticas públicas, o MDA criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em 2004. O PNDTR visa promover a conscientização sobre a importância e uso dos documentos civis e trabalhistas e garantir a obtenção de documentação civil emitindo-os de forma gratuita, a fim de permitir a sua inserção nas políticas públicas de apoio à produção e as políticas sociais (PPIGRE/MDA, 2007). Desde sua criação, o PNDTR já realizou 1.350 mutirões itinerantes em 1.604 municípios predominantemente rurais, garantindo a emissão de 819.483 documentos, que beneficiaram mais de 373.000 mulheres trabalhadoras rurais (dados do PNDTR, 2008)

- **Reforma Agrária**

O MDA e o Inca assumiram no II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, o desafio de superar a desigualdade entre mulheres e homens nos assentamentos rurais. Para isto, revisou-se o marco legal do Programa Nacional de Reforma Agrária, garantindo-se a inclusão efetiva das mulheres em todas as fases dos assentamentos.

O direito igualitário à terra para mulheres e homens foi garantido por meio da titulação conjunta e obrigatória, instituído pela Portaria nº 981, de outubro de 2003. Ter direito à terra permite à mulher acessar outras políticas de desenvolvimento econômico, bem como ter reconhecido o trabalho produtivo que ela realiza nos assentamentos. Além disto, a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007, alterou, dentre outras coisas, a sistemática de classificação para os(as) candidatos(as) à reforma agrária reconhecendo e priorizando mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais ao programa.

Em relação às políticas de desenvolvimento econômico dos assentamentos, o Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) adotou diretrizes e orientações com enfoque de gênero para os trabalhos das equipes técnicas. Além disso, o Fórum Nacional de ATES incorporou representação dos movimentos de mulheres na sua composição. Ainda no final de 2008, o Inca instituiu o crédito Apoio Mulher, como uma oferta exclusiva de crédito para os grupos produtivos de mulheres. Trata-se de uma modalidade de crédito instalação e visa reconhecer e valorizar o trabalho produtivo das mulheres na reforma agrária.

- **Agricultura Familiar**

Diversas conquistas foram efetivadas na promoção da igualdade entre mulheres e homens na agricultura familiar e desenvolvimento rural. Com acesso à cidadania, através da disponibilização da documentação civil e trabalhista, informações sobre os direitos previdenciários para as mulheres e o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres no meio rural, as mulheres passaram a acessar outras políticas de desenvolvimento econômico.

A busca pelo fortalecimento econômico das trabalhadoras rurais e agricultoras familiares, por meio da geração de renda e valorização dos seus produtos, foi intensificada com a articulação de programas e ações setoriais voltados para as seguintes ações: Criação do Pronaf Mulher; Assistência Técnica e Extensão Rural Especializada para as Mulheres; Organização Produtiva e Estímulo à Comercialização.

Na safra de 2003/2004, o Pronaf Mulher foi criado como um sobreteto para as mulheres, mas restrito aos grupos C e D. Em 2004, criou-se a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) em nome do casal. O Pronaf Mulher constituiu-se numa linha de crédito específico para as agricultoras familiares a partir do Plano Safra de 2004/2005. Desde então, tem-se visto o aumento gradativo no acesso das mulheres e recursos disponibilizados⁴. Na safra de 2005/2006, as mulheres de todos os grupos passaram a ter acesso, inclusive as assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário.

A disponibilização de crédito especial reforçou a necessidade de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para as mulheres. O debate da Política Nacional de ATER (PNATER) incorporou desde o início o princípio da igualdade entre mulheres e homens nas suas diretrizes. Desde 2004, o MDA, por intermédio da AEGRE, apoia projetos de ATER setorial para mulheres⁵ por meio de editais específicos de projetos.

No tema da comercialização, o MDA tem estimulado a participação dos empreendimentos protagonizados por mulheres nos diversos espaços institucionais de apoio à comercialização. Na Feira Nacional de Reforma Agrária, a participação de grupos de mulheres saltou de 1% para 30% no ano de 2008, já que o MDA instituiu a cota mínima obrigatória neste percentual para os empreendimentos de mulheres nas feiras. Também se integrou o Programa de Aquisição de Alimentos no Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

4 - O Pronaf Mulher registrou na safra 2005/2006 8.822 contratos no valor de R\$56 milhões; em 2006/2007, foram 10.854 contratos, equivalendo a 62,8 milhões; em 2007/2008, foram 9.001, contratos equivalendo a quase 68 milhões de reais.

5 - No ano de 2004/2005, foram apoiados 14 projetos, disponibilizando 1,476 milhão de reais; em 2006, foram 22 projetos, disponibilizando 3,080 milhões de reais; em 2007, foram 11 projetos, disponibilizando 644 mil reais e em 2008, foram 25 projetos apoiados, disponibilizando 4,833 milhões de reais.

- **Desenvolvimento rural**

Diversas ações vêm sendo estimuladas em parceria com outras secretarias do MDA e outros órgãos do governo federal. A participação das mulheres no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável tem sido fortalecida e se expressou com veemência na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, quando elas representaram 47% do total de participantes.

Nos territórios rurais, o debate de gênero tem permeado as diversas agendas locais, protagonizado pelos projetos apoiados em chamadas específicas. Estimuladas pelas ações de desenvolvimento econômico e de acesso à cidadania, as mulheres e suas organizações têm gradativamente conquistado espaços nos colegiados territoriais. O mesmo se refere à participação delas nos Territórios da Cidadania. Grande parte dos projetos de ATER e de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais estão localizados nestes territórios.

A participação das mulheres nos diversos colegiados e cada vez mais ativas nos Territórios da Cidadania tem possibilitado a elas o empoderamento das políticas públicas, ampliação do controle social e reivindicação dos seus direitos e atendimento de suas demandas específicas.

- **Estudos e pesquisas**

Vários estudos vêm sendo apoiados na perspectiva de compreender o perfil da mulher rural, suas lutas e a caracterização do seu trabalho. Referem-se a isto as pesquisas em andamento que se destinam a identificar: o perfil das mulheres no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); o perfil das mulheres no Pronaf; o perfil dos grupos produtivos de mulheres mapeados pela Secretaria de Economia Solidária; o perfil dos projetos de ATER para Mulheres apoiados pelo MDA; e o perfil das mulheres que acessam a terra no Brasil.

A ampliação do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais, em sua 3ª edição, no ano de 2008/09, também tem possibilitado o reconhecimento das lutas e das atividades produtivas protagonizadas por mulheres.

- **Integração regional no Mercosul**

A articulação de uma agenda de igualdade entre mulheres e homens no meio rural em nível de Mercosul tem possibilitado a ampliação e consolidação das ações em curso. O debate na REAF (Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul) tem avançado na construção de uma perspectiva de transversalidade de gênero entre os seus diferentes grupos de trabalho, desde 2005. O tema “Gênero na agricultura familiar” foi definido como uma das temáticas prioritárias para o Mercosul e, a partir de 2009, os

países-membros do bloco estarão implementando em conjunto o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul.

4. Organização Produtiva de Mulheres Rurais e o estímulo ao Associativismo e Cooperativismo

Procurando coordenar o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento econômico das mulheres rurais, o governo federal, sob a coordenação do MDA/SPM/MDS, lançou o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) em 2008. O objetivo do programa é fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover sua autonomia econômica e incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista.

O POPMR articula diferentes órgãos e secretarias de governo⁶. Além de órgãos governamentais, o programa mobiliza e articula parcerias da sociedade que integram o seu Comitê Gestor⁷. São diferentes atores e atrizes mobilizados e articulados construindo políticas específicas para as mulheres rurais.

O programa atua prioritariamente na promoção de feiras estaduais de economia feminista solidária; capacitação e formação para as trabalhadoras rurais; realização de estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres rurais; apoio e fortalecimento de projetos econômicos de mulheres rurais. Neste último item, destacam-se as ações de fomento, apoio à comercialização e fortalecimento dos grupos produtivos, que têm sido constantemente induzidas por meio do apoio a projetos de organização produtiva de mulheres⁸ através de editais específicos.

As políticas de apoio à produção dirigida às trabalhadoras rurais promovem o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais na economia rural e ampliam o acesso das mulheres aos serviços rurais. Os efeitos são percebidos na redução do trabalho

6 Incorporam o POPMR os seguintes órgãos: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria Especial de Pesca (SEAP); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Economia Solidária; Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pelo MDA, participam: Assessoria Especial de Gênero (AEGRE); Secretaria de Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

7 Compõem o Comitê do Programa as seguintes organizações da sociedade civil: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB); Comissão de Mulheres da Confederação Nacional da Agricultura (CONTAG); Setor de Gênero do MST; Setor de Gênero do MPA; Movimento de Mulheres Campesinas (MMC); Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS); Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste; Rede de Mulheres Produtoras da Bahia; Rede Xique-Xique; Grupo de Trabalho "Mulheres" da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Rede de Economia Feminista.

8 No ano de 2006, foram apoiados 10 projetos, disponibilizando 813 mil reais; em 2007, foram 21 projetos, disponibilizando 3,080 milhões de reais; em 2008, foram 15 projetos, disponibilizando 3,212 milhões de reais.

não remunerado desenvolvido pelas mulheres, valorização do trabalho produtivo realizado por elas e estímulo à participação delas nos diferentes espaços de participação e controle social sobre o Estado.

Certamente que muitos são os desafios e barreiras a serem rompidos pelas mulheres rurais ainda. Mas é inegável a importância da dimensão econômica na autonomia e do recente empoderamento das mulheres rurais. O fortalecimento de instrumentos que tem permitido a elas acessarem as políticas públicas e fazer delas próprias as protagonistas no processo de comercialização dos seus produtos, de gestão da renda originada com o seu trabalho e a qualificação cada vez mais presente permitem que as mulheres superem os diversos obstáculos da violência (social, econômica, física e psicológica) a que foram submetidas.

Ao conquistar os espaços econômicos de forma conjunta, os grupos de mulheres organizados em associações, cooperativas ou aqueles ainda na informalidade elevam sua autoestima e rompem as barreiras do preconceito. No entanto, ainda se coloca o desafio da socialização do trabalho doméstico e dos cuidados com a família. As mulheres ainda são as grandes responsáveis por esta tarefa. Verifica-se, nos processos de monitoramento e avaliação das políticas apresentadas que, ao assumirem uma posição de protagonistas na esfera da produção, as mulheres rurais ainda acumulam as atividades na esfera da reprodução. Neste sentido, constata-se a necessidade de compartilhamento destas tarefas, articulando estratégias coletivas, como a ampliação do atendimento da educação infantil nas áreas rurais, principalmente, na reforma agrária, dentre outras ações.

O conjunto de ações e políticas demonstradas, e seus resultados efetivos, representam importantes avanços construídos na busca da promoção de igualdade entre mulheres e homens no meio rural, possibilitados pelos compromissos assumidos pelo governo federal.

Andrea Butto e Karla Hora

Guia de Ações para a Geração de Trabalho e Renda – GT&R

Célia Maria Farias Vieira

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

O Guia GT&R oferece informações para a tomada de decisão sobre a aplicação de recursos que promovam a inclusão social e o desenvolvimento local com sustentabilidade, por meio da articulação de programas, projetos e ações em um mesmo território. As ações são desenvolvidas por 17 ministérios e 4 secretarias especiais do governo federal e alguns dos principais parceiros do Fome Zero, no sentido de informar aos interessados onde, como e por que acessar os recursos para a promoção do desenvolvimento social.

Foram identificadas 167 ações, apresentadas em três eixos de atuação, sendo: 19 ações para o eixo de Transferência de Renda; 121 ações para o eixo de Geração de Trabalho e Renda e 27 ações para o de Apoio ao Desenvolvimento Local. Para cada uma dessas ações foram elaboradas fichas com informações que permitem ao usuário saber a que cada ação se refere, para qual público está destinada e que tipo de organização ou instituição tem possibilidade de acessar o recurso, bem como a abrangência territorial das ações, as condicionantes para o acesso e os endereços e contatos das unidades gestoras correspondentes.

Assim, se você se interessar, por exemplo, por ações na área de Transferência de Renda, vai pesquisar no capítulo I, que trata dos programas de transferência de renda e buscar, internamente, nos programas apresentados, aquele ou aqueles que melhor atende(m) à demanda. Pode, ainda, verificar se a área de abrangência inclui a região onde atua e fazer os contatos para obter eventuais esclarecimentos ou se inscrever diretamente, caso tenha todas as informações necessárias. As atividades para Geração de Trabalho e Renda encontram-se descritas no capítulo II e as de Apoio ao Desenvolvimento Local no capítulo III.

Inicialmente, apresentam-se ações de Transferência de Renda realizadas pelo Ministério da Previdência Social, pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, pela Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República e pelo Ministério da Educação.

Em seguida, apresentam-se ações que estimulam a Geração de Trabalho e Renda promovidas por 15 Ministérios mais quatro secretarias especiais da Presidência da República, excetuando-se os da Previdência Social e Educação.

O terceiro grupo de ações corresponde àquelas que apoiam o Desenvolvimento Local implementadas pelos ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Justiça, do Turismo, do Trabalho e Emprego, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Secretaria Especial da Igualdade Racial da Presidência da República e do Ministério da Cultura.

No Guia GT&R, você também poderá acessar informações sobre as instituições operadoras de microcrédito, credenciadas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – PNMPO do governo federal.

Terá acesso ainda a uma rede de endereços e contatos dos principais atores governamentais e não governamentais que contribuem para a geração de trabalho e renda no Brasil, como:

- Órgãos do governo federal.
- Conselhos nacionais.
- Fóruns.
- Movimentos sociais.
- Entidades e órgãos de classe.
- Sistema “S”.
- Redes.
- Instituições religiosas.
- Organismos internacionais.
- Parceiros do Fome Zero.
- Telecentros.
- Universidades.
- Consórcios Municipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs.

Célia Maria Farias Vieira

As Interfaces Institucionais com o Cooperativismo

Eunice Léa de Moraes

Socióloga, Gestora de Projetos na Área do Trabalho da SPM

Parabenizo a coordenação pela realização do evento. Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM, este encontro tem um significado muito importante e é um imenso prazer estar participando e ter apoiado o mesmo, juntamente com a OIT – Organização Internacional do Trabalho, com quem a SPM tem um convênio.

As mulheres representam, aproximadamente, 25% dos associados e 12% dos ocupantes de cargos de direção no cooperativismo brasileiro. Mais de 30% das mulheres que atuam em cooperativas ou organizações associativistas são provedoras de famílias, principalmente no setor rural, na área de economia solidária, onde o número de mulheres é bastante elevado. Entretanto, as relações de gênero nem sempre são explicitadas e discutidas.

As relações de gênero e raça têm, historicamente, um elo com a questão da cidadania. A reemergência dos movimentos sociais, a partir de fins da década de 70, em todo o país, produz e projeta uma outra concepção de cidadania que, com base no trabalho, na vida e na luta social, busca enfrentar os problemas cotidianos da coletividade, da exploração da miséria e da desigualdade social, tão presentes na formação social brasileira. Dessa forma, a cidadania passa a ser construída no interior das lutas cotidianas, formando novos sujeitos e novas identidades político-culturais.

A construção de uma sociedade justa, igualitária, com vistas à cidadania de homens e mulheres passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento das diferenças e das diversidades, bem como pela rejeição de mecanismos discriminatórios em qualquer âmbito ou nível. Embora as desigualdades entre homens e mulheres sejam construídas no nível social, há uma forte ideologia cuja intenção é fazer crer que a divisão dos papéis entre eles é naturalmente determinada pela relação biológica. A igualdade, no entanto, refere-se, fundamentalmente, à igualdade de direitos, de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida humana.

As relações de gênero apresentam-se desiguais e diferentes em vários aspectos da vida cotidiana. A valorização diferenciada do trabalho realizado por homens em detri-

mento do realizado por mulheres é explicada por um conjunto de autoras que abordam a existência da hierarquização entre os gêneros, tais como Miriam Nobre e Nalu Faria (1998). Esta relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho e organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio (cf. Nobre (1998), *apud* Moraes, 2005, p13).

Em que pese homens e mulheres exercerem atividades na esfera da produção e da reprodução, tanto no âmbito público, privado, governamental ou comunitário, sempre as atividades domésticas e familiares são associadas às mulheres. Um dos resultados dessa divisão é que, em todo o mundo, as mulheres têm um dia de trabalho mais longo que os homens (cf. Oakley (1972), *apud* Moraes, 2005, p14).

Uma das contradições destes papéis, no que diz respeito a mulheres tomarem conta da casa e homens trabalharem fora, é o caso das mulheres negras. Elas sempre foram forçadas a trabalhar fora por conta da escravidão e pela falta de oportunidades de estudo e emprego. Contudo, em razão do preconceito racial, exerceram e exercem, na grande maioria, serviços domésticos. O mesmo ocorre com as mulheres camponesas que, além de tomarem conta da casa, realizam o trabalho da roça, produzindo, assim, tanto a mercadoria quanto o sustento da casa.

Estudos e pesquisas realizados sobre esse tema indicam a necessidade de políticas afirmativas cujos resultados apontem transformações construídas na perspectiva da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, a partir do reconhecimento da diversidade e das diferenças.

É preciso que essas temáticas façam parte da agenda do cooperativismo, não como uma coisa isolada, mas inserida no contexto geral.

A diversidade representa um princípio básico da cidadania. Respeito às diferenças pressupõe o reconhecimento do igual valor social das mulheres e dos homens, independente de raça/cor, orientação sexual, deficiência e do respectivo estatuto na sociedade. Implica a participação equilibrada de homens e mulheres em todas as esferas da vida, incluindo a participação econômica, política, social e na vida familiar, sem interditos nem barreiras em razão do gênero, raça/cor, orientação sexual, deficiência, entre outras.

A relação da sustentabilidade para as mulheres na perspectiva dos sujeitos sociais acontece num determinado contexto histórico-político-social e cultural na busca da inclusão social dos sujeitos excluídos, visando a transformação da sociedade, com base numa dimensão de justiça social, de solidariedade, de igualdade, de respeito às diferenças, na perspectiva da humanização das pessoas.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da SPM/PR, lançado em março de 2008, com um papel fundamental de articulação da formalização das políticas de promoção da igualdade de gênero, no âmbito governamental, é resultado da mobilização de milhares de mulheres que participaram das conferências municipais, estaduais e nacional de políticas para as mulheres, realizadas no ano de 2007, e tem como princípios aprovados na 1ª e na 2ª Conferências Nacionais a igualdade e o respeito à diversidade, à equidade, à autonomia das mulheres, à laicidade do Estado, à universalidade das políticas, à justiça social, à transparência dos atos públicos e à participação e controle social.

O plano tem um significado importante e um papel relevante na promoção dos processos de educação, saúde, cultura, moradia, desenvolvimento e trabalho, das representações e práticas favoráveis à igualdade de gênero, seja no âmbito da elaboração de diretrizes, procedimentos e do exercício pedagógico que desmistifique a concepção preconceituosa de gênero e raça, possibilitando formulação e implementação de políticas capazes de erradicar as diversas maneiras de discriminação contra homens e mulheres das diferentes etnias, orientações sexuais, religiões e gerações, seja na gestão e na aplicação da legislação, incentivando culturas organizacionais não discriminatórias da escola, das famílias, das empresas, dos meios de comunicação e dos sujeitos sociais que devem fomentar entre si e as várias gerações novas formas de relações sociológicas que objetivem a igualdade entre as pessoas nas suas diversas dimensões biológicas e sociais.

O capítulo 01, intitulado Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão social, apresenta como prioridades: (I) a ampliação do acesso financeiro das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio; (II) fomento à oferta de equipamentos sociais que contribuam para a ampliação do tempo disponível das mulheres; (III) promoção e proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias; (IV) garantia do cumprimento da legislação e promoção da valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado; (V) promoção das relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção e (VI) promoção do acesso das mulheres à documentação civil. Estas prioridades traduzem-se em metas, programas e ações. Dentre estas, merecem destaque aqui o Programa Pró-Equidade de Gênero e o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.

O Programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do governo federal que, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal

de 1988. Conta, também, com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da OIT.

O programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. A finalidade do programa é contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração e permanência no emprego.

Outro programa a ser destacado é o Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que tem como objetivo geral alterar de modo significativo as condições de vida das mulheres no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira e às posições ocupadas por elas no mercado de trabalho, estimulando o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Foi implementado inicialmente em 2007, no Estado do Rio de Janeiro e ampliado em 2008 para Santa Catarina e Distrito Federal e, para 2009, está previsto para Pernambuco, Pará e Maranhão. É constituído por ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica às mulheres para possibilitar a criação e sustentabilidade dos negócios, além de articular gestoras e gestores públicos visando a criação e/ou fortalecimento de redes de desenvolvimento local e formulação de políticas de trabalho e renda. O programa é desenvolvido em parceria com o IBAM, BPW e Sebrae.

Para finalizar, gostaria também de chamar a atenção para a participação das mulheres nos espaços de poder. No Congresso Nacional, a bancada feminina é muito pequena, mas unida e forte no enfrentamento da desigualdade e muito alinhada à SPM. Porém, precisamos nos articular, mobilizar as mulheres para participarem dos processos de decisão das políticas sociais. Não basta termos políticas universais, é preciso termos políticas focadas para que não haja discriminação, sexismo, machismo e racismo.

A experiência já demonstrou que a adoção de práticas de equidade de gênero de forma sistemática contribui para o alcance de bons resultados em termos de qualidade do ambiente de trabalho e de produtividade com desenvolvimento sustentável, além de ser muito importante para ressignificar o trabalho da mulher, a valorização de sua posição e profissão neste mundo, neste planeta, do qual nós somos responsáveis por sua sustentabilidade.

A disputa é muito grande no mercado de trabalho. As mulheres na idade certa para serem mães estão deixando para depois, porque estão batalhando posição no mercado de trabalho. O que vai acontecer é que no futuro teremos um país com menos jovens, como é o caso da Europa. Por isso queremos aprovar uma Convenção Internacional da OIT, de número 156, sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores com Encargos de Família, que são as responsabilidades fami-

liares, porque nós, mulheres, fomos para o mercado de trabalho, mas os homens não foram para o mundo doméstico. Nós queremos equilíbrio na relação trabalho e família. Nós queremos compartilhamento das responsabilidades familiares. Não dá para um país crescer com uma sociedade justa, se não houver oportunidades iguais e respeito à diferença na diversidade.

Eunice Léa de Moraes

Referências Bibliográficas

_____. Gênero e educação. São Paulo. Sempreviva Organização Feminista - SOF, 1999.

_____. Política de promoção da igualdade de gênero e a relação com o trabalho (no prelo).

II PLANO Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília. SPM/PR. 2008.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). Gênero e desigualdade. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista - SOF, 1998.

MANUAL de Formação em Gênero da Oxfam – Oxfam GB. SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1999.

MORAES, Eunice Léa de. Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Construindo identidades sociais. V. 1. Coleção Qualificação Social e Profissional. Brasília: MTE, SPPE. DEQ, 2005.

PROGRAMA Pró-Equidade de Gênero. Brasília. SPM/PR. 2007.

PROGRAMA Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. Brasília. SPM/PR, 2007.

A Equidade de Gênero na Autogestão Cooperativista

Moema Viezzer

Mestre em Ciências Sociais, especializada em Gênero e Meio Ambiente

Começamos estas breves reflexões a partir de uma constatação feita pelo próprio Denacoop, órgão do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde o desenvolvimento do associativismo traz hoje, entre suas marcas, a busca da equidade de gênero no cooperativismo e associativismo.

“Até a década de 80, as iniciativas de desenvolvimento econômico e social reforçaram a tradicional divisão sexual do trabalho, pautadas historicamente sob a visão do trabalho feminino como complemento da renda familiar. Assim tratado, o trabalho feminino ficou, muitas vezes, invisível ou colocado numa esfera secundária do processo produtivo. Tal visão colocou a mulher à margem dos programas de desenvolvimento” (...) Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, percebe-se uma distância muito grande entre as leis instituídas e a realidade do cotidiano, sobretudo para as mulheres rurais que, por estarem mais presas às estruturas familiares tradicionais, com menor acesso à educação, saúde, ao crédito e aos espaços de tomada decisão, tiveram sua realidade pouco alterada”. (Nota Técnica Denacoop, 03/09/2008).

O texto que segue busca aprofundar a questão dos princípios e valores que transcendem as leis e as estruturas e permitem que pessoas possam modificar usos e costumes pessoais e institucionais.

Lembrando alguns momentos históricos recentes e opiniões do passado

O Brasil comemorou, em 2008, vinte anos da publicação da nova Constituição Brasileira de 1988. Entre os princípios que regem esta nova Carta Magna do país, o Art. 3º traz como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II - Garantir o desenvolvimento nacional.

1 - Mestre em ciências sociais, educadora socioambiental, consultora em gênero e meio ambiente, Diretora da MV-Consultoria Socioambiental e Coordenadora Geral do Instituto de Comunicação Solidária.

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Tudo isto se resume a novas relações sociais entre os seres humanos – mulheres e homens de diferentes idades, raças e etnias e setores sociais.

A Constituição brasileira é louvada no mundo inteiro, entre outros motivos, pela forma como estabelece a igualdade de direitos humanos-cidadãos para mulheres e homens. Também têm sido objeto de louvor os processos de revisão e/ou atualização que a nova Constituição desencadeou nos códigos de Direito Civil, Penal, do Trabalho, entre outros. Além disso, ações afirmativas estruturantes, como as delegacias da mulher, as secretarias da mulher e os conselhos da mulher, também tiveram impacto em nível internacional.

Mas, ao mesmo tempo, emerge a pergunta: por que a situação de subordinação/ dominação e a desigualdade social entre mulheres e homens continuam, apesar de todos os avanços nas leis do país, sem falar dos numerosos acordos assinados pelo Brasil, um deles da maior importância para nosso tema que é a Convenção contra todas as Formas de Discriminação da Mulher?

Ocorre que as estruturas mentais e sociais reinantes não estão adaptadas para estes novos tempos. Somos herdeiros de uma cultura patriarcal que, há séculos, vem permeando as relações pessoais, interpessoais, grupais, institucionais. Como o cantor Raul Seixas, cada um de nós pode repetir: "Eu nasci... há 10.000 anos atrás".

"Dez mil anos atrás..." é exatamente o período da humanidade em que se firmou o patriarcado do qual decorreram as leis e costumes, muitos dos quais até hoje permanecem, sendo um deles considerar "natural" a desigualdade social baseada na diferença de sexo.

Ninguém sabe quando esta forma de pensar começou. Na civilização ocidental, temos textos escritos há muitos séculos que mostram como os que são até hoje considerados grandes mestres da humanidade pensavam a respeito das mulheres. Citamos alguns dos "grandes pensadores" cujas teorias transcenderam séculos na história da humanidade e influenciaram nossa formação escolar-acadêmica.

Na Bíblia, coletânea de textos que data de mais de 3.000 anos, uma das versões do Gênesis traz o seguinte castigo a Eva, ligado à sua condição de fêmea subordinada: "Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dores darás à luz teus filhos e o teu desejo será para o teu marido. E ele te dominará".

Pitágoras, o pai da Matemática ocidental (6º séc. a.C.), afirmou: “Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher”.

Por sua vez, Hipócrates, pai da Medicina ocidental (460-366 a.C.), chegou a dizer que “O útero é a causa de todas as doenças”.

Aristóteles, pai da filosofia tradicional ocidental (384-322 a.C.), comentava: “A relação do macho face à fêmea é, por natureza, a do superior para o inferior; o macho é o governante; a fêmea, o súdito”.

Santo Tomás de Aquino (Séc. XIII) retoma, aprofunda e amplia Aristóteles. Pai da Teologia católica, até hoje influencia a igreja não só internamente, mas nas relações da Igreja com o Estado leigo. Haja vista as contradições que se repetem na relação Igreja-Estado, principalmente em relação aos direitos reprodutivos das mulheres.

Francis Bacon (1561-1626), que é praticamente um exemplo da influência das atitudes patriarcais sobre o pensamento científico desenvolvido posteriormente por Isaac Newton e René Descartes, dizia: “A Natureza”, como a mulher, “deve ser açoitada em seus descaminhos”, “obrigada a servir” e “ser escravizada”. Ela deve ser “reduzida à obediência”. O objetivo do cientista é “extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos” (Fritjof Capra, o Ponto de Mutação, p. 52).

Isaac Newton e René Descartes (Séc. XVII) trabalhavam o conceito de universo como uma “máquina”. Tudo funciona a partir do conhecimento “das partes”; o corpo humano também. As consequências foram graves, particularmente em relação às possíveis interferências entre o físico e o psíquico e sem a lógica da compreensão do ser como um todo (Viezzler, 1992). A ciência e a tecnologia modernas foram marcadas pelo paradigma newton-cartesiano, hoje amplamente questionado.

Não vamos nos deter aqui nos provérbios, ditados e piadas que, além de correr de boca em boca, multiplicam-se exponencialmente na tela do computador e são espalhados pelo ciberespaço. A grande maioria dessas piadas, ditados e provérbios - antigos e modernos - é amplamente reveladora de como o avanço da tecnologia nem sempre corresponde ao avanço da mentalidade das pessoas e de suas concepções de mundo e da relação homem/mulher.

Contrapondo a esta visão, está a visão do novo processo civilizatório, que considera os seres humanos como parte da “Teia da Vida”, as mulheres e os homens como parte da espécie humana, ambos seres humanos, iguais em direitos.

Esta afirmação pode parecer especialmente óbvia. Na teoria, talvez. Mas, na

prática, até a declaração de que “os direitos das mulheres são direitos humanos” foi difícil de fazer passar na Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, em Beijing, 1995, onde estavam reunidos representantes de todos os países que formam parte do sistema das Nações Unidas. São questões muito presentes nas políticas dirigidas às mulheres e afetam diretamente a forma de abordar a questão dos direitos humanos e sociais da população feminina e sua repercussão na sociedade.

As relações de gênero nas políticas de desenvolvimento

As considerações anteriores têm tudo a ver com o cooperativismo enquanto forma de organização social, pois o mesmo esteve naturalmente ligado às concepções de desenvolvimento econômico e humano.

O vocábulo “gênero” vem sendo utilizado com frequência em âmbitos diversos: acadêmico, social, governamental. Entretanto, as mudanças estruturais que o enfoque da equidade de gênero traz implícitas ainda são tímidas. Neste texto, entendemos que a equidade de gênero significa, essencialmente, a igualdade de direitos humanos e sociais entre mulheres e homens no respeito a suas diferenças biopsíquicas e incluindo a diversidade cultural, étnico/racial e de gerações.

A ideia principal deste texto é demonstrar como a visão que se tem sobre desenvolvimento afeta diretamente a situação e a vida das mulheres. Para tanto, apresentamos brevemente os diversos enfoques presentes nas políticas e programas de governos nacionais e organizações internacionais, como também pelas instituições da sociedade civil organizada.

Tomamos como referência o período de 1940 a 1990, a partir de duas grandes categorias que têm sido amplamente utilizadas: Mulheres e Desenvolvimento (MeD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD). São duas formas de percepção que marcam uma grande diferença de atuação, até chegar à categoria de equidade que carrega consigo a questão do empoderamento das mulheres.

Apresentamos, a seguir, sete enfoques relacionados às políticas de desenvolvimento e utilizados na cooperação internacional, adaptados do texto original de Astrid Kuechemann (*in* Relações de Gênero no Ciclo de Projeto, 1995):

- Bem-estar.
- Equidade.
- Antipobreza.

- Eficiência.
- Igualdade.
- Empoderamento.
- Gênero e Desenvolvimento.

Os primeiros enfoques encaixam-se mais na categoria MeD/Mulher e Desenvolvimento e o último aborda a categoria GeD/Gênero e Desenvolvimento. Trata-se de categorias bem diferentes. A primeira trabalha sobre “a mulher”, “o problema da mulher”, “a exploração da mulher”, a “opressão da mulher”, a “condição da mulher”. Já no enfoque de gênero no desenvolvimento, trabalham-se as relações homem/mulher nos diversos âmbitos e temas relacionados à equidade: na educação, na política, na saúde, no trabalho e geração de renda, etc.

Mas os enfoques aqui citados não são estanques. Tanto assim que as políticas públicas para mulheres e de gênero englobam cada vez mais os conceitos de equidade e de empoderamento, visando o equilíbrio masculino-feminino das relações que se dão entre mulheres e homens em todas as esferas da vida.

1. Bem-estar

O enfoque do bem-estar foi bastante popular entre os anos 50 e 70. Ele parte do pressuposto de que o papel mais importante para a mulher é o de mãe e dona-de-casa e que é nisso que ela deve ser apoiada. Embutido nesse enfoque, está a premissa de que se deveria seguir o padrão familiar dos países industrializados: o da família nuclear, na qual o homem é o provedor e a mulher, a responsável pelo cuidado do lar e pelos filhos.

As mulheres são vistas como beneficiárias passivas da política de desenvolvimento. Nesta época, a cooperação internacional para o desenvolvimento centra sua atenção na elevação da produtividade da força de trabalho masculina. Às mulheres oferece cursos voltados à economia doméstica, como nutrição, corte e costura, bordados, culinária, etc.

A partir dos anos 70, as mulheres tornam-se também objetos de medidas de planejamento familiar, com a ampla distribuição de anticoncepcionais, com a finalidade de reduzir a natalidade.

É nesta época que se multiplicam os clubes de mães entre as mulheres pobres do campo e das periferias das cidades, voltados à solução de problemas ligados à satisfação das necessidades práticas das mulheres e da família.

As medidas adotadas nas políticas de desenvolvimento de então não contemplam os interesses próprios das mulheres enquanto trabalhadoras assalariadas, agricultoras ou trabalhadoras independentes. É um enfoque acrítico, assistencialista, que não questiona as causas da pobreza.

Mas vale notar que este enfoque ainda não perdeu de todo a sua oportunidade e ainda permeia muitos clubes de mães, associações mistas e, inclusive, programas de cooperativas especialmente destinados às mulheres.

2. Equidade

A partir dos anos 70, as primeiras mulheres envolvidas com a formulação do conceito Mulher e Desenvolvimento começam a criticar o enfoque de bem-estar. Emerge o conceito de equidade, que foi muito popular na Década da Mulher (1975-1985). Nesta perspectiva, o objetivo é integrar as mulheres ao desenvolvimento como participantes ativas e de maneira equitativa. Questiona a mera igualdade legal, visto que esta não garante benefícios iguais para mulheres e homens.

As causas da subordinação são percebidas não apenas no interior da família, mas também nas reduzidas chances de participação no mercado de trabalho. Propõe como estratégia o acesso ao trabalho produtivo remunerado e ao mercado em geral.

Para a construção deste enfoque, a “descoberta” do papel produtivo das mulheres do Terceiro Mundo (Boserup, 1970) foi de fundamental importância. A partir de então, as mulheres passam a ser vistas não apenas como mães e donas-de-casa, mas também como produtoras. Mediante o desempenho de seus três papéis (produtivo, reprodutivo e comunitário), elas tornam-se grandes contribuintes para a economia de seus países.

Neste enfoque, supõe-se que mediante a conquista da autonomia política e econômica, as diferenças de gênero devem diminuir e as necessidades práticas e os interesses estratégicos das mulheres devem ser alcançados através de medidas de cunho estatal, o que significa de medidas de cima para baixo.

É importante notar que este enfoque visa a mudança do *status quo*. Por isso não foi bem aceito pelas agências de cooperação e pelos organismos de desenvolvimento. Ao contrário: foi catalogado como um produto do feminismo ocidental, alheio à cultura das mulheres do Terceiro Mundo e não foi implementado, tendo sido retomado mais adiante, na década de 90.

3. Antipobreza

Segundo este enfoque, a crescente pauperização das mulheres é causada pelo subdesenvolvimento do país e não pela subordinação da mulher ao homem. Esta versão foi desenvolvida nos anos 70, no contexto de estratégia das necessidades básicas.

O foco de atenção não é mais todas as mulheres, mas as mulheres pobres. Continua-se vendo as mulheres essencialmente em seu papel doméstico, mas sabe-se que seu envolvimento com a casa vai além, especialmente no campo da produção não remunerada. O objetivo do desenvolvimento neste enfoque é elevar a sua produtividade, pois se reconhece o papel produtivo que elas desempenham e prega-se o acesso ao trabalho remunerado, aos recursos produtivos e ao mercado.

Uma das medidas mais populares tem sido a da geração de renda. Entretanto, os projetos de geração de renda para mulheres geralmente não são opções viáveis para elas, pois poucas lhes possibilitam uma real melhoria econômica.

Como as mulheres continuam sendo vistas dentro do contexto de seus papéis domésticos e não como produtoras autônomas, os projetos visam geralmente uma “renda complementar”. Só isto. Na preocupação, dentro do enfoque da antipobreza, com o tempo disponível das mulheres pobres. E este é um dado indispensável para se pensar em uma atividade adicional, principalmente em se tratando das mulheres mais pobres que já têm um tempo muito ocupado para dar conta da situação familiar com poucos recursos, exigindo-lhes mais tempo de trabalho.

A forma de atuar de acordo com este enfoque e os problemas decorrentes explicam por que a maioria dos projetos oficiais de cooperação internacional não se tenham tornado autônomos após a retirada da cooperação técnica e financeira. Avaliações feitas sobre estes projetos mostram como tiveram vida curta e deixaram uma tremenda frustração entre as mulheres participantes.

Entretanto, apesar de todas as críticas, esses projetos continuam sendo populares no âmbito da cooperação internacional. E, por incrível que pareça, continuam mal formulados e pessimamente aparelhados técnica e financeiramente. Também no âmbito de algumas ONGs e da solidariedade internacional não governamental, este tipo de projeto ainda continua e tem popularidade.

Projetos bem elaborados e bem dirigidos podem ser uma boa opção no sentido de contribuir para a satisfação das necessidades práticas das mulheres, além de fortalecê-las enquanto produtoras autônomas, com acesso e controle sobre os recursos. Mas há que se agregar a questão cidadã e a verdadeira autonomia das mulheres.

4. Eficiência

Este outro enfoque na categoria Mulheres e Desenvolvimento tem como propósito assegurar um desenvolvimento econômico mais eficiente através da contribuição econômica das mulheres.

Neste enfoque, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é vista como sinônimo de equidade. Não são poucas as afirmações de que as mulheres conquistarão paulatinamente uma melhor posição social na medida em que aumentarem sua participação econômica. Mas é um enfoque que privilegia o desenvolvimento econômico e não as mulheres.

Sua popularidade cresceu a partir da crise econômica dos anos 80, sobretudo com as medidas de ajuste estrutural ditadas pelo Banco Mundial. Estas medidas acarretaram imensos cortes no orçamento público, especialmente na área social. Houve um conseqüente aumento na carga de trabalho comunitário das mulheres para produzir bens e serviços que o Estado estava lhes tirando.

As mulheres tiveram que fazer cortes no tempo dedicado à família e ao trabalho doméstico. Como nada mudou em relação à divisão do trabalho reprodutivo no interior da família e como os maridos continuaram a esperar das mulheres o mesmo tratamento que tinham anteriormente, esta política deu origem a inúmeras crises familiares. Estudos demonstraram aumento na violência doméstica em virtude do afastamento das mulheres de suas lides tradicionais, sobretudo em lares de situação econômica precária.

O enfoque de eficiência pressupõe uma elasticidade quase ilimitada do tempo de trabalho das mulheres. Na medida em que enfatiza a autoexploração das mulheres, esse enfoque em nada contribui para integrá-las no mercado de trabalho de forma equitativa. Conseqüentemente, não contribui para alterar a atual divisão sexual do trabalho. Tampouco oferece subsídios para que as mulheres possam enfrentar seus interesses estratégicos e construir sua cidadania.

Como era de se esperar, o enfoque de eficiência não foi bem aceito entre planejadores e planejadoras.

5. Igualdade

Não somente os países capitalistas se preocuparam com a “questão da mulher”. Os países do chamado “bloco comunista” se destacaram pelas condições oferecidas às mulheres para que trabalhassem fora de casa. Seu propósito era aumentar a participação política das mulheres e controlar sua força de trabalho para atingir as metas nacionais de

desenvolvimento fixadas em seus respectivos planos. Para tanto, criam-se condições de igualdade (não de equidade) entre homens e mulheres no âmbito legal, educacional e empregatício.

Nos países do bloco socialista, era o Estado quem empregava e, ao mesmo tempo, quem satisfazia as necessidades básicas da população. À elevada participação das mulheres no mercado de trabalho, no entanto, não correspondia a sua participação política na formulação de prioridades políticas e econômicas nacionais. Neste âmbito, as mulheres formavam a ala minoritária.

O Estado considerava essas mulheres como “emancipadas”, pelo fato de ter criado condições de igualdade legal e social para ambos os sexos. A cobertura geral dada em relação à moradia, escolas e creches criou condições ímpares, se comparadas com as enfrentadas pelas mulheres nos países capitalistas.

Como boa parte do trabalho reprodutivo não era mais tarefa exclusivamente da mulher, as necessidades práticas e os interesses estratégicos tiveram para essas mulheres uma conotação bastante diferente. O trabalho doméstico também foi, em parte, compartilhado com os homens.

Apesar disso, não se pode afirmar que o Estado socialista tenha enfrentado as relações de gênero com equidade.

6. Empoderamento

O enfoque do empoderamento tem origem nas organizações femininas de base nos países do Terceiro Mundo, sobretudo as mulheres asiáticas, mas difundiu-se pela Europa e outras partes do mundo através das organizações feministas e redes de mulheres como DAWN (Rede Feminista e Pesquisas em Estudos de Gênero).

Aqui, o objetivo é o empoderamento a partir de processos em que as organizações de mulheres atuam como agentes centrais na conquista de novos patamares políticos e sociais. Reconhece-se que as medidas dirigidas pelo Estado não são suficientes para erradicar a subordinação. As raízes da desigualdade entre os gêneros masculino e feminino não se localizam apenas no âmbito das relações familiares. Outros fatores, como etnia, classe social e história colonial, são igualmente considerados para explicar a desprivilegiada posição das mulheres do Terceiro Mundo na economia mundial.

Embutida na definição de empoderamento está a questão do poder. Neste enfoque, ele é visto no sentido de autoconsciência e crescente autodeterminação do agir das mulheres e não como “poder sobre outros”, típico da visão androcêntrica da sociedade. As mulheres são concebidas como sujeitos ativos da atuação. A jornada tríplice da

mulher é levada em consideração. Mediante a mobilização das mulheres na base, objetiva-se alcançar, em curto prazo, a satisfação das necessidades práticas e, a longo prazo, a satisfação dos interesses estratégicos de gênero.

É um enfoque ainda visto com muita cautela por parte das ONGs e das agências de cooperação dos países doadores.

7. Gênero e Desenvolvimento (GeD)

Em meados da década de 80, as feministas desenvolvem um novo instrumental teórico, conhecido como enfoque de gênero. Aplicado ao desenvolvimento, ele visa interesses estratégicos de gênero para a superação das desigualdades de gênero e para a construção de uma nova sociedade. Parte de uma perspectiva holística, na medida em que analisa as relações sociais entre homens e mulheres, e na medida em que concebe as mulheres como sujeitos da mudança social. É um enfoque que coloca a construção da cidadania acima do combate à carência.

Ao contrário dos enfoques anteriores, leva-se em conta a variedade de experiências de subordinação de mulheres, que pode variar com relação à classe social, etnia/raça, nação (Norte/Sul) e idade. Questionam-se as relações entre homens e mulheres relacionadas ao contexto em que vivem, assim como a estruturas sociais e instituições, o que implica em mudanças em todas as esferas da vida humana.

O objetivo do planejamento na perspectiva de gênero é a satisfação, tanto das necessidades práticas como dos interesses estratégicos de gênero. Pretende-se alcançar a sua emancipação e empoderamento através de estratégias que visem superar os papéis desiguais e a relação desigual entre os homens e as mulheres. Promove a eficiência econômica, ao mesmo tempo que identifica oportunidades para melhorar a equidade de gênero nas políticas, nos programas e projetos de desenvolvimento. Isso significa que o planejamento de gênero visa contribuir para a geração de um modelo de desenvolvimento integral que supere os enfoques centrados na produção econômica e no consumo e que tenha como referencial a pessoa humana.

Reconhece-se hoje, universalmente, que todo e qualquer processo de desenvolvimento socioeconômico deve obrigatoriamente contar com a participação ativa das mulheres. Ao mesmo tempo, toda e qualquer política que não explicita as mulheres como grupo beneficiário corre o risco de prejudicá-las. Portanto, o apoio às mulheres que assenta suas bases apenas na cura de sintomas e não em mudanças estruturais para superar a sua subordinação não pode ter efeito duradouro.

Como as mulheres ainda não participaram plenamente da vida pública, suas possibilidades de influenciar nos processos de decisão são ainda reduzidas. Deve-se, pois,

facilitar a oportunidade de analisarem sua situação e de proporem estratégias de mudança nas relações de gênero, para que possam construir sua cidadania,

Para tanto, o GeD – Gênero e Desenvolvimento propõe conceitos, metodologias e estratégias para reestruturar as relações de poder existentes entre os gêneros, criando desta maneira condições para que os processos decisórios sobre o futuro pessoal e coletivo possam ser equitativos em todos os âmbitos de interação humana.

Considerando os resultados da discussão internacional sobre o enfoque de gênero, integrantes das agências e organismos de cooperação bilaterais e multilaterais passaram a introduzir o enfoque de gênero. Na maioria dessas organizações, tem-se feito cursos de treinamento de gênero e tentado introduzir o enfoque de gênero e a análise e a planificação de gênero. Mas, apesar dos conceitos MeD e GeD basearem-se em premissas teóricas bem diferentes e de exigirem modelos também diferenciados de implementação, eles costumam ser empregados como sinônimos no interior das agências e organismos de cooperação.

O maior dilema para implantar o conceito de Gênero e Desenvolvimento na prática reside no fato de que as organizações de desenvolvimento perseguem primeiramente objetivos econômicos a curto e médio prazos, utilizando, sobretudo, a eficiência e a rentabilidade como critérios para medir o sucesso de programas e projetos. O enfoque de Gênero e Desenvolvimento requer mudanças estruturais que vão além do marco de ação reservado para as agências de cooperação.

Agrega-se a essa dificuldade a falta de vontade política, tanto dos governos como de outras instâncias responsáveis pela política de desenvolvimento, de criar as condições necessárias para que tal processo possa ser colocado em marcha. Por ora, o enfoque gênero penetrou principalmente na esfera do planejamento de programas e projetos, ou seja, ainda não penetrou nas estratégias de desenvolvimento que envolvem a política nacional e internacional (Kuechemann, 1995).

Comparando os Enfoques de 1940 a 1990

	A Mulher e Desenvolvimento – WED Mulheres no Desenvolvimento – WID	B Gênero e Desenvolvimento – GeD Gênero no Desenvolvimento – GaD
Abordagem	As mulheres são o centro do problema.	Mulheres e homens são o foco do desenvolvimento.
O foco	As mulheres.	Relações entre homens e mulheres.
O problema	A exclusão das mulheres, que representam metade dos recursos produtivos, no processo de desenvolvimento.	Relações desiguais de poder (ricos e pobres, mulheres e homens) que impedem um desenvolvimento equitativo e a plena participação das mulheres.
A meta	Um desenvolvimento mais eficiente, efetivo e justo.	Desenvolvimento equitativo e sustentável com decisões compartilhadas entre mulheres e homens.
A solução	Integrar a mulher no processo existente de desenvolvimento.	Transformar relações desiguais, gerando renda e emprego para os menos favorecidos e para as mulheres.
As estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de mulheres ou componentes voltados às mulheres. - Projetos integrados. - Aumentar a produtividade das mulheres. - Aumentar a geração de renda das mulheres. - Aumento da habilidade das mulheres em atender aos afazeres do lar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e solucionar necessidades práticas de gênero determinadas por homens e mulheres para melhorar suas condições de vida. - Satisfazer interesses estratégicos de gênero, buscando a efetiva equidade. - Solucionar interesses estratégicos das populações necessitadas, através de um desenvolvimento centrado nas pessoas, o que inclui, efetivamente, o empoderamento das mulheres e a equidade de gênero.

Adaptação de Two Halves Make a Whole – Cida/Canadá, 1991.

Na entrada do século XXI

Os enfoques mencionados, ligados a concepções diversas de se tratarem as questões que afetam diretamente as mulheres em sua condição de mulher, ainda marcam definições de estratégias, metas a serem atingidas, soluções a serem buscadas em políticas e programas de governo e da cooperação internacional, como também das instituições locais e setoriais.

Por exemplo, ainda existem cooperativas, associações e empresas que mantêm o foco Mulher e Desenvolvimento e mantêm, estruturalmente, a situação subordinada da mulher, enquanto outras já perceberam claramente que, quando muda a situação da mulher, mudanças ocorrem na condição masculina e interferem nas estruturas das instituições, levando à necessidade de novas relações de gênero baseadas na equidade, no âmbito pessoal e institucional.

Os avanços trazidos do final do século XX para o século XXI no Brasil merecem uma consideração especial a este respeito, particularmente no que se refere às políticas públicas para mulheres pró-equidade de gênero.

Fruto de intensa mobilização das mulheres, particularmente no último quarto do século XX, a partir da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz (México, 1975) e da Plataforma de Ação assinada pelos governos na Conferência das Nações Unidas de avaliação da segunda década da mulher (Beijing, 1995), muitas mudanças foram sendo incorporadas nas políticas públicas sobre questões que afetam mais da metade da população brasileira. Como fruto destas mobilizações, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1983, foi uma grande conquista, tornando-se ele um órgão catalisador de muitas iniciativas provenientes do movimento de mulheres.

A partir dos anos 90, o enfoque da equidade nas relações de gênero já era visível no universo acadêmico e em várias organizações não governamentais de mulheres. Pouco a pouco, esta categoria foi sendo incorporada também no âmbito das políticas públicas. O movimento da Assembleia Nacional Constituinte foi um marco neste processo.

O ano de 2003 marca um momento histórico nesta caminhada, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SEPM). A esta, seguiu-se o Decreto Presidencial declarando o ano 2004 como Ano da Mulher Brasileira, seguindo-se duas importantes Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (2004-2006), as quais tiveram como resultado o primeiro e o segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005-2007).

O grande desafio que está sendo enfrentado com bastante êxito pela SEPM é o de enraizar em todos os órgãos públicos a equidade nas relações de gênero como uma questão transversal que abarca todas as questões políticas e sociais de educação, saúde, planejamento, agricultura, minas e energia, turismo, justiça, entre outros. Este é o significado da comissão de monitoramento do II Plano Nacional de Política para Mulheres, com o envolvimento de 19 ministérios que atuam em interface e parceria com a SEPM, através de programas e iniciativas diversas.

Ao mesmo tempo, a SEPM busca criar interfaces e parcerias com ONGs e Movimentos Sociais que multiplicaram suas ações pró-equidade de gênero nesses últimos anos, haja vista o número de ONGs feministas e ONGs e outras instituições mistas, como sindicatos, associações urbanas e rurais, movimentos sociais e as próprias cooperativas como programas de gênero, algumas com departamentos e/ou comissões especialmente criadas para trabalhar este tema. Da mesma forma, nas universidades tem-se ampliado o número de núcleos e/ou programas de estudos de gênero nas áreas de pesquisa, formação e extensão.

Todas essas iniciativas são “sinais de novos tempos”. E, nesse âmbito, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem um programa específico desde 2004, o Coopergênero, que tem o objetivo de contribuir para a construção da equidade/equilíbrio de gênero no âmbito do cooperativismo e do associativismo brasileiro e, no período 2003-2007, desenvolveu ações para sensibilizar e capacitar gestores (as), lideranças e associados (as) na área de gênero; divulgar experiências produtivas das mulheres no trato desde a agricultura familiar até a produção acadêmica; oportunizar o exercício da cidadania da mulher em todos os níveis: político, social, econômico e cultural; inserir a mulher no agronegócio, na sociedade cooperativa de contexto familiar; reduzir as desigualdades sociais; construir um modelo de desenvolvimento regional sustentável; apoiar o desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento; contribuir para a eliminação da pobreza. (Denacoop, Nota Técnica, 2008).

Estes passos iniciais do Coopergênero demonstram como também no movimento da autogestão cooperativa e das políticas públicas relacionadas com a mesma toda mudança na vida e na condição social das mulheres afeta mulheres e homens e traz necessidade de revisões pessoais e institucionais de conceitos que orientaram ações anteriores em políticas públicas e se refletiram nos costumes do cotidiano das pessoas.

Considerações finais

Este texto procurou mostrar a importância e a necessidade de desenvolver ações que propiciem situações equitativas, pois para haver uma efetiva cooperação é fundamental, entre outros, que mulheres e homens tenham a possibilidade de integrar-se enquanto seres humanos, cidadãos em plenitude, cooperados em igualdade de condições. E isto traz a necessidade de rever o enfoque adotado nas cooperativas em relação às questões que afetam diretamente as mulheres.

Na matemática da cooperação, que normalmente deve ser a que funciona no cooperativismo, a lei do soma/soma-ganha/ganha deve reinar soberana, pois, quando mulheres e homens somam seus saberes e habilidades, naturalmente multiplicam sua capacidade de decidir e melhorar a renda familiar e sua vida social. Dividindo as tarefas, ganham tempo e valorizam a convivência e, subtraindo conflitos desnecessários, compartilham uma vida mais digna e sustentável (Viezzler e Moreira, 19).

Esta forma de pensar o desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento transcende, de longe, o aspecto meramente econômico externo e dá visibilidade ao valor das duas grandes esferas da vida: a produção e de bens e serviços e a reprodução da vida em suas diversas formas.

É por isto que o enfoque das relações de gênero no desenvolvimento requer muito estudo, análise, estratégias e ações bem definidas que transcendem, de longe, a questão das cotas para espaços de poder, apesar de sua importância atual. Dois conceitos estão intrinsecamente ligados ao gênero no desenvolvimento: equidade e empoderamento.

Equidade é aqui entendida como igualdade de direitos humanos e sociais na diversidade entre mulheres e homens. Um exemplo concreto deste respeito à equidade é a licença-maternidade que, para igualar a mulher em direitos humanos e sociais, reconhece a diferença entre mulheres e homens no momento de trazer ao mundo novos seres humanos responsáveis por produzir e por reproduzir a vida.

O empoderamento é outro conceito essencial para a equidade de gênero. As mulheres historicamente estiveram afastadas dos cargos de direção do poder constituído no âmbito do mercado, da política, da administração, da religião. São necessárias muitas ações afirmativas para reverter este quadro e chegar à equidade pensada em termos de partilha que se traduz também na mudança da forma de exercer o poder.

Por fim, o enfoque de Gênero no Desenvolvimento questiona o próprio conceito de desenvolvimento. Ao abarcar as relações entre mulheres e homens como se dão nas

duas grandes esferas da vida: produção e reprodução, fica evidente que o atual modelo de desenvolvimento não pode levar, por si mesmo, a relações equitativas para todas as mulheres, considerando as diferentes variáveis de raça/etnia, gerações, classes e setores sociais, inclusive nações. Não é por acaso que as mulheres vêm levantando a bandeira da sustentabilidade como condição de desenvolver qualquer iniciativa que se sustente também nas relações de gênero.

É nesta direção que aponta a nota Técnica do Denacoop (2008), ao lembrar o significado do Programa Coopergênero do Mapa/SEDC/Denacoop: “Integrando a Família Cooperativista, tem como objetivo promover a incorporação do componente Gênero como política pública, apoiando ações de capacitação, divulgação, geração de renda e organização cooperativista e associativista com base no desenvolvimento sustentável, com equidade entre mulheres e homens”. E complementa ao comentar a inclusão do Mapa como membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: “... é de suma importância no que se refere à análise da realidade econômica, social, política e cultural brasileira, e contribuirá efetivamente na implementação das políticas públicas para as mulheres, para o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e renda sustentável e para a organização social na forma cooperativa e associativa”.

Nesta perspectiva, o cooperativismo enquanto movimento social pode, sem sombra de dúvida, tornar-se um espaço privilegiado para o resgate dos valores contidos no enfoque da equidade de gênero, com mulheres e homens cooperados, trazendo os valores femininos da afetividade, cuidado, cooperação e responsabilidade para as políticas, estratégias e programas das instituições, ao mesmo tempo em que os leva para o lar e demais espaços onde se desenvolve a vida cotidiana como assuntos de mulheres e homens. A consequência deste movimento é o equilíbrio e reciprocidade entre o masculino e o feminino.

Isto representa estudo, trabalho e pertinência na mudança de cultura. Como consequência, requer também a partilha do aprender. Porque, assim como fomos educados para o binômio subordinação/dominação nas relações entre homens e mulheres, podemos transformar as estruturas sociais existentes a partir da lei do soma/soma-ganha/ganha.

Mas isto só é possível a partir da revisão de nossos princípios e valores, pois são eles que orientam nossas ações. As mudanças de que atualmente necessitam a humanidade e o planeta transcendem questões técnicas e operacionais ligadas à execução de programas e de projetos ligados a novas políticas públicas. Somente princípios e valores que apontam para a sustentabilidade nos permitem vislumbrar “um outro mundo possível”, com relações entre mulheres e homens marcadas pela equidade nas relações de gênero através da “partilha do poder, do saber, do prazer e do bem-querer” entre os seres humanos e

da humanidade com a natureza (Viezzler, 2008). A revisão dos princípios e valores para lograr a equidade de gênero constitui, por si mesma, uma das mais importantes aprendizagens neste momento de grandes mudanças ligadas ao novo processo civilizatório que a humanidade vive.

Moema Viezzler

Referências bibliográficas

CIDA/MATCH, *Two Halves Make a Whole*, CIDA/MATCH International Centre, Ottawa, 1991.

KUECHEMANN, Astrid; VIEZZER, Moema (coord.); ZIMMERMANN, Neuza. *Relações de Gênero no Ciclo de Projetos, Rede Mulher de Educação (Mimeo)*, 1995.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Consulta sobre Participação no Comitê de Articulação e Monitoramento do II PNPM, Nota Técnica do Departamento de Cooperativismo e Associativismo/Denacoop*, 03/09/2008.

Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM), *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, SEPM. 2008.

VIEZZER, _____ e MOREIRA, Tereza. *ABC da Equidade, Gênero nos Projetos Socioambientais*. Edição da Itaipu Binacional, Curitiba, 2006.

VIEZZER, _____ e MOREIRA, Tereza. *É a vez das Mulheres*. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar/SAF, 2002.

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. Editora Cortez, São Paulo, 1992.

Gênero e Cooperativismo na Argentina (Português/Espanhol)

Edith Beatriz Staheli

*Argentina, Professora, Consultora, Encarregada da Área de Capacitação
do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social – INAES*

As primeiras cooperativas e agrupamentos, no final de 1800 e começo de 1900, foram criadas sob a influência de ideias anarquistas e socialistas, trazidas com os primeiros imigrantes. Nessas primeiras experiências, a participação das mulheres estava relegada.

Contudo, a história da mulher na Argentina difere substancialmente da do resto dos países da região. Assim, no final do século XIX, já havia movimentos de mulheres para conquistar seus direitos políticos e sociais, fundamentalmente o voto. No começo do século XX, aparecem as primeiras Ligas Femininas. Em 1918, sem muita aceitação, é formado o primeiro partido feminino. Em 1930, jornalistas feministas, com muita certeza dos seus direitos, conseguem publicar nos jornais todas as suas reivindicações.

Até que, em 1947, Maria Eva Duarte de Perón, mais conhecida por nós como nossa querida Evita, consegue o voto feminino e é criado o ramo feminino dentro do Partido Justicialista.

Anos mais tarde, com as ditaduras, as reivindicações feministas ficaram relegadas. Até que nas décadas de 60 e 70, as mulheres participam ativamente da vida política. Então, os direitos da mulher ficaram voltados à luta pela libertação, principalmente no nosso país, a luta pela democracia. Foi assim que muitos jovens, mulheres e homens, nos comprometemos massivamente pela mudança, não somente da Argentina, mas também do continente.

Em 1974, 1975 e 1976, foi instalado o sistema político-econômico mais severo que nós argentinos sofremos. Muitas de nós fomos presas, torturadas, humilhadas, desaparecidas, junto com nossos companheiros. Parimos na prisão e muitos de nossos filhos desapareceram.

Na Argentina, trinta mil companheiros e companheiras desapareceram.

Evidentemente, foi uma época muito complicada, mas não nos venceram... Aqui estamos!... Isto é o importante: a capacidade que tem a mulher de reciclar-se e continuar trabalhando.

Em 1983, com a chegada da democracia, as mulheres tiveram a possibilidade de ter acesso novamente a lugares na vida política.

Então, começam a surgir os movimentos das Mães e das Avós da Praça de Maio, que são para nós um orgulho, e que foram pioneiras em algo que, infelizmente, teve de ser exportados a outros países latino-americanos, como é a busca de nossos filhos desaparecidos durante a ditadura.

Isso significou que as mulheres desenvolveram um importante trabalho, no que está relacionado aos direitos humanos, como a criação de um Escritório da Mulher, orientado a aprofundar a democracia em todos os espaços.

Chegamos, assim, na década de 90 - a tristemente conhecida para nós, década de 90! -, na qual se aprofunda o sistema econômico implementado com a ditadura militar. Começa um período de privatizações, onde aquilo que era patrimônio nacional é vendido, é dado.

Um modelo econômico que gerou altos índices de desocupação, atingindo tanto as mulheres como os homens, deixando milhões e milhões de desocupados, chegando a seu nível mais alto com a crise de 2001, com 60% de desocupação.

Pela primeira vez na nossa história, vemos a fome e a desnutrição. Têm percorrido o mundo as fotos das crianças de Tucumán. Neste contexto, a mulher volta a ter um papel muito importante na luta e na recuperação dos seus direitos.

Mobilizadas pela necessidade de alimentar seus filhos, saem às ruas e brigam, fazendo parte dos primeiros movimentos sociais, os chamados piqueteiros, sendo as mulheres as protagonistas na tomada da iniciativa.

Quando assumiu o ex-presidente Dr. Néstor Kirchner, o país atravessava uma das maiores crises, com muitas pessoas mobilizadas, com o lema “Que vão todos embora”.

Com o propósito de reverter essa situação, entre outras medidas, foram realizados planos nacionais de habitação onde o trabalho cooperativo foi priorizado perante a contratação de grandes empresas privadas, impulsionando as cooperativas de trabalho. Estas foram formadas, na maioria dos casos, por mulheres.

Estima-se hoje que 15 milhões de pessoas estão filiadas a alguma das 16.900 entidades cooperativas e agrupamentos de todo o país, representando 11% do PIB nacional.

Quero destacar que os mecanismos de desigualdade, que são reproduzidos na

Argentina com relação a gênero, são os mesmos que as companheiras do Paraguai, Brasil e Uruguai já mencionaram e não quero ser reiterativa. Também devo destacar que a situação da mulher no campo não é a mesma que na cidade, como aquela que tem acesso a educação ou não...

Contudo, avançamos na participação da mulher na esfera do político. Como vocês sabem, temos uma presidenta da qual nos sentimos orgulhosas pela capacidade e a preparação que demonstra.

Cabe aqui mencionar a forte presença que tem a mulher em âmbitos de poder. Em nível nacional: 3 ministras¹, 28 senadoras, 249 deputadas e numerosos cargos em governos e intendências. Mulheres que fizeram parte da década de 70 hoje estão ocupando lugares de decisão política.

Um artigo do Fundo Econômico Mundial afirma que as mulheres argentinas são as menos discriminadas da América Latina. Segundo este relatório, estamos no vigésimo quarto lugar em nível mundial, e isso tem a ver com a participação política da mulher.

Acredito que seja importante, mas para atingir uma verdadeira equidade de gênero, devemos seguir aprofundando nosso trabalho. Como exemplo, dentro do Conselho Nacional da Mulher funciona uma direção, na qual participam todos os ministérios, onde é discutida a política de gênero.

Um dos avanços importantes no campo das forças armadas: o percentual de mulheres nos quadros profissionais e comando de oficiais e suboficiais é de: 5,6% no Exército, 5,8% na Marinha e 11,9% na Força Aérea.

O INAES está organizando o V Congresso da Economia Social e as propostas que vamos trabalhar dentro da Comissão de Gênero tendem a fortalecer, potencializar e desenvolver nossas capacidades para construir, manter e defender os direitos, dentro do movimento cooperativo.

Além disso, nos propomos refletir sobre a relação entre Saber e Poder, como ferramenta para alcançar a equidade na tomada de decisões.

As propostas de trabalho que desenvolvemos dentro da Comissão de Gênero estão orientadas a construir uma identidade que respeite as diversidades, resgatando o melhor de cada uma, a favor de um projeto coletivo de país, promovendo a educação, a formação e a igualdade de oportunidades como ferramentas fundamentais nesta tarefa

1 - Atualmente, com a criação do Ministério de Produção e a nomeação de Débora Giorgi, são 4 ministras no total.

transformadora, revertendo desta maneira o “rol tradicional” da mulher.

Devemos trabalhar para erradicar as práticas de discriminação de gênero do interior das instituições, participando conscientemente para obter o fortalecimento dos espaços políticos, econômicos e sociais.

Como conseguimos? Participando ativamente e confiando em nossas próprias capacidades, com o apoio em nossa capacidade de resistência para contribuir na construção de um futuro mais justo, inclusivo e solidário.

Aceitando nossa responsabilidade familiar e social, mas também lutando para conseguir protagonizar na tomada das grandes decisões.

Fortalecendo nossa capacidade de liderança política, nos formando e formando líderes preparadas para a ação, criando espaços de debates que apresentem propostas e ideias para o projeto nacional do país no qual estamos inseridas.

Para resumir: houve uma mudança importante, mas não é suficiente. Concretamente, no campo da Economia Social, persistem problemas como a falta de crédito para a mulher, falta de visibilidade, maior participação, etc. Entretanto, seguimos apostando para que a mulher ocupe seu lugar nas instituições. Não podemos esquecer que viemos de um país em chamas, em crise, onde o lema era: “Que vão todos embora”. Conseguir que as pessoas voltem a acreditar na política e nas instituições é algo que não devemos, uma dívida interna que ainda temos os argentinos.

Edith Beatriz Stabeli

Las primeras cooperativas y mutuales, allá por fines del 1800 y principios del 1900, fueron creadas bajo la influencia de ideas anarquistas y socialistas, traídas con los primeros inmigrantes. En esas primeras experiencias, la participación de las mujeres estaba relegada.

Sin embargo, la historia de la mujer en Argentina, difiere sustancialmente con la del resto de los países de la región. Dado que a fines del siglo XIX, ya había movilizaciones de mujeres por conquistar sus derechos políticos y sociales, fundamentalmente el sufragio. A comienzos del siglo XX aparecen las primeras Ligas Femeninas. En 1918, aunque sin mucha aceptación, se conforma el primer Partido Femenino. En 1930 periodistas feministas, con mucha claridad de sus derechos, logran publicar en los diarios todas sus reivindicaciones.

Hasta que en 1947, de la mano de María Eva Duarte de Perón, más conocida por nosotros como nuestra querida Evita, se logra el voto femenino y se crea la rama femenina dentro del partido justicialista.

Años más tarde con las Dictaduras, las reivindicaciones feministas quedaron relegadas. Hasta que en las décadas del 60 y 70, las mujeres ingresamos muy fuertemente a la vida política. Pero entonces, los derechos de la mujer quedaron supeditados a la lucha por la Liberación, particularmente en nuestro país, la lucha por la democracia. Fue así que muchos jóvenes, mujeres y varones, nos comprometimos masivamente, por el cambio, no solo de Argentina, sino también del continente.

En 1974, 75 y 76, se instaló, el sistema político-económico más atroz que hemos sufrido los argentinos. Muchísimas de nosotras fuimos encarceladas, torturadas, humilladas, desaparecidas, junto con nuestros compañeros, parimos en la cárcel y muchos de nuestros hijos desaparecieron.

En Argentina hubo treinta mil compañeros y compañeras que desaparecieron.

Evidentemente fue una época muy complicada, pero no nos vencieron... ¡Aquí estamos!... esto es lo importante: la capacidad que tiene la mujer de reciclarse y seguir trabajando.

En 1983, con la llegada de la democracia, las mujeres tuvimos la posibilidad de tener acceso nuevamente a espacios en la vida política.

Ya por entonces comienzan a surgir las movilizaciones de las Madres y las Abuelas de Plaza de Mayo, que son para nosotros un orgullo, y que han sido pioneras en algo, que por desgracia, se ha tenido que exportar a otros países latinoamericanos, como es la búsqueda de nuestros hijos desaparecidos por la dictadura.

Eso significó que las mujeres emprendieran una importante labor, en lo referido a los derechos humanos; como la creación de una Oficina de la mujer, orientada a la profundización de la democracia en todos los espacios.

Llegamos así, a la década del 90 -¡la tristemente conocida para nosotros, década del 90!- en la cual se profundiza el sistema económico implementado con la dictadura militar.

Comienza un período de privatizaciones, en donde aquello que era patrimonio nacional se vende, se regala.

Un modelo económico que generó altos índices de desocupación, alcanzando tanto a mujeres como a hombres, causando miles y miles de desocupados, trepando a su nivel mas alto con la crisis del 2001, con el 60% de desocupación.

Por primera vez en nuestra historia vimos el hambre, la desnutrición, Han recorrido el mundo, las fotos de los niños de Tucumán. En este contexto, la mujer retoma un papel importantísimo en la lucha y en la recuperación de sus derechos.

Movilizadas por la necesidad de alimentar a sus hijos, salen a la calle y dan pelea; formando parte de los primeros movimientos sociales, los llamados piqueteros, siendo las mujeres las protagonistas en la toma de la iniciativa.

Cuando asume el ex presidente, Dr. Néstor Kirchner, el país atravesaba una de las mayores crisis, con muchísima gente movilizada, con el lema que se vayan todos.

Con el propósito de revertir esta situación, entre otras medidas, se llevaron a cabo planes nacionales de vivienda en donde el trabajo cooperativo, fue priorizado ante la contratación de grandes empresas privadas, tomando un gran impulso las cooperativas de trabajo. Estas fueron formadas, en numerosos casos, por mujeres.

Hoy se estima que 15 millones de personas están afiliados a alguna de las 16.900 entidades cooperativas y mutuales de todo el país, representando el 11% de PBI nacional.

Pero para no detenerme demasiado, quiero destacar que los mecanismos de

desigualdad, que se reproducen en Argentina en cuanto a género son los mismos que las compañeras de Paraguay, Brasil y Uruguay ya han mencionado y no quiero ser reiterativa. También debo recalcar que la situación de la mujer en el campo no es la misma que en la ciudad, como aquella que tiene acceso a la educación o no...

Sin embargo, hemos avanzado en la participación de la mujer en la esfera de lo político. Como ustedes saben, tenemos una presidenta; de la que nos sentimos orgullosas por la capacidad y la preparación que demuestra.

Cabe mencionar, la fuerte presencia que tiene la mujer en ámbitos de poder. A nivel nacional: 3 ministras², 28 Senadoras, 249 Diputadas y numerosos cargos en gobernaciones e intendencias. Mujeres que fuimos parte de la década del 70, hoy estamos ocupando espacios de decisión política.

Un artículo del Fondo Económico Mundial sostiene que las argentinas son las menos discriminadas de Latinoamérica. Según este informe estamos en el vigésimo cuarto lugar a nivel mundial, y esto tiene que ver con la participación política de la mujer.

Creo que es importante, pero para lograr una verdadera equidad de género, debemos seguir profundizando nuestro trabajo. A modo de ejemplo dentro del Consejo Nacional de la Mujer funciona un directorio, en el cual participan todos los ministerios, donde se discute política de género.

Uno de los avances importantes es en el campo de las fuerzas armadas: el porcentual de mujeres en los escalafones profesionales y comando de oficiales y suboficiales es de: 5.6% en el Ejército, 5.8% en la Armada y 11,9% en la Fuerza Aérea.

El INAES, está organizando el V Congreso de la Economía Social y las propuestas que vamos a trabajar dentro de la Comisión de Género, tienden a fortalecer, potenciar y desarrollar nuestras capacidades para construir, sostener y defender nuestros derechos, dentro del movimiento cooperativo.

Además nos proponemos reflexionar sobre la relación entre Saber y Poder, como herramienta para alcanzar la equidad en la toma de decisiones.

Las propuestas de trabajo que planteamos dentro de la Comisión de Género están orientadas a:

Construir una identidad que respete las diversidades rescatando lo mejor de cada una, en pos de un proyecto colectivo de país, promoviendo la educación, la

2 - Actualmente con la creación del Ministerio de Producción y el nombramiento de Débora Giorgi son 4 ministras en total.

formación y la igualdad de oportunidades como herramientas fundamentales en esta tarea transformadora revirtiendo, de esta manera el “rol tradicional” de la mujer.

Debemos trabajar para erradicar las prácticas de discriminación de género del interior de las instituciones, participando conscientemente para lograr el fortalecimiento de los espacios políticos, económicos y sociales

¿Cómo lo logramos?

Participando activamente y confiando en nuestras propias capacidades.

Apoyándonos en nuestra capacidad de resistencia para contribuir en la construcción de un futuro más justo, inclusivo y solidario.

Aceptando nuestra responsabilidad familiar y social, pero a la vez luchando para lograr protagonismo en la toma de las grandes decisiones.

Fortaleciendo nuestra capacidad de liderazgo político, formándonos y formando líderes preparadas para la acción, generando espacios de debates que aporten propuestas e ideas para el proyecto nacional de país en el cual estamos insertas.

A modo de síntesis: Hubo un cambio importante, pero no es suficiente. Concretamente en el campo de la Economía Social, persisten problemas como la falta de crédito hacia la mujer, falta de visibilidad, mayor participación etc. Sin embargo, seguimos apostando a que la mujer ocupe su lugar en las instituciones. No nos olvidemos que venimos de un país en llamas, en crisis, donde el lema era: “que se vayan todos”. Lograr que la gente vuelva a creer en la política y en las instituciones, es algo que nos debemos, una deuda interna que aún tenemos los argentinos.

Edith Beatriz Stabeli

História da Cooperativa de Flores da Paraíba

Karla Rocha

*Presidenta da Cooperativa dos Floricultores
do Estado da Paraíba – COFEP*

A Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba – COFEP tem como principal atividade o cultivo de flores em estufas, localizadas nas cidades de Pilões (PB) e Areia (PB), com uma sede para distribuição e comercialização em Guarabira (PB).

Criada em 1999, a partir de um grupo de 21 mulheres que vivem da agricultura familiar, residentes no sítio Avarzeado, em Pilões (PB), a cooperativa surge contra tudo e todos, mas promovendo a elevação da autoestima dessas mulheres que durante muito tempo sobreviveram do subemprego nas usinas de cana-de-açúcar. Usinas que no passado fomentaram economicamente a região, mas faliram, deixando apenas a herança autoritária e os hábitos dos antigos coronéis donos de latifúndios.

A decisão de plantar flores foi muito difícil. Afinal, tanto a comunidade como as atitudes machistas dos maridos por pouco não impediram a criação da cooperativa. A dificuldade foi tamanha que por pouco não foi possível formar um grupo de 21 mulheres. Porém, mais uma vez, prevaleceu a garra das mulheres e começaram a estruturar a cooperativa, solicitando ao Sebrae cursos de cooperativismo e associativismo.

Definido que iriam plantar flores, partiram para a elaboração do primeiro projeto, com a assessoria do Sebrae, e encaminharam para o Banco do Nordeste do Brasil. Juntaram ao projeto as suas esperanças e fé de que tudo iria dar certo. Após três longos anos de espera tiveram o banco negou o projeto, frustrando o sonho das 21 mulheres agricultoras. Apesar da frustração elas não desistiram e resolveram bater à porta do projeto Cooperar, um programa do Governo do Estado da Paraíba com parceria do Banco Mundial, com a certeza que, de uma forma ou de outra, valia a pena tentar novamente. Afinal, esse apoio financeiro era mais que um financiamento, mas a carta de alforria das mulheres e a possibilidade de pôr fim às humilhações sofridas por todas.

Passados alguns meses, tiveram a grata notícia da aprovação do projeto. Era o início de uma longa e duradora luta que tinham pela frente. A notícia da liberação contagiou todas as mulheres e, em pouco mais de seis meses e, sem pensar no esforço que iriam desenvolver, além de arcarem com a contrapartida de 10% do valor, trabalharam

intensamente durante 10 meses, sem retorno financeiro e ainda obrigadas a ouvir dos maridos que optassem por eles ou pela cooperativa. Continuaram o trabalho sem terem dado atenção a aberrações dos “companheiros”.

Em 10 de julho de 2002 iniciamos o plantio. Era tudo muito novo, com muito medo e uma responsabilidade imensa. Afinal era o primeiro projeto de flores do Estado da Paraíba. Essas dificuldades não nos desestimularam e começamos a visitar experiências de plantios de flores e participar dos cursos promovidos pelo Sebrae. Só tínhamos uma coisa em mente: a vontade de vencer.

Foi com essa dedicação que criamos um novo modelo de plantar e comercializar as flores da Paraíba. Esse diferencial é o resultado do amor e do respeito que uma tem pela outra. É com essa determinação que podemos afirmar que não temos a COFEP como um trabalho, mas como um filho que devemos cuidar com muita delicadeza e carinho. Falamos com essa clareza porque não é fácil ter o impossível como desafio, além de conviver em torno de usineiros autoritários e em decadência.

A cooperativa já é reconhecida no mercado local, nacional e internacional. Participamos, a convite do Banco Mundial, do Seminário de Desenvolvimento Local, em Washington-EUA, em junho de 2004. Em outubro de 2004, assinamos um convênio com o Banco do Brasil-DRS, onde assinamos o primeiro Pronaf Mulher do Estado da Paraíba. Os recursos foram destinados para a ampliação de 50% das estufas. O aumento da demanda estava apenas começando.

Conquistamos, em março de 2005, o prêmio Mulher Empreendedora do Sebrae. Foi uma concorrência com outras 800 mulheres de todo o Brasil. O prêmio pelo 1º lugar foi 15 dias na Suíça, divulgando o projeto e visitando outras experiências de flores. No mesmo ano, disputamos e ganhamos o concurso Voz Mulher, do Banco Mundial, onde ficamos em primeiro lugar. O prêmio, U\$ 4,000.00, foi todo investido na aplicação de defensivos em equipamentos de proteção individual.

Em novembro de 2005, a cooperativa deu mais um passo na melhoria da sua produção. Foi doado pela Fundação Banco do Brasil um veículo Toyota 4x4 para transportar as flores com mais qualidade. Essa aquisição resolveu um sério problema: o acesso à floricultura durante o inverno.

Em 2006, fizemos novos investimentos. Dessa vez, adquirimos, com recursos próprios, 05 estufas metálicas para ampliação da produção. No mesmo ano, assinamos um convênio com governo federal para a realização de cursos de Custo de produção, irrigação, pós-colheita e montagens de estufas.

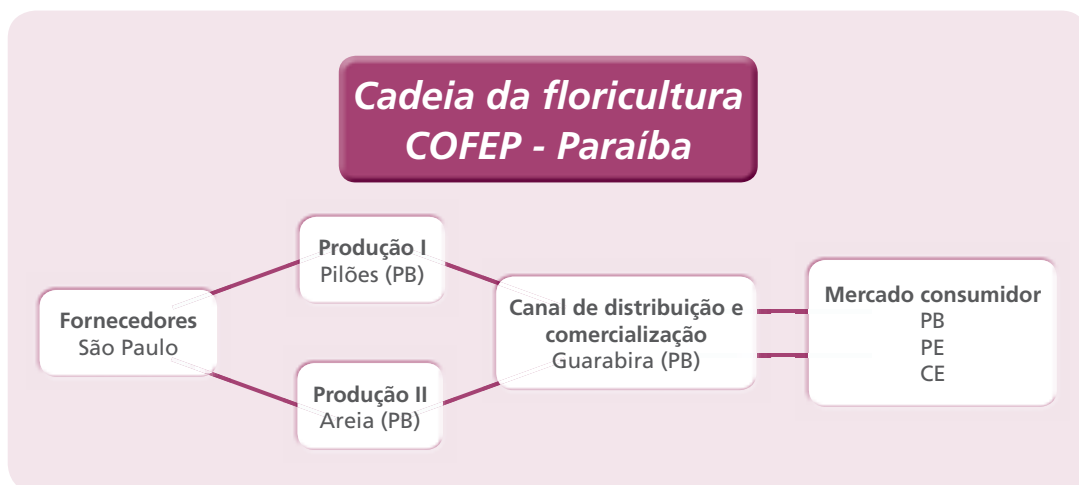
No ano de 2007, com recursos próprios, adquirimos 04 ha de terra no município

de Areia (PB). Novamente com o apoio da FBB, diversificamos nossa produção e passamos a plantar rosas e outras flores delicadas. Foram adquiridas estufas, um caminhão com câmara fria e uma câmara fria de chão móvel.

Com as instalações das estufas localizadas em dois municípios, alteramos nossa marca de Flores de Pilões para Flores do Brejo, dando uma abrangência territorial. Isso nos proporcionou dobrar a produção e conquistar novos mercados.

Em 2008, finalizamos o plantio das rosas e gérberas, gipsófila e folhagens e instalamos na cidade de Guarabira (PB) o ponto para comercialização e distribuição de flores. Esse ponto facilita e agiliza a realização de negócios, além de aproximar a produção dos clientes e proporcionar venda direta ao consumidor.

Foram várias ações desenvolvidas ao longo dos anos de valorização e inclusão social. Participamos de cursos de manejo das flores, de alfabetização das cooperadas e seus familiares e de preservação do meio ambiente porque a cooperativa está às margens do rio Avarzeado que abastece as bombas para irrigação do projeto. Tivemos alguns cursos de iniciação à internet para os filhos das cooperadas. Hoje podemos falar com orgulho que a geração atual se encontra regularmente em sala de aula e a presidente da cooperativa cursando a faculdade de Administração, em Guarabira (PB). Tudo isso é fruto da vontade e interesse dessas mulheres estarem sempre buscando, incansavelmente, a sua cidadania.



Citamos com amor o cuidado que temos pelo rio que fornece a água para a irrigação das flores. Água é a fonte de vida e do sucesso do nosso empreendimento. Por isso, preservamos as margens do rio. Hoje é mantido em estado natural, sem nenhum desmatamento e sem escoamento de dejetos.

Hoje, a cooperativa tem cerca de 40 cooperados que contribuem com a promoção de 160 empregos indiretos, sendo a segunda fonte de geração de trabalho e renda do

município. O faturamento anual da cooperativa gira em torno dos R\$ 500.000,00, oriundo da uma produção mensal de 120 mil hastes de flores. Cada cooperada tem uma renda média mensal de R\$ 700,00. A cooperativa tem uma vida financeira saudável com capital de giro para custear suas despesas correntes e para enfrentar os altos e baixos do mercado.

Contratamos, junto ao Banco do Brasil, R\$ 130.000,00 de Pronaf. O pagamento desse recurso já está garantido em aplicações no banco. Nossa expectativa é chegar a 60 cooperados nos próximos dois anos e permitir a associação de homens para diversificar o quadro e mostrar que é possível em sociedade machista a convivência harmoniosa entre homens e mulheres.

Karla Rocha

Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico – Justa Trama

Nelsa Nespolo

Diretora-Presidente da Justa Trama e Consultora do Sebrae

A Justa Trama nasceu a partir do sonho dos empreendimentos da confecção, naquele momento vinculados aos Complexos Cooperativos propostos pela ADS-CUT, de terem um produto próprio que, do começo ao fim, fosse desenvolvido por trabalhadores solidários, fazendo diferença não só em relação ao seu modo de produção e valorização do trabalho, mas também a sua qualidade e preocupação com o meio ambiente: a cadeia do algodão agroecológico.

Em meados de 2003, quando a ideia surgiu, foi considerada como algo a ser alcançado em longo prazo e por onde não se tinha clareza de como começar, já que era dada ênfase às inúmeras dificuldades de articulação dos trabalhadores do Nordeste aos do Sul do Brasil.

A proposta foi se fortalecendo através dos encontros entre os empreendimentos ocorridos durante atividades da Economia Solidária, com destaque as reuniões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e da Unisol Brasil.

A partir da demanda de produção das bolsas para o Fórum Social Mundial 05, realizado em Porto Alegre, durante o ano de 2004, veio a possibilidade concreta de colocar em prática este sonho. Ao invés dos empreendimentos da confecção comprarem o tecido no mercado tradicional, os mesmos desafiaram-se a adquiri-lo de uma cooperativa de tecelagem, a qual, por sua vez, compraria o fio de outra cooperativa de fiação. Com agilidade, foram feitos contatos e orçamentos, chegando-se a valores compatíveis aos do mercado tradicional. Tendo papel importante nesta articulação, a Cooperativa Univens representou os empreendimentos envolvidos frente ao Comitê Organizador do FSM 05, fazendo acontecer uma outra Economia, onde as bolsas foram confeccionadas pela Cadeia Produtiva Solidária do Algodão, ainda que neste momento ainda não fosse o ecológico.

A partir da experiência de confecção das bolsas, ficou clara a capacidade de articulação e organização dos empreendimentos, que culminou com a realização de uma oficina sobre a cadeia produtiva do algodão no próprio FSM 05, durante a qual Univens, Fio Nobre, Textilcooper e ADEC saíram determinadas e comprometidas com a sua concretização a partir do algodão agroecológico.

Durante este processo, foram muitos os desafios, dificuldades, mas também as conquistas. A criação da marca Justa Trama, no final de 2005, e a criação da Central Justa Trama, no final de 2007, foram algumas delas.

A seguir, as etapas e os empreendimentos que hoje fazem parte da Justa Trama:

(1) **A primeira etapa** do processo é realizada com a produção do algodão agroecológico pela **Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC**, localizada no município de Tauá, no Estado do Ceará, uma associação de agricultores familiares que fornece as sementes aos produtores e que, após o cultivo, beneficia e comercializa o algodão em pluma para o restante da cadeia. A ADEC foi fundada em 1986, por iniciativa de grupos de mulheres artesãs e em 1993 redirecionou suas atividades para a Agricultura Familiar, organizando a produção agroecológica de algodão, milho, feijão, gergelim e nim, com o apoio técnico do ESPLAR. Articula 8 municípios do Estado do Ceará: Tauá, Quixadá, Xoró, Massapê, Canindé, Sobral, Forquilha e Santana do Acaraú. A Justa Trama também está trabalhando na perspectiva de ampliar o fornecimento de algodão através de sua expansão junto aos agricultores do Paraná, município de Moreira Salles, já contando com produção significativa na última safra.

(2) **A segunda etapa** é realizada pela **Cooperativa Nova Esperança – CONES**, localizada no município de Nova Odessa, no estado de São Paulo. Empresa recuperada pelos trabalhadores, a CONES beneficia a pluma de algodão vinda dos agricultores, transformando-a em fio. A CONES é composta por 320 cooperados que realizam a fiação do algodão herbáceo (convencional) e que podem fiar o algodão agroecológico (arbóreo) por entenderem a importância deste para o meio ambiente e para fazerem jus às reflexões da economia solidária. Compõem o segundo elo da cadeia produtiva na produção e fornecimento dos fios agroecológicos para a produção de tecidos.

(3) **A terceira etapa** é realizada pela **Stilus Coop**, localizada no município de Santo André, no Estado de São Paulo, que transforma o fio em malha. Esta parte do processo produtivo inicialmente era realizada pela Textilcooper, a qual, por dificuldades estruturais encerrou suas atividades. A Stilus Coop é a mais jovem integrante da Justa Trama, formada em 2006 por 23 cooperados.

(4) **A quarta etapa** do processo produtivo compreende a confecção das peças de vestuário, a qual é realizada pela **Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos - Univens**, localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e pela **Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí – Cooperativa Fio Nobre**, de Itajaí, Santa Catarina. Roupas infantis serão confeccionadas pela Stilus Coop, de Santo André e costureiras de Moreira Salles estão desafiadas a se integrarem à cadeia através do desenvolvimento de roupas de sarja pesada.

A Univens foi fundada em maio de 1996, por 35 mulheres, entre 18 e 70 anos, que resolveram formar a cooperativa para enfrentarem o desemprego e a expulsão do mercado de trabalho. Desde o início, trabalharam na perspectiva de terem produtos próprios, o que conseguiram através das camisetas com estampas de Porto Alegre criadas por artista plástica da cidade. Após esta conquista, se permitiram alçar voos mais altos, sonhando com um produto que fosse todo produzido por trabalhadores solidários, o que acreditaram-se capazes após terem coordenado o processo de produção das bolsas para o Fórum Social Mundial de 2005. Atualmente, está com 24 mulheres e 01 homem, agregando os serviços de serigrafia ao da costura, personalizando assim qualquer tipo de produto. Na sua carteira de produtos constam camisetas de algodão, de poliviscose, do tipo polo, uniformes colegiais e para empresas, jalecos de diversos modelos e calça, além de sacolas para eventos e roupas de surf. Participa ativamente dos Fóruns Municipal, Estadual e Brasileiro de Economia Solidária.

A Cooperativa Fio Nobre surgiu a partir da microempresa Fio Nobre, que já estava no mercado há 12 anos participando ativamente dos Fóruns Municipal, Estadual e Brasileiro de Economia Solidária. É formada por 20 trabalhadores que produzem cordões e fios diversos para o ramo calçadista, de confecção e roupas artesanais. Compõe o quarto elo da cadeia produtiva com desenvolvimento do design e confecção das roupas em tecido com detalhes artesanais, peças em tricô e bolsas em tear.

(5) A quinta etapa é a extração e beneficiamento das sementes da Amazônia realizada pela **Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia - Açaí**, localizada em Porto Velho, Rondônia. Após beneficiadas, as sementes são aplicadas em forma de bordados e botões, ornamentando as peças de vestuário da Justa Trama. Ainda está em estudo a elaboração de corantes naturais para tingimento das roupas. A Cooperativa Açaí existe há 3 anos e é composta por mais de 70 associados, sendo que cada um destes tem produtos e técnicas diferenciadas, tendo como principais produtos a reciclagem, trabalhos em cestaria, madeira, coco, marchetaria, sementes, entre outras. Atualmente, existe um grupo de mulheres que têm se dedicado exclusivamente ao desenvolvimento de produtos para a Justa Trama, trabalhando com as sementes, transformando-as em colares, pulseiras, brincos, cintos e outros acessórios. Além de participar dos Fóruns Municipal, Estadual e Brasileiro de Economia Solidária, a Cooperativa Açaí desenvolve importante trabalho social, tendo envolvido cerca de 100 índias e 50 presidiárias no desenvolvimento desta primeira coleção de complementos.

São aproximadamente 700 trabalhadores e trabalhadoras atuantes na agricultura agroecológica, fiação, tecelagem, confecção, extração e beneficiamento de sementes e artesanato, distribuídos em cinco Estados da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Ceará e Rondônia), integrantes de 4 regiões do Brasil. Além de buscar a sustentabilidade dos empreendimentos que compõem a cadeia, a Justa

Trama tem contribuído com a ampliação e o surgimento de novas cadeias produtivas e empreendimentos solidários.

Nossa História

A cooperativa Univens, o desenvolvimento local e o compromisso com o desenvolvimento do Brasil com justiça social

Foi em 1996, quando aproveitamos o dia em que dois representantes do hospital Conceição estiveram no posto de saúde da vila e fomos conversar com eles para nós costurarmos para o hospital, e nos perguntaram quantas mulheres estavam interessadas, e nós, para animar a proposta, falamos que tinha umas vinte interessadas. Eles nos colocaram que era necessário sermos uma entidade: cooperativa ou associação. Chamamos quem conhecíamos e na primeira reunião vieram 19 mulheres. Foi então que descobrimos que no Brasil deve ser 20 pessoas para formarmos uma cooperativa. Então, reunimos na segunda 35 mulheres. Decidimos por cooperativa porque tínhamos motivação comunitária e de cooperação.

Éramos mulheres variando entre os 18 e 76 anos, tivemos uma reunião sobre cooperativismo, como funciona, a partir de algumas experiências positivas que existiam nos assentamentos dos sem-terra.

Buscamos então o estatuto de uma cooperativa habitacional (Cootepa) e o adaptamos para a nossa realidade. Todas participaram de sua formulação, debatemos artigo por artigo, decidimos então o nome de nossa cooperativa: Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos Ltda. e mais tarde Univens, que é abreviatura de Unidas Venceremos. Sempre acreditamos no real sentido deste nome. Foi um período tão difícil porque entramos para regularizá-la na junta comercial, e o estatuto voltou várias vezes para ser reformulado. O serviço demorou para iniciar, pois achávamos que era mais simples. E muitas desistiram. Nosso primeiro trabalho foi difícil, pois o valor era pouco e complicado para quem estava começando. Muitas de nós nem nos conhecíamos e estávamos trabalhando juntas.

Ao mesmo tempo formamos outro grupo produzindo multimistura (complemento alimentar composto de folha de aipim, farelo de arroz, casca de ovo, sementes e farinha de milho, indicado para desnutrição e prevenção de doenças diversas). No começo, era um trabalho voluntário, mas depois se transformou numa fonte de renda e desde 1996 participamos das licitações do hospital Conceição, que adotou a multimistura e a distribuía temporariamente aos postos de saúde. Com o tempo, a cooperativa passou a ter três frentes: da costura, da multimistura e por último a serigrafia, que estampa e personaliza os produtos da confecção.

A costura iniciou com facção, que é quando as peças de roupas já vêm

cortadas. O que pagam é muito pouco, é a continuidade da exploração que vivíamos nas fabricas.

Avaliamos e repensamos. Então, decidimos buscar a produção de um produto por completo, comprarmos a matéria-prima (o tecido) e fazermos nós o corte e a confecção. Então começamos a produzir camisetas para sindicatos, colégios e aos poucos fomos produzindo também para fora de Porto Alegre. Mas o primeiro trabalho foi a tomada de preço do Sindicato dos Metalúrgicos de PoA para 500 camisetas: compramos o tecido com cheque pré-datado, cortamos, confeccionamos, mandamos serigrafar e em 15 dias tínhamos recebido. Foi nossa grande realização e então decidimos que trabalharíamos dominando todo o processo de produção.

Nem todas tinham máquinas. Então, fizemos projetos para o CAMP (ONG) e conseguimos três máquinas e mais tarde fizemos um projeto para a Cáritas e compramos mais duas máquinas, além de nos ajudar para criarmos um fundo de giro para a matéria-prima.

Com o grupo da multimistura, também não tínhamos quase nada e fizemos um projeto para a fundação IOSPH e equipamos com 1 fogão industrial, liquidificador industrial, bujão de gás e mistura para torrar o farelo.

Buscamos nos capacitar também profissionalmente e neste sentido a SMIC (Secretaria Municipal da Indústria e Comércio) teve uma importante parceria. Fizemos curso de costura, de culinária, pois só a multimistura e as bolachas de multimistura geravam uma renda instável. Então, começamos a produzir cucas, roscas, panetones, folhados e outros.

Tivemos também curso de serigrafia onde, por várias vezes, formamos uma equipe, mas que teve dificuldade em se consolidar.

Com o Orçamento Participativo e a SMIC, conseguimos também o empréstimo de algumas máquinas, e isso foi nos abrindo para a importância de participar deste fórum para outros desafios.

Gostaria de realçar alguns aspectos da cooperativa que nos diferencia de muitas cooperativas tradicionais e que afirma, em toda nossa caminhada, princípios de autonomia, autogestão e solidariedade.

A administração da cooperativa sempre foi um trabalho voluntário. Nos primeiros anos, tivemos um contador que nos apoiava mais do que o que nós poderíamos remunerá-lo. Aliás, todo o processo foi feito por nós, sem termos o mínimo de experiência sobre isso. Tivemos sempre quem acreditou em nós, mas nós tiramos as barreiras

do caminho, fomos em repartições públicas que nunca imaginávamos. Fizemos todo o processo legal e burocrático como um aprendizado de vida. Talvez essa seja a primeira barreira a superar, acreditar que somos capazes, pois sempre nos disseram que a nossa função era vender a mão-de-obra, e que outros, com o acúmulo de conhecimento universitário, é que faziam a parte administrativa.

No cálculo do valor de nosso produto, não prevemos nem sobras nem lucro. A diferença geralmente é porque às vezes o tecido rende mais. Calculamos o valor do tecido, do nosso trabalho e o valor de notas (ICM, ISQN, INSS, Cofins e PIS). Ou seja, o tecido para uma camiseta custa “x”, nosso trabalho custa “y” mais os impostos. O valor de uma camiseta produzida por nossa cooperativa significa que ninguém está enriquecendo com nosso trabalho. Fizemos com amor e com prazer porque é um produto nosso e a qualidade garante nosso futuro. A cooperativa repassa às sócias um valor acima do mercado, porque a cooperativa não existe para se tornar uma empresa com uma concentração de capital, mas para contribuir com 3% do que produz, para papéis, passagens, contribuição ao contador, e etc. E, a partir de 2002, mais 2% para buscarmos um novo local.

Na costura, cada uma recebe conforme o que produz. De certa forma, a divisão das peças é igualitária, respeitando as realidades de cada uma. Já na multimistura e na serigrafia, é por horas trabalhadas e portanto é divisão igualitária entre as pessoas deste setor.

Sempre buscamos estar integradas com todas as iniciativas que viessem reforçar nossa compreensão do cooperativismo. Por isso, sempre participamos de debates, feiras, encontros, seminários, Fórum Metropolitano e Municipal de Economia Solidária, tentando não centralizar a participação, mas abrir para que todas possam participar. Participamos em vários grupos e cidades colocando nossa experiência e depoimentos. Essa experiência já tem várias divulgações em televisão, como na TV COM, Bandeirantes, TVE, RBS e TV Futura, e documentos e o nosso sentimento é de orgulho, mas também de responsabilidade, porque quem dera que um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós somos os trabalhadores que sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. Já imaginou nós administrando nossa produção de sapatos, de roupas de comidas, de fogões... Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos digladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe os laços do individualismo e nos faz sonhar de novo. Os consumidores somos nós, e podemos viver uma reeducação.

Desde que a cooperativa foi fundada, sempre participamos do Orçamento Participativo, sim, porque o poder público tem que atender as necessidades de seus cidadãos. Qual é a maior necessidade hoje? O desemprego é gritante, mas as saídas nunca foram atribuições da administração municipal. Então, começamos a participar deste

debate, entramos em 1997 demandando a necessidade de cursos e capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho. Participamos na região e na temática de desenvolvimento econômico também. Foi onde encaminhamos a necessidade de um espaço que se definiu como a primeira Incubadora Popular.

Um dos caminhos acredito ser uma nova forma de pensar nossa vida, nossa mão-de-obra, pois, conforme conquistamos as demandas de infraestrutura (saneamento e pavimentação), o desafio cada vez mais será no social, e o social vai cada vez mais estar ligado à vida difícil das pessoas frente à falta de trabalho. O Orçamento Participativo fará esse debate de forma cada vez mais aprofundada. Quem sabe além de máquinas, cursos, conquistemos políticas de incentivo a esses grupos alternativos de geração de renda perante tantos impostos. Quem sabe fazemos uma inversão de propriedades, pois os incentivos e a isenção fiscal ficam para as grandes empresas e geralmente multinacionais. Consigamos mudanças para que as licitações facilitem a participação das cooperativas alternativas.

A primeira “incubadora popular” conquistada por nós no Orçamento Participativo é um prédio que abriga grupos de produção formais ou não que ficarão neste lugar por um tempo e depois deixarão lugar para outros. A nossa grande expectativa e responsabilidade é que realmente esse projeto se afirme, porque, se espalhando em toda a cidade, será um incentivo para esta forma alternativa que gerará futuras cooperativas. E dessa forma será um grande desafio de organização, pois organizará a vida, a economia e apontará para essa alternativa de viver uma sociedade nova, com novos valores. E no futuro não longínquo construiremos a grande rede de produção e consumo cooperativado.

A primeira fase da cooperativa aconteceu no salão da capela. Em parceria com a fundação Iosphi, reformamos, azulejamos toda a cozinha, ficou em condições de conseguirmos o alvará da Secretaria da Saúde. Mesmo sabendo que a cooperativa não poderia permanecer na capela, todas entendemos ser um benefício que ficaria para a comunidade e também uma contrapartida pelo uso do espaço. No salão, estendíamos duas ou mais pranchas de compensado e cortávamos o tecido, malha, brim ou moleton e assim cada uma levava sua quantidade para costurar em casa, e trazia de volta para embalsarmos. Não tínhamos trabalho permanente e o telefone usado sempre era de uma das sócias. Nem todas permaneceram nesse projeto, algumas se juntaram em grupo menor e foram buscando serviço, sem que retornasse para todas. Também nem todas aceitaram todos os serviços que conseguíamos. O temperamento de cada uma trazia discussões acirradas nos momentos de reunião. Até encontrarmos o caminho e também um grupo mais definido que se afinasse com a mesma compreensão e forma de trabalhar. Acredito que esse seja o lado mais difícil de avaliar, pois não podemos afirmar que quem se afasta de um projeto como este seja por menos compreensão ou dificuldade de convivência. Mas poderíamos afirmar que uma equipe de incansável e profunda persistência permanece até hoje. A

motivação não é só financeira, criamos relações de família, de amizade, do dia a dia, que vai ficando difícil não estar ao lado deste coletivo. E romper com uma história de vida e de muitas dificuldades e conquistas. Em 1998, quando no Orçamento Participativo, na temática do Desenvolvimento econômico, conquistamos a incubadora popular e porque percebemos que não podíamos continuar no salão da capela, por causa das muitas atividades que aconteciam no mesmo espaço da capela. E sabíamos que aquele espaço era provisório, apesar do sempre apoio da diretoria da capela e do padre Osmar.

Em 1999, nos transferimos para a incubadora popular, um prédio público, ocupamos 3 módulos e os demais foram ocupados por outras cooperativas. A incubadora para nós transformou-se num porto seguro, onde poderíamos ficar até 4 anos. Não conseguimos aprofundar a capacitação nem em formação pessoal, nem profissional. Tivemos a ajuda do COEP (Comitê de Luta contra a Fome), onde reequipamos todos os 3 setores com galoneira, reta, máquina de corte, freezer, batedeira industrial, amassadeira elétrica, liquidificador industrial, mesa de serigrafia com berços, secador, mesa de gravação, telas de alumínio e computador com impressora. A alimentação teve mais cursos em parceria com a Embrapa. Em 2000, criamos uma parceria com a artista plástica Cristiane e lançamos uma coleção de camisetas de Porto Alegre. A fundação Luterana apoiou o projeto e em um ano retornamos com o dinheiro investido. Tivemos 2 desfiles públicos (Asteca e outro no Mercado Público). Lançamos um catálogo divulgando as camisetas que, na verdade, elas é que criam um fundo com sobra para girar a matéria-prima com prazo. Marcou profundamente a todos, neste período, a relação com pessoas de fora do Brasil, o mundo foi ficando pequeno para todas e todos, a realização do primeiro, segundo e terceiro Fórum Social Mundial e o primeiro e segundo Fórum Mundial da Educação foram marcantes para a cooperativa. Financeiramente um retorno inigualável, mas encontrar pessoas do mundo todo que nos visitavam e afirmaram nosso projeto nos fez bem a todos, além de nossos produtos (camisetas) serem espalhados pelo mundo. Os contatos locais, nacionais e internacionais eram permanentes. Sempre a cooperativa foi convidada para dar testemunhos em reuniões, debates, encontros locais, Santa Catarina e São Paulo. Por último, no final de 2002 a cooperativa ficou em terceiro lugar no concurso latino-americano de empreendimentos exitosos liderados por mulheres.

Nossas decisões sempre foram tomadas em Assembleias mensais, sempre em torno do dia 23 de cada mês, e todos participam das Assembleias. Todas as discussões são feitas e, quando não há consenso, votamos e cada um é um voto.

O desafio da conquista de um local definitivo para a cooperativa. Sempre tivemos o sentimento de encarar as dificuldades ou necessidades como desafios. Conseguimos durante o passar dos anos acumular certa economia para a busca de um local definitivo para a cooperativa. O ano de 2003 marca também a oportunidade de conhecer o outro lado do mundo que foi um intercâmbio proporcionado pela articulação da Unisol

de São Paulo com a Fesalc de Barcelona e a cidade de Badalona, na Espanha, através do Gabriel Abascal. De fato, abriu horizontes para novos conceitos. Hoje sei que é profundamente necessário repensarmos as diversas formas de trabalho, pois as grandes fábricas não retornarão, mesmo com crescimento econômico e nossa mão-de-obra desqualificada, porque os patrões de ontem só nos sugaram e hoje não têm compromisso nenhum com o desemprego que está aí, e muito menos os sucessivos governos que sempre estiveram ao lado desta visão de mundo de beneficiar tão poucos, transformando o Brasil num país de tão poucos ricos e de tantos e tantos pobres e miseráveis.

A conquista de um local para construirmos nossa sede tem uma marca profunda na cooperativa, pois é a economia de vários anos, ocasionada muito por estarmos na Incubadora Popular da prefeitura. Somada com uma complementação do Fundo de Miniprojetos e da Avesol, temos o valor de R\$ 38.500,00 que foi o valor do terreno. Construir... Não esperávamos mais esse desafio, e lá vamos nós, o engenheiro Everton doou o projeto arquitetônico, hidráulico, elétrico e sanitário... E vamos somando tantos parceiros... Da Espanha, ACSUR, veio o financiamento para a construção, e isso vem de fato ao encontro de tudo o que acreditamos, não há fronteiras para a solidariedade... O limite está nas forças de que nossos sonhos possam ter a ousadia de buscar e de construir relações que ampliam uma visão de mundo, dos problemas, das dificuldades, de aonde queremos chegar.

Um intercâmbio como o que aconteceu em Barcelona abre tanto os horizontes de que existem múltiplas formas de nos organizarmos, de criarmos alternativas novas, e que existe, acima de tudo Nós, as pessoas, como o que existe de mais importante na terra. O trabalho deve nos realizar como pessoas, dar motivação para nossas vidas, o Estado-governo deve ter o papel de cuidar, proteger o cidadão, pois as pessoas são a maior riqueza de um país. Por isso que políticas com crianças, com os idosos, com a saúde, é ter uma sociedade saudável, um povo que não se ressentem em pagar imposto, pois vê ele revertido na proteção que ele precisa para uma vida decente.

Temos um grande projeto, participando dos fóruns locais, estaduais e nacionais assim como das coordenações da Economia Solidária, ampliamos também a articulação e a importância de estarmos integrados. Mas, com a Agência de Desenvolvimento da CUT, estamos refazendo o que já devia ser dos trabalhadores, pois não podemos mais concordar que alguns trabalhem brutalmente e ganhem pouco ou quase nada e outros ganhem dinheiro e mais dinheiro. Hoje, existe de fato uma Cadeia Produtiva de algodão agroecológico, de forma toda cooperativada e também ecológica. Isso nos faz transbordar, pois poderemos oferecer um produto 100% cooperativado, cultivado por pequenos agricultores ou assentados do MST, que passa por cooperativas de massa falida e fazemos aqui a ponta ou em outros empreendimentos da Economia Solidária. Essa cadeia se chama Justa Trama. O algodão agroecológico, um Produto Ecológico E Cooperativado. Com

isso, ganhamos o mundo, conseguimos agregar valor ao produto e oferecer um produto diferenciado que defende a natureza, a vida...

A cooperativa Univens hoje está na cadeia do algodão ecológico: Justa Trama, onde participam 761 trabalhadores desde o Ceará, com o plantio do algodão; São Paulo, com a fiação e tecelagem; Santa Catarina, com as roupas mais artesanais; Rio Grande do Sul, com roupas mais em escala; e Rondônia, com as sementes da Amazônia que fazem os detalhes das peças. Em todos os elos, há um valor agregado que de fato faz a distribuição justa de renda. A Justa Trama é a marca e também é a cooperativa central de 2º grau que agrega as cooperativas que fazem parte deste processo.

Estamos no desenvolvimento local com a parceria de mais uma cooperativa de papel reciclado Reciclando pela Vida e por último com o Centro Social Nova Geração, sob a responsabilidade da Cooperativa Nova Geração, que criou a creche-escolinha de educação popular Nova Geração, que atende em torno de 70 crianças de 2 a 10 anos. É um espaço onde ficam os filhos das 2 cooperativas e crianças da mesma comunidade que necessitam. Essas duas iniciativas também tiveram o apoio da ACSUR e Conosud.

Somos em 26 sócias. Estamos nos fóruns Municipal, Estadual e Nacional da Economia Solidária. Fazemos parte da direção executiva da Unisol Brasil, pois temos que ter nossa central que nos represente por nós mesmos e abra relações com todo o movimento social nesta luta pela construção de outra sociedade mais justa e verdadeiramente mais solidária na economia e nas relações humanas.

Todos os envolvidos da Justa Trama são filiados à Unisol Brasil, nossa central, onde nos articulamos e facilitou essa construção, bem como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

Dá para vibrar muito com tudo isso e dá para não parar de sonhar, sem jamais tirar os pés do chão. Isso motiva a levantar todos os dias e transformar cada dia num dia diferente, pois conseguimos enxergar mais longe.

Sentimos talvez o que sentiram os trabalhadores do início da era industrial, vendo seus postos de trabalho sendo substituídos por máquinas, e nós hoje pela informática. É então um desafio criarmos novas formas de trabalho, nos prepararmos para termos empreendimentos capazes de enfrentar quem está com a concentração de riqueza e então não importa o que seremos, se cooperativas, microempresas solidárias, sociedades anônimas laborais ou associações. O que é fundamental mesmo é termos nossos princípios sólidos, princípios de uma Economia Social com relações Solidárias que fortaleçam um novo tipo de mercado, que reparta renda, que nossos produtos não destruam nosso planeta, que preservem a vida e sobretudo a vida humana, pois senão que sentido tem

tudo isso, senão a busca da profunda realização do ser humano, sua felicidade? E que as mulheres cada vez mais descubram e se convençam deste papel inovador e com o diferencial especial de construir outra economia e outros valores. E ainda dizem que uma nova sociedade é só um sonho...

Nelsa Nespolo

Saúde da Mulher

Daphne Rattner

*Médica Sanitarista com Doutorado em Epidemiologia
na Universidade da Carolina do Norte – EUA*

Neste ano de 2009, completam-se 25 anos desde que o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM, dividindo a então Coordenação do Programa de Saúde Materno-Infantil e criando uma Área Técnica de Saúde da Mulher – ATSM, específica para lidar com esse grande grupo de população: as mulheres representam mais de 50% de todos os brasileiros e cerca de 65% da população feminina encontra-se na faixa de idade denominada como fértil ou reprodutiva, entre 10 e 49 anos, portanto, demandando cuidados.

A criação do PAISM, em 1984, foi um marco e resultado das reivindicações dos movimentos de mulheres, que exigiam principalmente que o atendimento no sistema de saúde levasse em conta a integralidade da pessoa: a mulher passou a ser vista não apenas como a mulher que engravidava e tinha filhos, mas também a que tinha direitos, como o de planejar o número de filhos que desejava ter; o direito de ser atendida também em seus outros problemas, e não apenas os relacionados com o ciclo reprodutivo; e, paralelamente com a criação do Sistema Único de Saúde, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, o acesso à Saúde passou a ser um direito e não um privilégio de quem podia pagar ou tinha Previdência Social.

Constava no programa original do PAISM: que “As atividades básicas de atenção integral à saúde da mulher constituem um conjunto de ações educativas e preventivas, de diagnóstico, tratamento ou recuperação, aplicadas permanentemente e de maneira não repetitiva (de modo racional), tendo como objetivo final a melhoria dos níveis de saúde da população feminina”.

Hoje em dia, a saúde da mulher no Brasil identificou e atua em três grandes áreas prioritárias, além da atenção obstétrica: planejamento familiar, câncer ginecológico e atenção a mulheres e adolescentes em situação ou risco para violência.

Nesses 25, anos houve grandes conquistas, principalmente no que se refere ao acesso:

1. Em termos de planejamento reprodutivo, as mulheres conseguiram regular a sua fecundidade: se em 1960 cada mulher tinha em média 6,2 filhos, em 2006 a média é de 1,8 filho por mulher.
2. Na atenção ao pré-natal: em 1995, para cada parto atendido no SUS, era realizada 1,2 consulta de pré-natal. Em 2007, foram quase 13 milhões de consultas de pré-natal para os mais de 2 milhões de partos atendidos no SUS, superando o preconizado para uma boa atenção ao pré-natal (6 consultas): foram 6,2 consultas para cada parto atendido, sendo um terço das consultas realizadas por enfermeiras. O aumento da cobertura de pré-natal, decorrente da ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família, resultou em importante redução da mortalidade infantil, mostrando que o trabalho em equipe multiprofissional em um modelo de atendimento mais abrangente tem efeitos importantes na saúde das pessoas.
3. Aumentou o acesso ao exame preventivo do câncer de colo do útero, principalmente para mulheres a partir dos 25 anos de idade, e hoje em dia está mais acessível a detecção precoce do câncer de mama, através da possibilidade de realização da mamografia a cada dois anos, principalmente a partir de 50 anos de idade.
4. Sintonizado na problemática contemporânea, com o aumento dos índices de violência e sendo as mulheres as principais vítimas, em 2009 o Ministério da Saúde fará o lançamento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual.

Além desses grandes campos de atuação, também atendendo às reivindicações dos movimentos de mulheres, a ATSM tem procurado elaborar projetos específicos para determinados grupos de população feminina, cada qual com as suas especificidades, como as Mulheres negras, Mulheres do campo, da floresta e da cidade, Lésbicas e Mulheres que fazem sexo com mulheres, Mulheres que vivenciam a transexualidade e transexuais, Mulheres com deficiência, Mulheres em situação de prisão, Mulheres vivendo com HIV/AIDS, Mulheres quilombolas, Mulheres ciganas, Mulheres prostitutas e Mulheres vivendo em situação de rua. A Área Técnica de Saúde da Mulher também elaborou um manual para orientar profissionais no atendimento a mulheres no climatério/menopausa.

Apesar dos grandes avanços, os desafios atuais não são poucos:

1. Apesar de ter aumentado a distribuição de métodos contraceptivos, ampliando o acesso à laqueadura e vasectomia e inclusive criando a possibilidade da mulher adquirir anticoncepcionais a preços módicos na

Farmácia Popular, em muitas regiões o suprimento ainda não é regular e nem todos os métodos estão acessíveis. E ainda são poucos os serviços de reprodução assistida disponibilizados às pessoas que pretendem engravidar e que não conseguem.

2. Embora tenha sido ampliado o acesso ao pré-natal, há problemas sérios em relação à sua qualidade, o que é revelado pelos altos números de casos de sífilis congênita, a continuidade de casos de tétano neonatal e, principalmente, pela alta razão de mortalidade materna – sendo que análises mostram que mais de 90% dos óbitos maternos seriam evitáveis de alguma forma. Há também problemas sérios no atendimento humanizado ao abortamento inseguro e há dificuldades para a realização do aborto previsto em lei. Além disso, também a qualidade da assistência ao parto é problemática, visto que o Brasil ostenta um dos mais altos índices de cirurgia cesariana no parto (45% no país, 30% no SUS, em 2006), sugerindo que muitas delas não seriam necessárias. E, embora atendam mulheres em locais que o sistema de saúde ainda não chegou, as parteiras tradicionais ainda não são reconhecidas no sistema de saúde.
3. O câncer de mama é a primeira causa de morte de mulheres por câncer e ainda há desigualdades regionais: a região Norte do país é a única em que o câncer de colo de útero é a principal causa de morte de mulheres por câncer, mostrando que um método simples de detecção precoce, ou seja, o exame citopatológico ou de Papanicolaou, ainda não está acessível nessa região. Aumentou também o câncer de pulmão em mulheres, diretamente associado ao aumento do hábito de fumar nessa população.
4. Há ainda outros problemas que vêm sendo abordados pelo Ministério da Saúde, mas que estão relacionados ao estilo de vida adotado pelas mulheres, como o aumento de doenças cardiovasculares em mulheres, o processo de feminização da epidemia de AIDS, a gravidez na adolescência e outros.

Na oficina, foi abordada a situação de violência institucional que vivenciam as mulheres por ocasião do parto, com a exibição de vídeos, e foi discutida a necessidade de humanização do atendimento a esse momento tão especial e que é tão importante: para a mulher, em que ela se encontra muito aberta e vulnerável, pois estará nascendo sua criança, muitas vezes aguardada com grande expectativa; para o bebê, este será o principal momento de sua vida, que o marcará profundamente e poderá influenciar toda a sua trajetória; e esse momento transcende para a sociedade, pois é no ato de nascer mais uma criança que se garante a perspectiva de continuidade da espécie humana no planeta.

Nesses vinte e cinco anos, o Brasil mudou muito. Mas ainda é difícil o cotidiano das mulheres, principalmente aquelas que vivem numa situação de vulnerabilidade de classe social e racial/étnica, ou seja, as pobres, as negras e as indígenas. As mulheres são as principais usuárias do SUS, vivem mais que os homens, mas adoecem com mais frequência. E, para além do campo da saúde, o PAISM pode ser considerado um “produto” ou um “resultado” da mobilização das mulheres brasileiras pelo reconhecimento de cidadania e de direitos e por acesso aos postos de decisão no espaço público.

Daphne Rattner

Paz – Instrumento de Transformação

Affonsa de Ligorio de Oliveira

*Economista, Servidora Pública Federal
e Analista de Planejamento e Orçamento*

Todos nós somos responsáveis e queremos a paz.
Mas, onde encontrar a paz?

Onde mora a paz que tanto desejamos?

- Para encontrá-la, basta conectarmos com nós mesmos.
- A paz reside no recôndito de cada ser, de cada coração. Ela habita alegremente o sorriso da criança, que feliz vê o desmanchar da bolha de sabão tocada pelo vento.
- A paz está nos braços da mãe que ternamente envolve seu filho ao amamentá-lo, cantando doces canções de ninar.
- A paz está no rosto iluminado dos enamorados e nos olhos brilhantes dos jovens que tecem o seu futuro com os pés plantados no hoje.
- A paz está no rosto cansado do trabalhador que ao final do dia senta-se à mesa com os filhos para saborear o pão temperado e assado por sua esposa.

Para conseguir a paz e transmiti-la a outras pessoas, é necessário fazer uma experiência com o autor da paz, o Criador de todas as coisas, pois somente assim teremos condições de construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. O papel da mulher é fundamental e decisivo na sociedade e na família. Uma mulher traz em si muita sabedoria para a construção da paz. Não que os homens estejam fora desse processo construtivo. Sem eles envolvidos nessa busca, a pomba branca, que simboliza a Paz, não poderia voar, pois lhe faltaria uma das asas, o que impossibilitaria qualquer tentativa de voo. A importância da mulher nos processos de construção da paz reside no fato de caber a ela a responsabilidade absoluta de gerar a vida. É no ventre da mulher que são gerados os filhos que, ao nascer, trazem nos olhos o brilho da luz da justiça, da esperança e da paz.

Cabe à mãe, como se fosse artífice da vida, moldar para o mundo os filhos

e filhas por ela gerados. A luz da esperança que o filho traz nos olhos ao nascer não pode ser transformada, ao longo da sua jornada, em chamas de ódio capazes de destruir a paz.

Falamos em paz, mas no enfrentamento das dificuldades diárias promovemos a guerra. Armamos-nos não com as poderosas armas de fogo moldadas por mãos humanas e que tantas vidas ceifam diariamente, mas nos armamos com o ódio com que tratamos nossos semelhantes. Armamos-nos com o desamor, com a injustiça, com o egoísmo tão presente em nossos corações nos dias de hoje. Armamos-nos com a indiferença para não ver o sofrimento daqueles que passam fome ou na maioria das vezes vemos o necessitado, mas não o enxergamos. É mais fácil “fingir” que não viu a mão que mendiga ao nosso lado ou ignorar o rapaz sujo que bate na barriga vazia e nos expõe sua fome quando paramos no sinal de trânsito.

Queremos a paz. No entanto, se alguém no trânsito nos dá uma fechada brusca, logo nos armamos e logo entra em cena uma palavra ou um gesto obsceno. Falta paciência com o motorista apressado que diz meia-dúzia de palavras inaudíveis e segue em frente. E lá se foi a paz.

Muitas vezes os pequenos incidentes de trânsito transformam-se em tragédias regadas com muitas lágrimas e muitas dores.

Nossa busca em conquistar posições de destaque no ambiente de trabalho ou na sociedade nos cega os olhos perante as dificuldades enfrentadas por nossos semelhantes. Quantas vezes um colega de trabalho enfrenta calado situações das mais diversas: seja com filhos, com esposa, com doenças e nós sequer paramos para saber o que acontece com o colega calado que senta ao nosso lado na mesma sala, partilhamos e-mails engraçados, mas não temos a capacidade de enxergar a dificuldade que um colega vem enfrentando.

Nos lares, onde deveria reinar absoluta a paz, a harmonia e a concórdia estão cada vez mais difíceis. Qualquer discussão banal é levada para um verdadeiro campo de guerra. A harmonia da família é quebrada por não haver entendimento quanto a um banal programa de TV. Em outros casos, para evitar possíveis discussões em função das preferências de cada um quando o assunto é programa de TV, muitas famílias optam por instalar uma TV em cada quarto, o que individualiza e isola cada pessoa da família. Aí, resolve-se o problema quanto à preferência de cada um pelos programas de TV, mas elimina a possibilidade de diálogo, de troca de informações e a convivência gostosa em família é substituída pelo individualismo, distanciando cada vez mais pais e filhos.

Onde encontrar a paz que tanto almejamos? A paz reside dentro de cada um de nós. Se cada homem, cada mulher, buscar dentro de si, certamente encontrará a paz.

Para tanto, devemos ser mais tolerantes conosco e com nossos semelhantes. Aceitar-nos com nossos defeitos e nossas fragilidades já é um passo para encontrar a paz interior. Aqueles que não aceitam suas limitações vivem em constante conflito e não alcançam a paz que desejam. Consequentemente não podem transmitir a paz. Ninguém pode doar aquilo que não tem. Para ter e viver em um estado de paz, é preciso que eu veja e deseje para o próximo aquilo que quero e desejo para mim.

Construir a paz é fazer o bem. Se amássemos uns aos outros como nos foi proposto por Jesus Cristo, o maior mensageiro da Paz, certamente o mundo em que vivemos seria muito melhor. Não haveria necessidade de guerras, pois os homens se entenderiam como irmãos e não como dominadores, onde os mais fortes subjugam os mais fracos. O pão que sobra na mesa do rico seria generosamente partilhado com o pobre e o agasalho que fica esquecido no armário aqueceria os mais necessitados sem que suas dificuldades fossem expostas para o mundo por uma câmera de TV.

A paz que buscamos está dentro de cada um de nós. Para transformar o nosso ambiente ou o mundo em um mundo de paz, é seguir a lição que nos ensinou o Mestre dos Mestres: “Amai-vos Uns aos Outros como Eu Vos Tenho Amado”.

É através do amor que conseguiremos a Paz.

Affonsa de Ligorio de Oliveira

Gênero, Cooperativismo e os Desafios do Mundo Contemporâneo

Maria Rosana Rodrigues Pinto

*Professora, Especialista em Políticas Públicas e Gênero
pela Universidade Católica Dom Bosco-MS*

De pé, a mulher fala!

Vi isto acontecer aqui, nestes dias, e é lindo. A realização do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo do Ministério da Agricultura, com o tema Igualdade de Gênero: Estratégia de Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo, oportunizou a máxima da autonomia feminina: de pé, a mulher fala! E elas vieram do Brasil todo e tivemos também a presença e a fala de mulheres de outros países. Um momento rico de construção de uma nova consciência para alcançarmos a equidade de gênero.

Saudação a todas as mulheres e aos homens aqui presentes que se permitem viver em harmonia com o feminino.

Quero começar localizando nossa trajetória, a partir dos 300 anos de caça às bruxas, durante toda a Idade Média. Nós somos herdeiras daquelas que um dia foram julgadas e condenadas como bruxas. Nossa civilização ainda carrega a ideia de bruxa como sendo um perigo, um risco, uma expressão do mal. Trata-se, portanto, de um grande preconceito antifeminino, o conhecimento, a sabedoria, a intuição atribuídas ao feminino e que nas mulheres expressa-se muito fortemente.

Quero homenagear nossa parceira Olympe de Gouges – uma revolucionária francesa que em 1791 publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada em 1789, documento fruto da luta revolucionária francesa e que excluía as mulheres. Ao pluralizar o que era singular, Olympe de Gouges indica que o “homem” sozinho não representa a humanidade. Se a mulher não é mencionada explicitamente, então é excluída, sendo a diferença entre homens e mulheres irrelevante do ponto de vista dos direitos políticos.

Em novembro de 1793, após ter sido presa e condenada à morte, Olympe de Gouges foi executada.

Ao falar dos desafios do mundo contemporâneo, especificamente gênero e cooperativismo, localizamos a realidade de termos hoje as mulheres como sendo 40% da

força de trabalho empregada no cooperativismo. As mulheres são 25% dos cooperados e não chegam a 12% nos cargos de direção das cooperativas.

Segundo Dra. Stefania Marcone, presidenta do Comitê de Gênero da ACI, que participou da abertura deste fórum, com referência aos desafios para a construção da equidade de gênero no mundo cooperativista, ela reforçou a necessidade de investimento na criação e fortalecimento de redes e sobre a importância da cooperação entre as diversas e diferentes cooperativas.

Destaco também a abordagem sobre a democracia de gênero. A igualdade nos números. Ao contabilizar na perspectiva de gênero o funcionamento e as estruturas das cooperativas, a certeza de que a igualdade é nosso direito e, indo além, desejo falar da valorização do feminino. Há um apelo no mundo atual por um novo paradigma para o desenvolvimento. Nosso imaginário sabe que precisamos criar novas formas de produção, distribuição e manutenção da vida.

A crise financeira internacional, originada nos EUA, é multidimensional, pois ao falar em crise falamos de finanças e economia, de alimentação, de energia e das alterações climáticas no mundo contemporâneo como resultado de políticas convergentes. A liberalização econômica e de políticas financeiras, que até agora só beneficiou os interesses do grande capital à custa da pobreza e exclusão dos povos e da sustentabilidade da vida.

É preciso mudar. Mudar os contextos sociais, produzir novas regras, normas e institucionalidades. E é aqui que entra a construção da equidade de gênero, fundamental para garantir a superação das desigualdades. Do espírito de dominação, tão presente no mundo masculino e dominante no mundo hoje. Há uma fábula que diz que, tendo os homens perdido a guerra com Zeus no Olimpo, desceram à terra raivosos e se vingaram nas mulheres, na natureza, dominando, subjugando.

O que importa é que nossa trajetória sirva para construirmos a equidade de gênero. A vontade de que sejamos iguais, de que partilhemos do mundo em igualdade de proporção, de responsabilização e que possamos nele expressar e atuar livremente, superar a lógica sexista, excludente e limitadora.

Pela valorização do feminino, compreendemos que nós, mulheres, precisamos “ganhar o mundo” para pôr nele, no espaço público, tudo que já fazemos no mundo privado. O cuidado, a partilha, o respeito com a diferença. Usando uma imagem materna, sabemos que uma mãe é capaz de fazer comida para alimentar toda a família, para todos os seus e sabe conciliar gostos e preferências diferentes, e ainda assim a todos alimentar.

O mundo público, os espaços de poder, de decisão, precisam disto. Desta sabedoria que a todos nutre. Os alimentos e sua produção passam necessariamente pelas

mãos das mulheres. Pela sabedoria do feminino. “Não penses que só a gota vira oceano, o oceano também vira gota”. Assim deverá ser a produção do viver. Assumir o comando deve ser tarefa de homens e mulheres. Livres e iguais.

É a concepção chinesa *yin* e *yang* como representação dos polos positivo e negativo. Princípio da polaridade, sendo considerado saudável o equilíbrio entre os dois. O masculino e feminino de que somos portadores. Há uma interpretação que diz que Moisés, profeta israelita, em sua sabedoria, ao receber os Mandamentos o fez na postura *yin* e ao conduzir seu povo o fez na postura *yang*. Este é o ideal. O equilíbrio. A harmonia das polaridades.

Vivemos hoje em um mundo de profundas transformações. Na consciência humana, um novo mundo já é possível e socialmente ele já é necessário. A parceria substitui a dominação. O ser se sobrepõe ao ter.

Que consigamos viver cada vez mais em sintonia com nossas ancestrais: sacerdotisas, profetisas, curadoras, parteiras, mulheres sábias, xamãs. Mediadoras entre a humanidade e as divindades – de todas as tradições religiosas. Guardiãs das tradições e semeadoras de sabedoria.

Façamos nossa homenagem ao feminino, energia sagrada que habita homens e mulheres, para que possamos viver na alegria da donzela, na força da guerreira, na magia da sacerdotisa, na sabedoria da anciã e no amor da grande mãe.

Abençoadas sejamos todas nós.

Maria Rosana Rodrigues Pinto

I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo

Dr. Márcio Antonio Portocarrero

*Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa*

O I Fórum Nacional de Gênero e Cooperativismo foi traçado seguindo uma tendência mundial de favorecer políticas que incentivem a participação de mulheres nas cooperativas, ampliando a atuação em espaços de decisões e estimulando novas lideranças.

Em 2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento implantou o Programa Coopergênero, com o objetivo de contribuir para a construção da igualdade de gênero no âmbito do cooperativismo e do associativismo brasileiro.

Neste contexto, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, organizou o I Fórum Nacional de Gênero e Cooperativismo, contando com a presença de representantes da Aliança Cooperativa Internacional, na pessoa da Dra. Stefania Marcone e de diversas representantes de países do Mercosul. Dessa forma, acreditamos que tais encontros possam nos levar futuramente a ter um traçado de políticas com recorte de gênero não só no nosso país, mas também nos países irmãos.

Na nossa cultura as mulheres têm um papel fundamental, não só na promoção do crescimento econômico das famílias brasileiras, mas também na formação moral e ética dos seus filhos e entendemos que, ao trazer as mulheres para esse foco, estaremos lançando mão de uma das formas mais diretas de propagar o cooperativismo.

Com os resultados do fórum poderemos estabelecer uma agenda de governo a partir das interfaces criadas com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e outros órgãos, como o Sebrae, e dessa forma poderemos construir políticas consistentes, com ações voltadas para as áreas de educação cooperativista, profissionalização da gestão e internacionalização dos negócios das cooperativas.

A grande preocupação do ministério, ao organizar o fórum, foi contribuir para o estabelecimento de prioridades para o setor e os dezenove pontos priorizados pelos presentes poderão servir de base para o estabelecimento de ações consistentes, pois vieram de setores distintos da sociedade.

Ao trazer as lideranças atuais do cooperativismo e as futuras gerações para a discussão, estamos estimulando a formação de novos líderes para o setor, promovendo a discussão de gênero e buscando projetos para os jovens, visando o futuro e preparando o país para a sua real vocação.

Uma das lições mais importantes que ficarão desse fórum é a confirmação de que só conseguiremos avançar se quebrarmos paradigmas, superando a resistência de quem não acredita nas coisas.

A SDC reconhece que o grande desafio do Brasil é educar e somente iremos alcançar um status de país socialmente justo quando fizermos investimentos pesados em educação, sendo que as mulheres têm um papel fundamental nisso, pois têm a função básica de transmitir os valores da sociedade aos filhos e à família e essa é a razão que leva todas as políticas públicas de inclusão social do governo terem sido direcionadas para as mulheres.

Os parceiros desse evento têm um papel importante na formação de empreendedores, organizando a cabeça das pessoas para atuarem com eficiência no mundo competitivo e globalizado. Entendemos que para enfrentar a crise econômica mundial é preciso buscar as soluções de forma humana, pois temos duas ou três crises ocorrendo ao mesmo tempo e tem uma que era ignorada e que agora veio à tona, que é a crise dos miseráveis, dos contingentes que nem conseguiram chegar a ter uma crise econômica, porque nem sistema econômico possuíam. Isso nos leva a acreditar que o mundo pode ser melhor nas mãos do cooperativismo, que é um instrumento fantástico para o estabelecimento de justiça social e econômica.

Finalizando, quero reconhecer que o fórum foi um evento especial, que a SDC/ Denacoop tiveram a sorte de promover e que entrará para a história do Mapa.

Dr. Márcio Antonio Portocarrero

CURRÍCULO DOS AUTORES

DR. DANIEL AMIN FERRAZ

Diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa

Advogado, Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Coimbra, Portugal, Doutor em Direito Internacional pela Universitat de València, Espanha, Pesquisador convidado da OMC, Genebra (2004), Diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural; Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 01/2009 em diante). Prêmios internacionais: Thesaurus – Tese de Mestrado premiada pela Universidade de Coimbra e pelo Conselho Municipal de Coimbra, Portugal, no ano de 1999. Livros e artigos relevantes publicados: FERRAZ, D. A. La concentración empresarial en el comercio internacional – El control de los grupos de sociedades en los EE.UU., la UE y MERCOSUR: un análisis comparado. Valencia: Editorial de la Universidad de Valencia, 2004. 798 p. FERRAZ, D. A. Joint Venture e Contratos Internacionais. 1ª. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. 264 p. FERRAZ, D. A. A Joint Venture e a Internacionalização das Empresas. Coimbra (Portugal): Universidade de Coimbra, 1998. 300 p. FERRAZ, D. A. Manual de Integração Regional – Relações União Europeia Mercosul. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 827 p. FERRAZ, D. A. A nova ordem mundial e os conflitos armados. 1ª. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. 480 p. FERRAZ, D. A. Actividad internacional de la empresa. In: Esplugues Mota, Carlos; Hargain, Daniel. Derecho del comercio internacional: Mercosur – Unión Europea. Montevideo/Buenos Aires/Madrid: Reus Editorial, 2005.

DRA. NILCÉA FREIRE

Médica e professora universitária, ocupa desde fevereiro de 2004 o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, é a delegada brasileira frente à Conferência Regional sobre a Mulher Latino-americana e Caribenha (CEPAL-ONU), fazendo parte de sua mesa diretiva. É também a delegada titular do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres (OEA), a qual presidiu de 2004 a 2006. Preside o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher desde 2004. Foi assessora da Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ de 1988 a 1991 e Diretora de Planejamento e Orçamento da Universidade de 1992 a 1995, quando foi eleita, pelo voto direto, Vice-Reitora da Universidade para o período de 1996 a 1999. Ao final de 1999, foi eleita Reitora da UERJ para o mandato de 2000 a 2003, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Em 2002, presidiu o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e nos seus dois últimos anos de mandato na UERJ viveu a experiência pioneira da implantação do sistema de cotas para alunos das escolas públicas e afrodescendentes.

DRA. STEFANIA MARCONE

Presidenta do Comitê de Igualdade de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, funcionária do Departamento de Relações Externas da Liga Nacional das Cooperativas e Mutualidades, Chefe da Divisão de Relações Internacionais da Legacoop. Eleita, por escrutínio secreto, na Aliança Cooperativa Internacional, representando as três organizações de Cooperação Italiana. Participou, como relatora, de simpósios e conferências internacionais na África, nas Américas, Ásia e Europa. Em 2001, foi reeleita para um segundo mandato na Aliança Cooperativa Internacional. Eleita Presidenta da Aliança Cooperativa Internacional para a Igualdade dos Gêneros. Nomeada para o Comitê Consultivo do Instituto do Comércio Externo e mais tarde nomeada Chefe das Políticas Europeias e eleita para o Conselho de Administração da Etimos Consortium (microfinanças). Responsável pela Política do Gabinete de Relações Internacionais e Europeias – Legacoop. Coordenou os seguintes projetos: “Palestina, Fortalecimento Econômico das Mulheres Camponesas”; “Apoio Integrado de Desenvolvimento Local no Brasil; Sri Lanka. “A Drop para o retorno à vida”. Projeto de reconstrução e reabilitação das cooperativas no país atingido pelo tsunami; “Fórum Europeu para a Promoção de Informação, Consulta e Participação dos Trabalhadores em Cooperativas”; Fórum Permanente Empresas Cooperativas Europeias. Projeto em Bruxelas, com Empresa Cooperativa e Combate à Pobreza nos Países em Desenvolvimento: A Contribuição da Legacoop.

DRA. VERA LÚCIA OLIVEIRA DALLER

Advogada, Historiadora, Pós-Graduada em Gestão Cooperativista, História Social do Trabalho, cujo tema foi “Relações de Trabalho x Violência contra a Mulher” (1990), História das Idéias do Brasil. Participou de seminários, convenções, assembléias nacionais e internacionais, em San José-Costa Rica; Montevideu – Uruguai; Buenos Aires – Argentina, Assembléia Geral ACI-Américas, Rio Cooperativo 2000, inclusive como palestrante Seminário do Comitê de Igualdade de Gênero na ACI, em Genebra-Suíça, na Assembléia Geral em 2009. Advogada e consultora do Sistema Cooperativo Unimed; Suplente do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Membro titular do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres; Presidiu o Conselho Municipal da Mulher em Maringá – PR e a Comissão de Cidadania da OAB/Maringá/PR. Foi diretora executiva do Comitê de Gênero Integrado em Cooperativas –GEDEIC/OCB – 1997/2000. Instrutora de Formação para Dirigentes de Cooperativas; Consultora para Programas de Apoio a Cooperativas; Especialista em mediação e negociação, e atualmente Coordenadora-Geral de Autogestão Cooperativista do Denacoop-SDC/Mapa. Coordenadora dos programas a nível nacional, pelo Mapa/SDC/Denacoop: 2003-2009, Programa Cooperigênero, 2007/08/09, Prêmio Técnico Empreendedor, em parceria com o MEC e SEBRAE; 2004 a 2008: coordenou o Programa de Estímulo ao Ensino do Cooperativismo e à Produção Acadêmica; 2003 a 2009: Programa de Divulgação da Prática do Cooperativismo – Promocoope; 2003 a 2008: Programa de Formação e Capacitação de Jovens Cooperativistas – Jovemcoop; 2003 a 2008: Programa de Apoio à Autogestão das Cooperativas Brasileiras e 2003 a 2004: Programa de Apoio ao Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito Brasileiro – Procrédito. Publicações: Monografias: Relações de Trabalho x Violência contra a mulher; Juventude, Educação e Planejamento Familiar. Livros: Igualdade de Gênero – Estratégia de Desenvolvimento do Cooperativismo, Coordenadora do Projeto das publicações: Evolução do Cooperativismo no Brasil, Cartilha: Gênero, Cooperativismo e Associativismo, Cooperativismo de Gênero e Igualdade entre os Sexos e a Valorização da Mulher. Autora de vários artigos publicados em revistas, jornais e publicações cooperativistas.

DRA. DIVA BENEVIDES PINHO

Membro do Alto Conselho Consultivo do Departamento de Economia da FEA-USP. Entre suas obras, destacam-se estudos e pesquisas sobre Cooperativismo.

EDITH BEATRIZ STAHELI

Professora, Consultora, Conferencista, Licenciada em Educação Popular, com vasta experiência de trabalho com jovens e mulheres, dentro e fora da Argentina, inclusive com importantes trabalhos publicados. Atualmente, é a encarregada da área de Capacitação do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social – INAES, onde também responde pelo tema Gênero.

MOEMA VIEZZER

Mestre em Ciências Sociais, Especializada em Gênero e Meio Ambiente. Conhecida internacionalmente por seu envolvimento nos movimentos de mulheres e ambientalista. É autora, coautora, organizadora de diversas publicações, entre as quais se destacam: “Se me deixam falar...”, traduzido para 16 idiomas e incluído na coletânea “Meine Lesen Buch”, do Prêmio Nobel de Literatura Heinrich Böll, “O Problema não Está na Mulher” e o “Manual Latino-americano de Educação Ambiental”. Por suas atividades e compromisso, Moema tem recebido diversas menções honrosas em âmbito internacional, nacional e local. Atualmente, dirige a MV Consultoria em Toledo – Paraná e presta serviços em Gênero e Meio Ambiente para ONGs, órgãos públicos e o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata. Na área de gênero e como integrante da Rede 1.000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, através do Instituto de Comunicação Solidária, desenvolve atividades de apoio ao Movimento por Políticas para Mulheres na Bacia do Paraná III e contribui para a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a partir de ações educativas dirigidas principalmente a pessoas adultas.

MARIA ROSANA RODRIGUES PINTO

Professora, Especialista em Políticas Públicas e Gênero pela Universidade Católica Dom Bosco. Ex-Coordenadora de Políticas Públicas para a Mulher do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul de 2000 a 2004. Presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no mesmo período. Especialista em Políticas Públicas e Gênero pela Universidade Católica Dom Bosco e Especialista em Desenvolvimento Humano pela PUC/Minas.

ANDREA BUTTO

Antropóloga, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenadora da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

KARLA HORA

Arquiteta-Urbanista, Msc em Geografia, Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, Consultora na Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CÉLIA MARIA FARIAS VIEIRA

Economista da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com especializações em Economia Brasileira e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília e atualmente Assessora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e representante deste órgão no Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres. Trabalhou na assessoria de deputados federais na Câmara dos Deputados. Foi consultora do Centro Feminista de Assessoria e do Fórum Brasil de Orçamento, entidades da sociedade civil que atuam no acompanhamento do Poder Legislativo e do Orçamento da União.

EUNICE LÉA DE MORAES

Socióloga, gestora de Projetos na área do Trabalho da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

KARLA ROCHA

Participação na fundação da COFEP, cooperativa pioneira no Estado da Paraíba, tanto na atividade de produção de flores como em trabalhos liderados por mulheres, assumindo a presidência da Cooperativa dos Floricultores. Empresária no ramo de floricultura no brejo paraibano na área da Agricultura Familiar com práticas em manejo sustentável da atividade, organização social, comercialização e elaboração de projetos. Trabalhos com a organização das mulheres produtoras rurais e na geração de emprego e renda. Atualmente, desenvolve atividades como Auxiliar Administrativa da SPM-PR. Participação na campanha Donas da Própria Vida, Viver sem Violência, Direito das Mulheres do Campo e da Floresta, da SPM.

NELSA INÊS FABIAN NESPOLO

Participou ativamente do Movimento de Jovens Trabalhadores e da Coordenação Nacional. Participação ativa no Movimento Sindical em Pelotas, Fortaleza e Porto Alegre em fábricas de alimentação e confecção. Atuou como Conselheira no Orçamento Participativo. Participação ativa nos Fóruns de Economia Solidária Municipal, Estadual e Nacional. Criou a Central de Cooperativas e Empreendimentos da Economia Solidária – Unisol Brasil, sendo atualmente a Secretária-Geral. Criou também a cadeia do algodão ecológico na Economia Solidária, a Justa Trama, que agrega cooperativas de seis estados do Brasil, no qual é a Diretora Presidente e Consultora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

DAPHNE RATTNER

Foi Coordenadora Nacional da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – ReHuNa, entre 2000 e 2004. Organizou, com Belkis Trench, o livro “Humanizando Nascimentos e Partos”. Atualmente, trabalha na Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

AFFONSA DE LIGORIO DE OLIVEIRA

Economista, Servidora pública federal é Analista de Planejamento e Orçamento, pós-graduada em administração financeira. Presidiu a Liga da Mulheres Eleitoras do Brasil, entidade fundada nos Estados Unidos em 1857, que tem como objetivo conscientizar a mulher da sua importância no contexto político, social e cultural nos países onde a entidade está implantada. Foi Secretária Adjunta de Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal.

DR. MÁRCIO ANTONIO PORTOCARRERO

Engenheiro Agrônomo, formado em 1978, pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia do Espírito Santo do Pinhal – SP, com Pós-graduação em Elaboração e Análise de Projetos pela OEA; Marketing e Comércio Exterior pelo INPG/UCDB e Agroindústria Cooperativa – Instituto Histradut/Israel. Atuação em entidades de classe/órgãos de representação: Presidente do CREA/MS – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no período de 1991 a 1993; Presidente por três mandatos da CESM/MS – Comissão Estadual de Sementes e Mudas do MS; Diretor da Apressul – Associação dos Produtores de Sementes de MS; Diretor da AEAMS – Associação dos Engenheiros Agrônomos do MS. Condecorações recebidas: Medalha de Mérito Cooperativo do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul – OCB/MS; Medalha Tiradentes do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Título de Cidadão Campograndense pela Câmara Municipal de Campo Grande.

MUITO ALÉM DO AMOR !

A vida é uma oportunidade, agarre-a!

A vida é uma beleza, admire-a!

A vida é um sonho, faça dele uma realidade!

A vida é um desafio, enfrente-o!

A vida é um dever, cumpra-o!

A vida é um jogo, jogue-o!

A vida é preciosa, cuide bem dela!

A vida é uma riqueza, conserve-a!

A vida é um amor, goze-o!

A vida é um mistério, penetre-o!

A vida é uma promessa, cumpra-a!

A vida é uma tristeza, supere-a!

A vida é um hino, cante-o!

A vida é um combate, aceite-o!

A vida é uma tragédia, supere-a!

A vida é uma aventura, ouse-a!

A vida é uma felicidade, mereça-a!

A vida é uma vida, defenda-a!

Madre Tereza de Calcutá